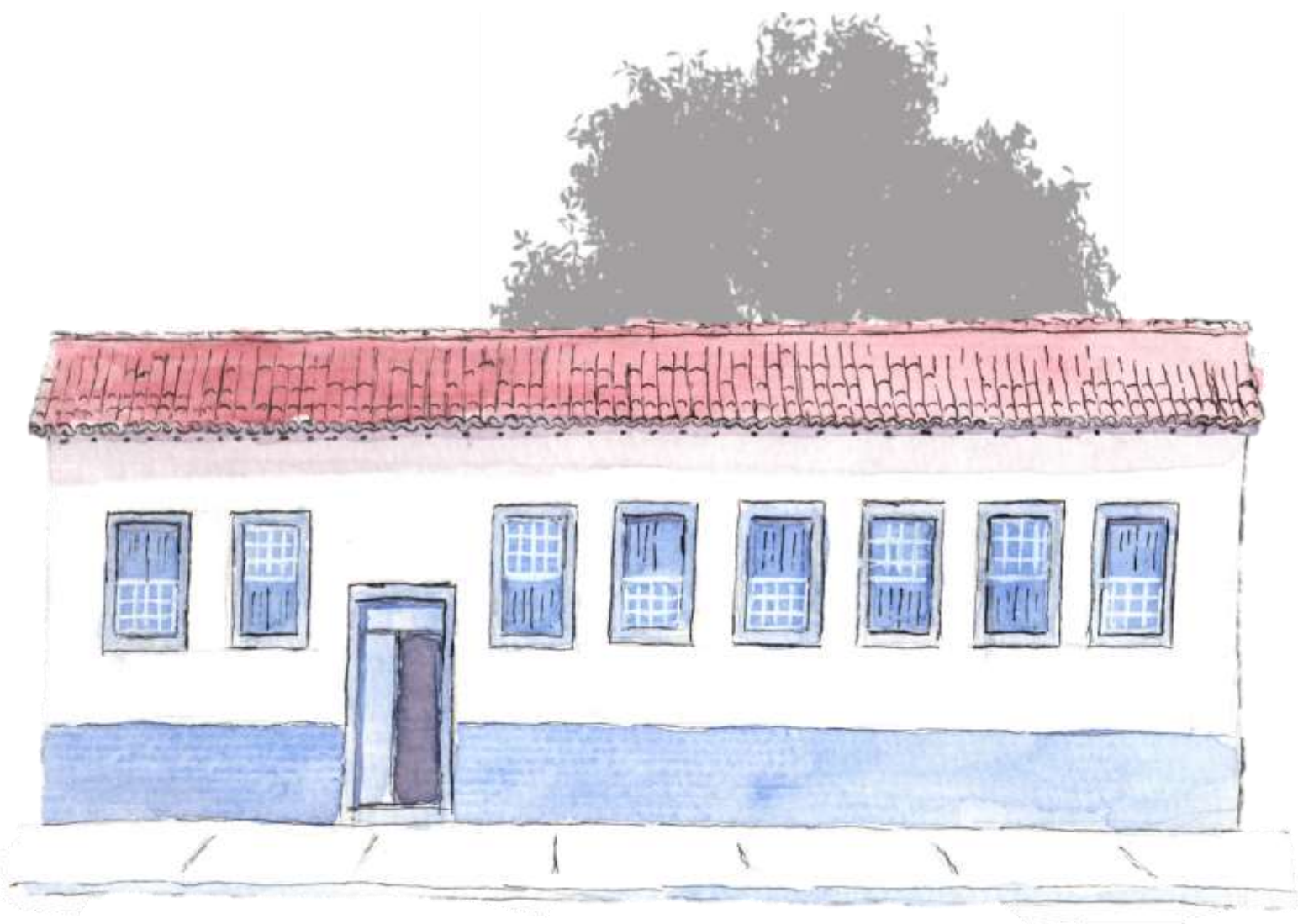


Casa de Bem Bem

ESTUDO DE CASO DE ARQUITETURA DE TERRA CRUA



DANIEL SILVA CAMPOS

DANIEL SILVA CAMPOS

**CASA DE BEM BEM: ESTUDO DE CASO DE
ARQUITETURA DE TERRA CRUA**

LINHA DE PESQUISA: AMBIENTE CONSTRUÍDO E SUSTENTABILIDADE

Trabalho de Diplomação no Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG em Associação com a Pontifícia Universidade Católica – PUC/Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Soukef Jr.

Várzea Grande – Mato Grosso
Dezembro/2021

Ficha catalográfica elaborada por Douglas Rios (CRB1/1610)
Biblioteca Silva Freire – Univag Centro Universitário

C198c

Campos, Daniel Silva.

Casa de Bem Bem: estudo de caso de arquitetura de terra crua / Daniel Silva Campos. - - Várzea Grande-MT: Univag; PUC-Campinas, 2023.
116 fls.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Soukef Jr.

Dissertação (Mestrado) Univag/PUC-Campinas, Curso de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo – Área de concentração: Arquitetura, Cidade e Território - Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Local – Várzea Grande-MT, 2023.

1. Cidades coloniais – Mato Grosso.
2. Técnicas construtivas coloniais.
3. Casa de Bem Bem.

CDU 72
CDD 720

ATA DE DEFESA

Ata da defesa de dissertação do aluno Daniel Silva Campo Nº de matrícula 1161000219 do Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do UNIVAG em associação com a PUC-Campinas. Aos dias do mês de 04 de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 15 horas, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho de pesquisa intitulada *Casa de Bem Bem: estudo de caso de arquitetura de terra crua*, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Arquitetura, Cidade e Território", na linha de pesquisa _desenvolvimento local e territorial". Abrindo a sessão, o orientador professor(a) doutor Antonio Soukef Júnior, após expor as normas regulamentares do trabalho final pediu para o aluno iniciar a apresentação de sua pesquisa. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

Aprovado (x) Aprovado(a) com restrições () Reprovado(a) ()

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Banca Examinadora deu por encerrado os trabalhos, sendo lavrada a presente ata, devidamente assinada pela presidente, avaliadores e discente.

Várzea Grande, 04 de fevereiro de 2022



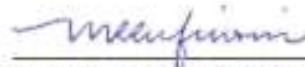
Prof. Dr. Antonio Soukef Junior
Presidente
CPF: 092552798-07



Daniel Silva Campos
CPF: 054.704.921-84



Prof.ª Dr.ª Ana Raífa Farah
1º Membro Avaliador
CPF: 214299388-54



Prof.ª. Dr.ª Manoela Rufinoni.
2º Membro Avallador
CPF: 259196778-48

Dedico este trabalho aos meus esteios, papai, mamãe e mana. Sou grato por poder chamá-los de família. Lhes ofereço esse trabalho final, fruto de dois anos e meio de esforço, dores e noites em claro. Nessa reta final, compartilho com vocês toda a minha felicidade materializada nessas páginas.

AGRADECIMENTOS

Aos docentes do UNIVAG e da PUC-Campinas por me darem embasamento técnico e científico mais que suficientes para que eu chegasse nesse momento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Soukef Jr, pelas instruções, pela paciência e pela serenidade imperturbável para comigo durante toda a escrita desta dissertação.

À Prof. Dra. Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin, pela sua fleumática, pela sua bondade e motivação nos momentos em que tudo me dizia para parar.

Aos mestres Joel, Fabiana, Daniela, Cezar e Andrieli pelo companheirismo e pelas parcerias durante todos os semestres deste mestrado. Tenho orgulho de vocês.

Ao arquiteto, artista e professor Carlos Pina, que prontamente disponibilizou o seu dom da pintura em aquarela nas ilustrações dos capítulos desta dissertação.

*Eu tenho orgulho de ser um cuiabano
De tchapa e cruz com fé senão me engano
Moro na pracinha, ao lado da Prainha
Sento na praça para ver as moreninhas
Gosto de amargo, ventrecha de pacu
mojica de pintado e bagre ensopado
Danço rasqueado na casa de Bem-Bem
como bolo de arroz e de queijo também*

Vera e Zuleica - Casa de Bem-Bem

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brazil: general railroads (1875)	24
Figura 2 – Plano de Cuyabá.....	26
Figura 3 – Primeira perspectiva Villa Real de Bom Jesus de Cuiabá.....	28
Figura 4 – Plano da Villa do Cuiabá, 1786.....	29
Figura 5 – Prospecto da Vila do Bom Jesus de Cuiabá.....	29
Figura 6 – Vista do Beco Alto.....	31
Figura 7 – Rua do Oratório.....	31
Figura 8 – Evolução Urbana de Cuiabá.....	32
Figura 9 – Palácio da Justiça, 1940.....	33
Figura 10 – Grande Hotel, 1940.....	33
Figura 11 – Antigo Palácio Alencastro.....	34
Figura 12 – Construção do novo Palácio Alencastro.....	34
Figura 13 – Centro de Cuiabá, 1960.....	35
Figura 14 e 15 – Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1942.....	35
Figura 16 e 17 – Demolição da Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1968.....	36
Figura 15 e 19 – Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1942.....	36
Figura 20 – Poligonal de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá.....	38
Figura 21 – Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade, 1886.....	42
Figura 22 – Planta da Capital de Vila Bela do Mato Grosso. Autor não identificado (1789).....	44
Figura 23 – Planta do Novo Arrayal de Cazalvasco. Autor não identificado (1783).....	46
Figura 24 – Rua Santo Antônio, em primeiro plano as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, 1930.....	47
Figura 25 – Plano de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1789, onde uma rua atravessa e diminui o tamanho do lote da residência oficial do governador geral.....	48
Figura 26 e 27 – Provável registro de 1906 e após 1906, autoria desconhecida.....	52
Figura 28 – Sem data de registo, autoria desconhecida.....	53
Figura 29 – Sem data de registo, autoria desconhecida.....	53
Figura 30 – Sem data de registo, autoria desconhecida.....	53

Figura 31 – Registo de 1950.....	53
Figura 32 – Projeto Fronteira Ocidental – Fase I (julho de 2002).....	53
Figura 33 – Projeto Fronteira Ocidental – Fase II (dezembro de 2003).....	53
Figura 34 e 35 – Sobrecobertura das ruínas da Matriz de Vila Bela.....	54
Figura 36 – Antigo Palácio dos Capitães Gerais com as ruínas da Matriz aos fundos, em 1930.....	54
Figura 37 – Patrimônio de Influência Portuguesa.....	55
Figura 38 e 39 – Antes e depois da manutenção do Palácio dos Capitães-Generais.....	55
Figura 40 – Perímetro da poligonal de tombamento do centro histórico de Vila Bela proposta em 1984.....	56
Figura 41 – Planta de Villa Maria do Paraguay, 1778.....	59
Figura 42 – Planta de Villa Maria, 1861.....	60
Figura 43 – IPHAN: Poligonal – Área de Tombamento Federal – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres/MT.....	61
Figura 44 e 45 – Casa rural, Maia, Portugal e Casa rural, Murtosa, Portugal, respectivamente.....	65
Figura 46 – Planta baixa do térreo e do sobrado e fotografia da Casa do Padre Inácio.....	65
Figura 47 e 48 – Casa em Las Tolas, Equador, de fachada semelhante à das casas bandeiristas, fotografada e publicada por Aracy Amaral. A imagem ao lado trata-se da Casa rural em Timburi, São Paulo, divisa com o Paraná. Persistência da fachada simétrica com alpendre entalado. Fotografia da década de 1930.....	66
Figura 49 – Casa do Padre Inácio, em Cotia/SP.....	68
Figura 50 – Planta da Casa IPHAN, em Cuiabá/MT.....	69
Figura 51 – Quintais tradicionais arborizados.....	69
Figura 52 – Fechamentos em muxarabiê, rótulas e gelosias.....	70
Figura 53 – Beira-seveira.....	71
Figura 54 – Calhas e platibandas.....	71
Figura 55 – Técnica construtiva: taipa de pilão.....	72
Figura 56 – Modo de fazer taipa de pilão.....	72
Figura 57 – Primeiros adobes troncocônicos.....	73

Figura 58 – Instalação de blocos de adobe.....	74
Figura 59 e 60 – Confeção e assentamento de blocos de adobe.....	74
Figura 61 – Blocos de adobe armazenados pós desabamento da Casa de Bem Bem.....	75
Figura 62 – Construção em adobe.....	76
Figura 63 e 64 – Esboço da Casa de Bem Bem por Manoel Antônio e esquema da planta existente em 2011, respectivamente.....	80
Figura 65 e 66 – Fachada da Casa de Bem Bem por volta de 1940 e 1980, Respectivamente.....	81
Figura 67 e 68 – Quintal da Casa em 1980 e Dona Bem com um dos bisnetos, respectivamente.....	81
Figura 69 e 70 – Interior da Casa de Bem Bem por volta de 1980.....	82
Figura 71 e 72 – Na imagem à esquerda, Constança quando jovem. Na imagem à direita, a saudosa Dona Bem Bem no meio.....	83
Figura 73 e 74 – Interior da Casa de Bem Bem nos anos 2000.....	84
Figura 75 – Métodos construtivos do casarão de Bem Bem.....	85
Figura 76 – Corte esquemático do casarão de Bem Bem.....	86
Figura 77 – Ampliações do casarão de Bem Bem.	86
Figura 78 e 79 – Fachada de Bem Bem.....	87
Figura 80 – Ruínas do anexo aos fundos do imóvel.....	88
Figura 81 – Quintal do casarão.....	88
Figura 82 – Quintal do casarão.....	88
Figura 83 – Quintal do casarão.....	88
Figura 84 e 85 – Interior do casarão de Bem Bem.....	89
Figura 86 – Pisos em ladrilho hidráulico em bom estado de conservação.....	89
Figura 87 – Forro de madeira em bom estado de conservação.	89
Figura 88 – Estrutura existente do casarão.....	90
Figura 89 – Planta de layout proposta.....	91
Figura 90 – Fachada principal proposta.....	92
Figura 91 – Fachada posterior proposta.....	92
Figura 92 – Fachada dos fundos proposta.....	92
Figura 93 – Fachada do salão da orquestra.....	92
Figura 94 e 95 – Obras da Casa de Bem Bem.....	93

Figura 96 e 97 – Obras da Casa de Bem Bem.....	93
Figura 98 e 99 – Obras da Casa de Bem Bem.....	93
Figura 100 e 101 – Desmoronamento da Casa de Bem Bem.....	94
Figura 102 e 103 – Construção da sobrecobertura.....	96
Figura 104 e 105 – Construção da sobrecobertura.....	96
Figura 106 – Detalhamento das estruturas de escoramento.....	97
Figura 107 e 108 – Construção da sobrecobertura.....	97
Figura 109 e 110 – Recolhimento da taipa e adobe das paredes ruídas.....	97
Figura 111, 112 e 113 – Galpão de armazenamento de material.....	98
Figura 114, 115 e 116 – Etapas de drenagem do solo.....	98
Figura 117, 118 e 119 – Construção da cortina de concreto.....	99
Figura 120 e 121 – Composição da mescla do adobe da taipa, respectivamente.....	100
Figura 122 e 123 – Local da nascente ainda com as paredes em pé.....	101
Figura 124 – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da Casa de Bem Bem.....	102
Figura 125, 126, 127 – Vivências patrimoniais na Casa de Bem Bem.....	103
Figura 128, 129, 130 e 131 – Substituição dos esteios em madeira danificados.....	103
Figura 132, 133, 134 e 135 – Fabricação e construção das paredes de taipa.....	104
Figura 136, 137, 138 e 139 – Fabricação e construção das paredes de adobe.....	105
Figura 140 e 141 – Instalação do madeiramento da cobertura.....	106
Figura 142, 143, 144 e 145 – Instalação do forro em madeira e telhas cerâmicas coloniais.....	107
Figura 146 e 147 – Primeira demão de tinta nas paredes e esquadrias.....	108
Figura 148 e 149 – Planta de paginação de pisos e ladrilhos hidráulicos da obra, respectivamente.....	108
Figura 150 – Primeira demão de tinta nas paredes e esquadrias.....	109

LISTA DE SIGLAS

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MPE – Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PGM – Procuradoria Geral do Município

SMCET – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

Proposições metodológicas.....	13
A. Elementos do discurso analítico	13
B. Qualificação do principal problema abordado	13
Eu e o objeto	14
Objetivo geral e específicos.....	15
Hipótese	15
Elementos do Discurso Analítico	16
Metodologia.....	16
Componentes do processo de produção do conhecimento	18
Introdução.....	20
1 Cidades Coloniais de Mato Grosso.....	23
1.1 Cuiabá.....	25
1.2 Vila Bela da Santíssima Trindade.....	40
1.3 Cáceres.....	56
2 Técnicas Construtivas Coloniais	63
3 A Casa de Bem Bem.....	79
3.1 Origens.....	79
3.2 A Cronologia construtiva: 1830 a 2017.....	84
3.3 A restauração da casa: o plano e a obra	86
3.3.1 O início das obras, o desabamento e seus desdobramentos.....	92
3.4 As obras emergenciais	95
3.4.1 Sobrecobertura	95
3.4.2 Drenagem do solo	98
3.4.3 As análises laboratoriais	99
3.4.4 Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD	100
3.4.5 Educação patrimonial no canteiro de obras	102
3.5 A reconstrução da casa.....	103
4 Considerações Finais	109
Bibliografias.....	111

Proposições metodológicas

A. Elementos do discurso analítico

Para Lefebvre (2016), a **cidade** é um objeto espacial ocupando um sítio e uma situação que é preciso estudar, enquanto objeto, com diferentes técnicas e métodos: econômicos, políticos, demográficos etc. Como tal. A cidade ocupa um espaço específico bem distinto do rural. A relação entre esses espaços depende das relações de produção, quer dizer, do modo de produção e, através dele, da divisão do trabalho no interior da sociedade.

Incorporados nesses espaços físicos da cidade, a Carta de Petrópolis (1987) define os **centros históricos** como os espaços que concentram testemunhos do fazer cultural de uma cidade, contemplando a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação.

Complementando sob uma ótica social, Teresa Barata Salgueiro (2005; p.259) define os centros históricos como espaços para além de serem as partes mais antigas da cidade. Em suas palavras, “constituem-se como uma sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos fatos que estruturam as identidades”.

Quanto à arquitetura dos imóveis que compõem esses centros, Carlos Lemos (1996) define a **arquitetura vernacular** como uma expressão cultural, que percorre gerações e que só pode ser daquele povo e daquele sítio onde foi construída, é adaptada às condições climáticas do lugar por meio das técnicas construtivas e materiais encontrados no próprio local.

B. Qualificação do principal problema abordado

A abordagem do problema da pesquisa baseia-se na premissa de que os estudos das etapas das obras da restauração da Casa de Bem Bem – casarão centenário erigido com arquitetura de terra crua no Centro Histórico de Cuiabá – contribuem com a preservação do patrimônio histórico material edificado do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico onde a mesma se encontra.

Eu e o objeto

Enquanto cursava o sexto semestre no curso de Arquitetura e Urbanismo, surgiu-me a oportunidade de participar do processo seletivo para estagiário da Divisão Técnica da Superintendência do IPHAN em Mato Grosso (IPHAN/MT). No decorrer do estágio de dois anos, aprendi a dinâmica de trabalho que a Superintendência possui, auxiliando os servidores nos afazeres técnicos como análises de projetos de arquitetura (o que me proporcionou ter amplo contato com as legislações do órgão para do Centro Histórico de Cuiabá), fazendo visitas técnicas em imóveis localizados na área de tombamento e entornos afim de constatar as condições de conservação e preservação dos mesmos, atendendo ao público, organizando eventos, dando palestras institucionais, produzindo trabalhos acadêmicos em parceria com os servidores, dentre outras atividades.

De forma a complementar minha experiência acadêmica, fui selecionado para ser monitor na disciplina de Técnicas Retrospectivas e Projeto de Patrimônio Histórico durante dois semestres na faculdade, onde tive a oportunidade de transmitir tudo o que me foi ensinado em sala de aula e em campo, durante o meu estágio no IPHAN, para os demais alunos da disciplina. Dessa forma, no decurso de minha carreira acadêmica, me dediquei a atividades e eventos científicos, produzindo artigos, resumos e estudos técnicos acerca de métodos construtivos e a área de preservação do patrimônio cultural, complementando com o trabalho final de diplomação no curso de título “Restauro e Reabilitação da Gráfica Pepe em Cuiabá/MT – Uma Proposta de Centro de Referência para a Comunidade LGBT”.

As trocas de experiências que obtive no contato com os agentes do Centro Histórico de Cuiabá, sejam eles moradores, comerciantes, estudantes, profissionais e turistas por meio do estágio no IPHAN/MT, foram fundamentais na minha decisão de continuar atuando profissionalmente na área de patrimônio histórico. Sendo assim, logo após ter me graduado como Arquiteto e Urbanista, desenvolvi diversos projetos de reformas e construções de imóveis comerciais, residenciais e institucionais localizados no centro histórico de Cuiabá, imóveis estes particulares e também de propriedade do Município.

Por consequência, no início do ano de 2019 recebi a proposta de atuar na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo (SMCET) da Prefeitura Municipal de Cuiabá com a ocupação de Coordenador de Aparelhos Culturais do município, onde permaneci até o ano de 2020. No órgão, era minha atribuição fiscalizar dez das quinze obras de restauração em imóveis do Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH) administradas pela Prefeitura e financiadas pelo IPHAN/MT no centro histórico de Cuiabá.

Nesse período, visando promover a apropriação do patrimônio cultural local e fortalecer os sentimentos de identidade e de cidadania da população, paralelamente à frente de atuação da SMCET, desenvolvi atividades de educação patrimonial que aproximaram a sociedade civil e o Centro Histórico de Cuiabá por meio de visitas técnicas nos canteiros das obras de restauro do PAC-CH que fiscalizava, contando com mais de duzentos participantes.

Cada uma dessas experimentações acadêmicas e profissionais vivenciadas até o momento, aliadas ao entendimento das reais necessidades do patrimônio edificado do centro histórico de Cuiabá e das lacunas existentes nas normativas vigentes sobre a área de estudos, são fatores que me motivam a seguir pesquisando sobre o objeto, aprofundando nos estudos sobre a temática e intentando contribuir com a sociedade e o meio acadêmico.

Objetivo geral e específicos

Analisar as especificidades das etapas da obra de restauro da centenária Casa de Bem Bem, no Centro Histórico de Cuiabá, por meio de três trajetos investigativos principais.

1. Análise histórica e arquitetônica das diferentes etapas do imóvel de estudo;
2. Acompanhamento fotográfico *in loco* das obras de restauro;
3. Documentação de todo o processo.

Hipótese

O acompanhamento das minúcias das etapas de restauro da Casa de Bem Bem pode contribuir para a preservação do patrimônio edificado em terra crua no centro histórico de Cuiabá na contemporaneidade, por meio da documentação desses

processos que almejam a reconstituição do patrimônio histórico e arquitetônico da região de estudo.

Elementos do Discurso Analítico

Para Lefebvre (2016), a **cidade** é um objeto espacial ocupando um sítio e uma situação que é preciso estudar, enquanto objeto, com diferentes técnicas e métodos: econômicos, políticos, demográficos etc. Como tal. A cidade ocupa um espaço específico bem distinto do rural. A relação entre esses espaços depende das relações de produção, quer dizer, do modo de produção e, através dele, da divisão do trabalho no interior da sociedade.

Incorporados nesses espaços físicos da cidade, a Carta de Petrópolis (1987) define os **centros históricos** como os espaços que concentram testemunhos do fazer cultural de uma cidade, contemplando a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação.

Complementando sob uma ótica social, Teresa Barata Salgueiro (2005; p.259) define os centros históricos como espaços para além de serem as partes mais antigas da cidade. Em suas palavras, “constituem-se como uma sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos fatos que estruturam as identidades”.

Quanto à arquitetura dos imóveis que compõem esses centros, Carlos Lemos (1996) define a **arquitetura vernacular** como uma expressão cultural, que percorre gerações e que só pode ser daquele povo e daquele sítio onde foi construída, é adaptada às condições climáticas do lugar por meio das técnicas construtivas e materiais encontrados no próprio local.

Metodologia

A presente pesquisa visa aprofundar em estudos descritivos acerca dos aspectos técnicos sobre as metodologias construtivas do processo de restauração da Casa de Bem Bem, localizada no Centro Histórico de Cuiabá. De natureza aplicada, a pesquisa em questão desenvolve-se por envolver interesses locais e a necessidade

da documentação dessas etapas de obra em um imóvel tão significativo para a cultura local, trabalho este nunca realizado na região até então.

Desta feita, a pesquisa será desenvolvida em três fases, se iniciando com a revisão bibliográfica sobre a literatura existente quanto à formação dos assentamento das três principais cidades coloniais de Mato Grosso, de viés exploratório; em seguida, é analisada a arquitetura dos imóveis dessas regiões de estudo a fim de traçar paralelos com os métodos construtivos da arquitetura bandeirista, por meio de pesquisa de campo e *ex-post-facto*; por fim, de caráter explicativo, é explanada os pormenores das etapas das obras de restauração da Casa de Bem Bem, em Cuiabá, objeto do estudo de caso. Desta forma, de maneira pormenorizada:

1. Primeira fase: revisão da literatura existente

A pesquisa bibliográfica e documental será realizada para a construção do capítulo teórico por meio das análises das literaturas disponíveis em livros e periódicos sobre as seguintes palavras chaves: cidades coloniais de Mato Grosso; monções dos bandeirantes; Capitania de Mato Grosso; terra crua; casa bandeirista e centros históricos, sendo buscadas palavras chaves ou termos para o refinamento da busca com aditivos de filtros quando necessários.

2. Segunda fase: estudo das técnicas construtivas coloniais

Na segunda fase, há o estudo da tipologia arquitetônica da casa bandeirista, das técnicas vernaculares e as adaptações que a casa colonial mato-grossense passou afim de atender às especificidades do local, com diferenças de partido arquitetônico e organização espacial, técnicas e materiais utilizados.

3. Terceira fase: estudo de caso da Casa de Bem Bem

A terceira fase consiste no estudo de caso sobre a Casa de Bem Bem, iniciando pelas origens dos familiares, pela cronologia construtiva, sua importância cultural para o Estado de Mato Grosso, o início das obras de restauro, o desabamento do casarão e seus desdobramentos, a documentação das atuais etapas do processo de intervenção do imóvel, a educação patrimonial no canteiro de obras e as etapas de obra que ainda acontecerão.

Componentes do processo de produção do conhecimento

a) Matriz teórica

Fundamentado nas teorias de restauro e nas cartas patrimoniais¹, é de consenso dos teóricos patrimonialistas históricos que a melhor maneira de proteger um edifício antigo é reintegrá-lo à vida cotidiana da cidade a qual está inserida, por meio de algum processo de intervenção que o prepare para determinado uso.

b) Matriz metodológica

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritiva e exploratória, tendo como lócus o centro histórico da cidade de Cuiabá. Para a construção do capítulo teórico serão analisadas as literaturas disponíveis em livros e periódicos, sendo buscadas palavras chaves ou termos para o refinamento da busca com aditivos de filtros quando necessários. A pesquisa será desenvolvida em três fases:

1. Revisão da literatura existente;
2. Estudo das técnicas construtivas coloniais;
3. Estudo de caso da Casa de Bem Bem.

c) Matriz técnica

O polo técnico da presente pesquisa irá considerar a organização e produção de acervos documentais relativos aos níveis analíticos incluídos no polo metodológico da pesquisa resultantes de procedimentos tais como:

- a) Levantamento bibliográfico;
- b) Estudo de campo;
- c) Análise de casos e de informações de fontes primárias;
- d) Produção de plantas;
- e) Coleta de informações em periódicos e internet.

¹ CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

ARQUITETURA DE TERRA CRUA: ESTUDO DE CASO DA CASA DE BEM BEM

Daniel Silva Campos – Orientando
Prof. Dr. Antônio Soukef Jr – Orientador

RESUMO

O estudo das tipologias arquitetônicas e das técnicas construtivas vernaculares adotadas nas construções dos casarios das cidades coloniais de Mato Grosso, se faz necessária pela escassa bibliografia referente à restauração, reconstrução ou a preservação e conservação de prédios centenários submetidos à ação das intempéries e ao descuido ao longo do tempo na cidade de Cuiabá. Nesse contexto, a proposta da pesquisa é analisar e documentar o processo de restauro da Casa de Bem Bem afim de contribuir em obras de intervenções similares. Dessa forma, o estudo será desenvolvido em três fases, buscando registrar os pormenores de um processo de restauro em um imóvel de terra crua a partir da ruína do casarão, resultando em um compilado das etapas de obra.

Palavras-chave: Casa de Bem Bem. Patrimônio Cultural. Patrimônio Edificado. Terra Crua. Centro Histórico de Cuiabá.

ABSTRACT

The study of architectural typologies and vernacular construction techniques adopted in the construction of houses in the colonial cities of Mato Grosso, is necessary due to the scarce bibliography regarding the restoration, reconstruction or preservation and conservation of centenary buildings subjected to the action of bad weather and neglect to over time in the city of Cuiabá. In this context, the research proposal is to analyze and document the restoration process of the Casa de Bem Bem in order to contribute to similar intervention works. Thus, the study will be developed in three phases, seeking to record the details of a restoration process in a raw earth property from the ruin of the mansion, resulting in a compilation of the construction stages.

Keywords: House of Bem Bem. Cultural Heritage. Built Heritage. Raw Earth. Cuiabá Historic Center.

INTRODUÇÃO

Os pressupostos e ideais iniciais, presentes no projeto de pesquisa submetido à seleção do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do UNIVAG - Centro Universitário em parceria com a PUC-Campinas, assim como parte do estudo apresentado na banca de qualificação, em janeiro de 2021, foram totalmente modificados até a entrega final desta dissertação.

Inicialmente, a pesquisa objetivava os estudos de caracterização de solos visando a descrição da composição e dos quantitativos dos materiais constituintes dos métodos construtivos de oito imóveis edificadas com o uso da terra crua localizados no centro histórico de Cuiabá.

Contudo, afetada pelo cenário pandêmico, as pesquisas *in loco* para mapeamento e coleta de materiais para posteriores análises laboratoriais em laboratório de solos, não puderam ser realizadas. Dessa forma, optou-se pela substituição do objeto de estudos, adotando assim, a descrição dos processos de reconstrução da casa de Bem Bem como foco.

Apesar desta alteração, quanto à estrutura organizacional da escrita da pesquisa, os dois primeiros capítulos permaneceram como inicialmente planejado. Partindo do macro (cidades históricas) para o micro (casa colonial), a sequência da dissertação se inicia com o primeiro capítulo tratando sobre a ocupação e formação dos primeiros municípios da Capitania de Mato Grosso, exemplificados por Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres.

Os centros históricos são responsáveis pela valorização do passado expressivamente aparente em todas as formas atribuídas nos espaços físicos, sejam eles nas ruas, nas praças ou nos ambientes construídos. Representam parte, portanto, da história da cidade e de seus habitantes por ser o núcleo fundador de cidades históricas.

De acordo com a perspectiva de Carvalho (2016), um centro histórico pode ser definido como o núcleo da cidade construído antes da época industrial, é o local onde se concentra o patrimônio edificado mais antigo. Nesta localidade, podem se reconhecer, em sua maioria, os bens históricos de maior valor arquitetônico e

urbanístico da cidade, que são representativos da cultura e do seu passado histórico. Em geral, compreende a área mais antiga da cidade que se tornou, progressivamente, o centro da cidade moderna.

Nesse capítulo, há a pesquisa das particularidades da formação dos assentamentos destes municípios mato-grossenses a partir de um núcleo histórico e a evolução das malhas urbanas até os dias atuais.

O segundo capítulo traz discussões, conceitos e ilustrações sobre a milenar arquitetura de terra crua e as particularidades dos métodos construtivos utilizados nas edificações destas cidades coloniais estudadas, partindo essencialmente da arquitetura da casa bandeirista.

Quando executadas em Mato Grosso, as casas bandeiristas sofreram alterações quanto ao seu partido arquitetônico, com divisões internas e construções de anexos aos fundos dos imóveis necessários para o dia-a-dia de seus moradores; além da adaptação dos materiais constituintes das técnicas vernaculares por materiais facilmente encontrados na região, como a pedra canga e a pedra cristal para fundações.

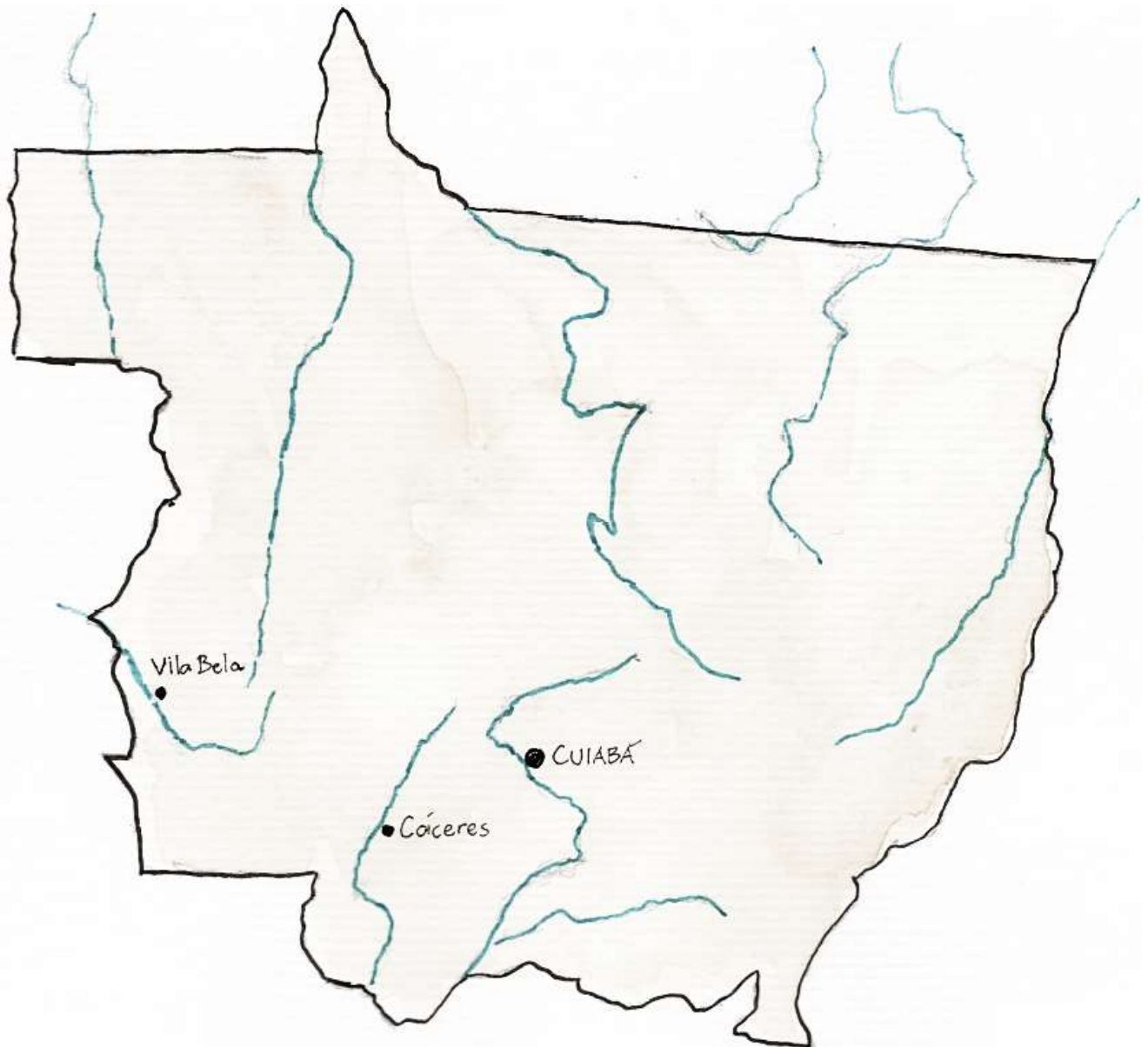
No terceiro e último capítulo, essas discussões são contextualizadas no espaço de estudos, a Casa de Bem Bem, localizada na área de tombamento federal do Centro Histórico de Cuiabá/MT. O histórico dos familiares e as particularidades da sua construção no século XIX e será explorada, assim como sua arquitetura e a pertinência histórica e cultural que motivaram também o seu tombamento individual a nível estadual.

Neste capítulo, há o aprofundamento nas atuais etapas da obra de restauro no imóvel adotado para estudo de caso, discorrendo acerca dos aspectos técnicos sobre as metodologias construtivas do processo de restauração da Casa de Bem Bem, localizada no Centro Histórico de Cuiabá.

Por fim, conclusões gerais finalizam a dissertação.

Capítulo 1

CIDADES COLONIAIS DE MATO GROSSO



1 CIDADES COLONIAIS DE MATO GROSSO

Povoar e militarizar o distrito do Mato Grosso consistia em objetivos primordiais da Coroa na segunda metade do século XVIII. Esse processo histórico, iniciado no período dos bandeirantes em pleno ciclo do ouro, resultou na conquista dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

As terras hoje pertencentes a Mato Grosso, foram poucas exploradas pelos espanhóis, apesar de terem pertencido à Espanha durante a vigência do Tratado de Tordesilhas. Os castelhanos preferiram firmar no extremo Ocidente Sul-americano, onde haviam encontrado prata em grande quantidade (GOMES, 2001, p. 2). O desinteresse pelo Centro Oeste se deu pelos metais encontrados no Oeste e pela presença de Índios nessa região, que formava uma barreira viva entre o império espanhol e português (SIQUEIRA, 2002, p. 27).

Para os portugueses era importante delimitar território onde o ouro se encontrava em abundância, considerando as condições dos impérios lusitano e espanhol na fase colonial que buscavam ampliar suas riquezas no ultramar. Portugal buscava reestruturar suas finanças e tinha no Marquês de Pombal o ator para colocar este projeto em curso. O Brasil era a colônia portuguesa mais rica, pois tinha um potencial mineral grandioso, o que se tornava um valioso tesouro nas mãos portuguesas, dessa forma delimitar limites de ocupação era importante para garantir sua ocupação (FERNANDES, 2020).

A monções dos bandeirantes paulistas nessa região tinha como objetivo inicial a captura de Índios para comercialização nos mercados de São Paulo, sendo a primeira bandeira chegar à região de Cuiabá a de Antônio Pires de Campos, em 1718, que encontraram uma aldeia dos índios Bororo nas margens do rio Coxipó, afluente do rio Cuiabá (COSTA E SILVA, 1993, p. 13).

No ano seguinte, em 1719, a expedição de Pascoal Moreira Cabral alcança o Rio Coxipó e nesse local descobre abundante riqueza mineral, transformando os bandeirantes em mineradores e fixando-os na terra, iniciando assim a exploração das minas em Mato Grosso (MENDES, 2010).

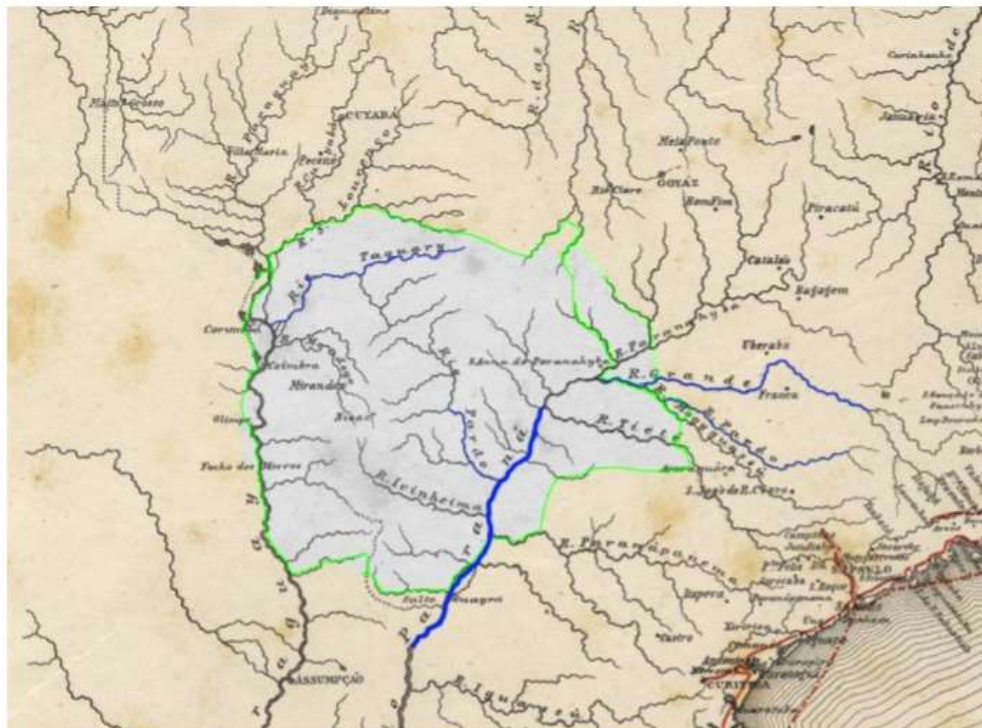


Figura 01– Brazil: general railroads (1875).
Fonte: Adaptado de ARAÚJO (2018).

A bandeira de Miguel Sutil, ao aportar em Cuiabá com o intuito de investir na agricultura, divulgou, em 1722, a descoberta das “Lavras do Sutil”, resultando na intensa migração para Cuiabá, partindo de todas as partes do Brasil, movimento que tornaria a cidade uma das mais populosas do país no período de 1722 a 1726 (FERREIRA, 1993, p.11).

Em decorrência das descobertas e das atividades de mineração de ouro e diamante desenvolvidas, a ocupação do Estado, no século XVII, aconteceu na porção Sul do território. Já no século XIX a preferência era pelas áreas do Pantanal Mato-grossense e as depressões do Alto Paraguai, Cuiabá e Guaporé.

A territorialidade de Mato Grosso foi maior do que a atual, segundo Neto (2015), na criação colonial o território era de 1.477.041km² e contava, naquele período, apenas com os municípios de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, criados, respectivamente, nos anos de 1726 e 1746.

A notícia da nova descoberta desencadeou na formação de novas comitivas de pioneiros e uma grande massa de povoadores para o desbravamento da região, levando João V de Portugal – então Rei de Portugal e do Algarve – a criar a Capitania de Mato Grosso, em 9 de maio de 1748, procedendo com a nomeação de Antonio

Rolim de Moura Tavares como Capitão-General do vasto território ocupado por bandeirantes, cuja cruzada era apossar-se dos confins do Mato Grosso, fortificando a região e garantindo a navegação nos rios Jauru e Guaporé (MENDES, 2010).

Proporcionalmente à medida que a povoação se pluralizava, o aumento e melhoramento da infraestrutura na Capitania era realizado, com a construção de casas, igreja e criação das paróquias nas vilas.

Segundo o mapa de toda a povoação da Capitania, mandado fazer pelo Capitão-General em 1777, o total da população era de 17.508 habitantes. Os dois centros mais populosos eram Cuiabá – 10.192 habitantes e Vila Bela, 4.761. [...] pelo menos três quartas partes do referido número de habitantes são negros, mulatos, ou outros mestiços das muitas e diferentes espécies que há neste país, de que mais considerável parte são também escravos (MENDES, 2010, p.11).

A seguir, é apresentado como a ocupação e formação territorial de alguns dos primeiros assentamentos na Capitania de Mato Grosso se deram, exemplificados por Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres. Dentre diversas cidades coloniais, essas foram escolhidas por possuírem proteção federal de alguma forma, seja pelo tombamento dos seus centros históricos ou pelo tombamento de edificações individuais, como será tratado a seguir.

1.1 Cuiabá

Entre os anos de 1673 e 1682, com a exploração e penetração do Oeste brasileiro realizada por meio dos bandeirantes paulistas, culminou-se na chegada à região de convergência entre os rios Cuiabá e Coxipó-Mirim, denominada São Gonçalo.

Em 1718, é descoberta a abundância em minérios na região, evidenciando assim a extração de ouro e tornando as atividades garimpeiras predominantes, o que levou além do processo de objetificação dos nativos indígenas, tornando-os prisioneiros para o comércio. Concomitante a tal fato, deu-se o aumento populacional dada a atratividade comercial, levando à ata de fundação de Cuiabá, em 08 de abril de 1719. Em 1º de janeiro de 1727, a região foi elevada ao título de Vila, tornando-se a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Nesse contexto, foram intensificadas as construções dos primeiros casarios, praças, igrejas e casas comerciais, predominantemente na região atualmente

denominada “prainha”, com evidência à tipologia arquitetônica colonial bandeirista, o qual se tornou, então, o estilo do conjunto construtivo do período de origem da futura cidade.

Com urbanismo sinuoso, que se adequara ao relevo da região, o desenho da até então Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, estendia-se pelo leito do rio Coxipó e rio Cuiabá, partindo dele ruas estreitas, becos sem saídas, praças, casas e igrejas, onde facilmente se notava a presença arquitetônica da tipologia bandeirista.

Constituía, basicamente, a parte central da cidade, local onde, também, foram instaladas as grandes casas comerciais, representação do poderio econômico e político regional, mas também o casario simples, habitado pela população mais humilde. Mesmo tendo se constituído oficialmente como capital, somente a partir de 1835, Cuiabá, por congregar boa parte das fortunas de Mato Grosso, teve esses status reconhecido. Nessa medida, os bens tombados estão circunscritos, basicamente, em critérios retirados dessa elite historicamente constituída. (SIQUEIRA, 2002, p. 265)



Figura 02 – Plano de Cuiabá.

Fonte: Original do Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro (1770-1775).

Partindo para uma análise mais da historicidade da referida cidade de Cuiabá, pode-se dizer que esta apresenta seu primeiro momento a partir de Manoel Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva. Ao realizarem sua expedição e subida do rio

Cuiabá até o encontro com o rio Coxipó Mirim, nomearam aquela terra como o local de São Gonçalo. Paralelamente à extração do ouro, os bandeirantes paulistas continuaram a buscar uma mercadoria que, segundo eles, abundava nos sertões brasileiros: os índios. Foi em seu encalço que as expedições de Antônio Pires de Campos, seguida da de Pascoal Moreira Cabral, atingiram terras que pertenceriam, mais tarde, a Mato Grosso. Pires de Campos, em 1718, localizou os índios nativos das margens do rio Coxipó-Mirim, chamados pelos bandeirantes de Coxiponês (SIQUEIRA, 2009). É na aldeia dos índios Bororos que se deu início da colonização “branca” da região, sucedida pelo aprisionamento da população indígena para comércio escravo em São Paulo.

A extração do ouro pelos bandeirantes paulistas motivou a consolidação do aurífero de Coxipó-Mirim, por Pascoal Moreira Cabral. Anos mais tarde, o povoado é denominado de Arraial da Forquilha. Com a escassez do ouro na região, por volta de 1722, os garimpeiros migraram para as recém-descobertas Lavras do Sutil, incorporado ao córrego da Prainha, conforme cita Siqueira:

A Avenida Tenente Coronel Duarte, esconde sob seu leito, o antigo Córrego da prainha, cordão umbilical que alimentou de ouro a então nascente Arraial do Cuiabá. Com sua nascente na Avenida Miguel Sutil, próximo à rodoviária, se encontra hoje totalmente englobado na área urbana. [...] Suas antigas encostas são cheias de gítorias e salpicadas de igrejas. As generosas Lavras do sutil que tanto ouro produziram e a Igreja de Nossa senhora do Rosário e São Benedito, quase tão velha quanto a cidade, antiga igreja dos escravos e, hoje de forte devoção popular por conta do Santo Padroeiro (SIQUEIRA, 2007).

A partir da descoberta do ouro em abundância na cidade, o povoado foi elevado à vila, de nome Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá em 1º de janeiro de 1727 pela Coroa.

Conforme Gonçalo (1997), após a escassez devida a alta demanda de exploração, a então Villa Real de Bom Jesus de Cuiabá teve uma queda na sua população, tornando-se quase que despovoada. É nesse contexto que em 1734, os irmãos Fernando e Artur Paes de Barros, estando em uma “caça” aos índios Parecis, descobrem um novo veio aurífero, o qual denominam de Minas do Mato Grosso, estabelecida no vale do Guaporé e as margens do rio Galera. Próximo a essas minas, foi fundado o Arraial de Pouso Alegre, mais tarde, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Com a criação da Capitania de Mato Grosso, desmembrada da Capitania de São Paulo, em 1748, o governador nomeado, Capitão D. Antônio Rolim de Moura, transformou-a em capital da nova Capitania de Mato Grosso.

Após a constituição do arraial e a consolidação do título de Vila, a urbe ganhou elementos simbólicos de poder, como o quadrilátero da Igreja Matriz, o qual contava com o Pelourinho, a Casa de Câmara e a residência do ouvidor. Na chamada Rua de Cima, (por situar-se em local de maior altitude em relação aos outros) estavam as mais belas casas, daqueles com maior poder aquisitivo e a aristocracia, posteriormente alterando seu nome para Rua Augusta e sendo a atual Pedro Celestino². A partir de 1737, esta região citadina tornara-se o acesso principal à vila por meio da conclusão da estrada para Goiás.

Chegar àquela capital não lhes trouxe maior alívio: a cidade se achava atacada das horrorosas epidemias de catarrais, sarampo, garrotilhos, pontadas e disenterias. A situação era calamitosa, nem mesmo os animais foram poupados: Pelos matos, morreram antas, porcos, veados, bestas muares e cavalares e até mesmo aves (FERREIRA, vol. VIII, pag. 993-1014, 2001).



Figura 03 – Primeira perspectiva Villa Real de Bom Jesus de Cuiabá
Fonte: Museu da Imagem e Som de Cuiabá – MISC.

Ruas sem calçamento, traçado irregular, insalubridade visível, casas térreas de adobe dobrado, aterradas superficialmente e cobertas de telhas-vãs, poucas

² Conforme elucida Siqueira (2007), o centro histórico de Cuiabá era composto pela tríade colonial: Rua de Baixo, Rua do Meio e Rua de Cima, as primeiras vias urbanas da cidade, implantadas paralelamente ao córrego da Prainha, aproveitando as curvas de nível do terreno. Nessas ruas foram levantadas as primeiras habitações que consolidariam o espaço urbano de Cuiabá. A cada fase da história, as ruas receberam inúmeras denominações diferentes.

aberturas verticais, inexistência de hospitais ou se quer uma botica para farmacêuticos, essa era a Cuiabá de 1790. Conforme apontam os registros, a cidade abrigava constantes epidemias como espasmos, as hemorroidas e a sarna, ocasionando inúmeros óbitos diariamente.



Figura 04 – Plano da Villa do Cuiabá, 1786.
Fonte: Banco de imagens do MISC.

Apenas em 1818 é que a Vila é elevada à cidade de Cuiabá, consolidando a posse de terras pela coroa Portuguesa e não mais Espanhola (CONTE & FREIRE, 2005). Dom Antônio Rolim de Moura esteve encarregado de toda a administração da região, especialmente no que se referia às relações com Espanha, garantindo que os territórios auríferos permanecessem no domínio português.

Com a descentralização política a partir de 1820, a administração provincial passa a ser racionalizada entre Vila bela e Cuiabá, até que em 1835, Cuiabá passa a ser oficialmente a capital da Província de Mato Grosso.



Figura 05 – Prospecto da Vila do Bom Jesus de Cuiabá.
Fonte: Acervo do Museu Bocage, Portugal / Banco de Imagens C&C.

Já no ano de 1850, a cidade de Cuiabá era composta pela Freguesia da Sé, onde atualmente tem-se o conhecimento de centro histórico, a Freguesia de Dom Pedro II no porto e as regiões da Mandioca, Baú, Lavapés e Mundéu. Por meio da livre navegação pelos rios da Bacia Platina (abrangendo territórios como Argentina,

Brasil, Paraguai e Uruguai, com fluxo d'água de mais de 22mil m³/s), Cuiabá tinha importância para ligação entre os núcleos urbanos da época, Mato Grosso e Rio de Janeiro, a capital do império.

Em meados do século XIX, a até então capital do estado de Mato Grosso, dispunha de uma população de cerca de 333.678 habitantes em toda sua extensão, o que no período de 1722 a 1726 seria o maior índice populacional visto no país, conforme consta nos autos do Anuário Estatístico do Brasil.

Elevada à categoria de cidade em 1818, Cuiabá seria logo depois, em 1836, declarada oficialmente capital provincial, fato decisivo na configuração e fixação de suas características urbanísticas: a construção de edifícios públicos diversificou e enriqueceu o repertório arquitetônico, tornando o desenho urbano nítido. O movimento urbanístico decorrente da transferência da capital para Cuiabá contribuiu para que, no início do século XX, a cidade começasse a ganhar as características de metrópole que tem hoje (IPDU, 2010, p. 14).

Com o aumento populacional, houve a necessidade inerente de modernização dos espaços públicos no final do século XIX, bem como quanto as questões da insalubridade pública e abastecimento de água. Sendo assim, iniciou-se a construção de chafarizes, bicas espalhadas pela pólis, iluminação via querosene, posteriormente a gás e adiante via candeeiros e lampiões movidos a azeite, casas comerciais que abrigavam sedes bancárias e empresas de navegação.

Cuiabá era o principal centro comercial de borracha, e além da Casa Almeida, trabalhavam neste ramo as empresas, Casa Orlando, fundada em 1873, Alexandre Addor, fundada em 1865 e com sede na Rua Conde D'Eu (hoje Avenida 15 de novembro), ainda as empresas Firmo & Ponce, Figueiredo Oliveira, Lucas Borges & Cia., Fernando Leite e Filhos, João Celestino Cardoso, Eduardo A. de Campos, Francisco Lucas de Barros, Arthur de Campos Borges, Dr. João Carlos Pereira Leite e outros. Foi a época do esplendor da borracha, com Diamantino sendo o grande centro produtor e Cuiabá convergindo a comercialização (TAVARES, J. p. 40).

Conforme cita Conte Freire (2005) e o caderno da Evolução Urbana de Cuiabá – IPDU (2010), as primeiras transformações radicais na cidade passam a ocorrer apenas no século XX, com a abertura da Avenida Getúlio Vargas e as obras oficiais como a Casa dos Governadores, Hotel Central, Secretaria Geral, Palácio da Justiça, Liceu Cuiabano e Cine Teatro. São consideradas novas áreas de expansão, que respeitaram o núcleo histórico.



Figura 06 – Vista do Beco Alto.
Fonte: Banco de imagens do MISC.



Figura 07 – Rua do Oratório,
Fonte: Banco de imagens do MISC.

A implementação dessas novas edificações e espaços públicos pelas ruas da cidade mato-grossense pós-Brasília acarretou em profundas transformações no traçado urbano, aumentando o valor de mercado do solo e trazendo uma nova cara para a capital. Grandes investimentos financeiros na infraestrutura da cidade foram realizados nesse período, embasando as esperanças de progresso. Com ares de modernidade, Cuiabá aos poucos adotava novos estilos arquitetônicos em suas novas construções e, conseqüentemente, alterando o estilo de vida de seus moradores. Castor (2013, p. 2013-214) esclarece que nas duas décadas seguintes, uma grande explosão demográfica marcava uma nova era da história social de Mato Grosso, proveniente, principalmente, das regiões Sul e Sudeste do país.

Pode-se dizer que o estado de Mato Grosso em geral, integrou ao sistema econômico brasileiro por meio do extrativismo e transporte viário. Contudo, com o declínio das usinas de cana-de-açúcar, a cidade “parou no tempo”, seu desenvolvimento estagnou-se e permaneceu sem quaisquer intervenções até a era Vargas, encerrando deste modo a Primeira República em Cuiabá.

Uma das redes de abastecimento da cidade em seu início era o Tanque do Arnesto, localizado próximo da igreja do Rosário, às margens do Córrego da Prainha, templo este erguido por volta de 1723 e sendo uma das quatro primeiras edificações da cidade. O Palácio dos Capitães-Generais estabelecia-se no encontro das ruas Pedro Celestino com a Governador Rondon, na época conhecidas como “Caminho das Trepadeiras” e “Canto do Sebo”, respectivamente. Nele estavam dispostos três faces de fachada, escadas de pedra canga e sete aberturas principais.

Do Largo da Mandioca, entremos pela rua de Cima, rua Augusta. No sobradão do Beco Alto, Travessa dos bandeirantes, foi sede do “Clube Internacional”, fudado a 12 de abril de 1904 [...]. Poucos metros adiante, à esquerda, antes de chegar a Travessa Voluntários da Pátria, é o casarão térreo, onde residiu o Coronel Joaquim Coraciolo Peixoto de Azevedo [...]. Na esquina da rua Pedro Celestino com travessia com a Voluntários da Patria, havia um sobrado ocupado pelo Hotel São Luiz e que foi totalmente destruído por um incêndio ocorrido na noite de 6 de março de 1968, quarta-feira (MENDONÇA, 1975).

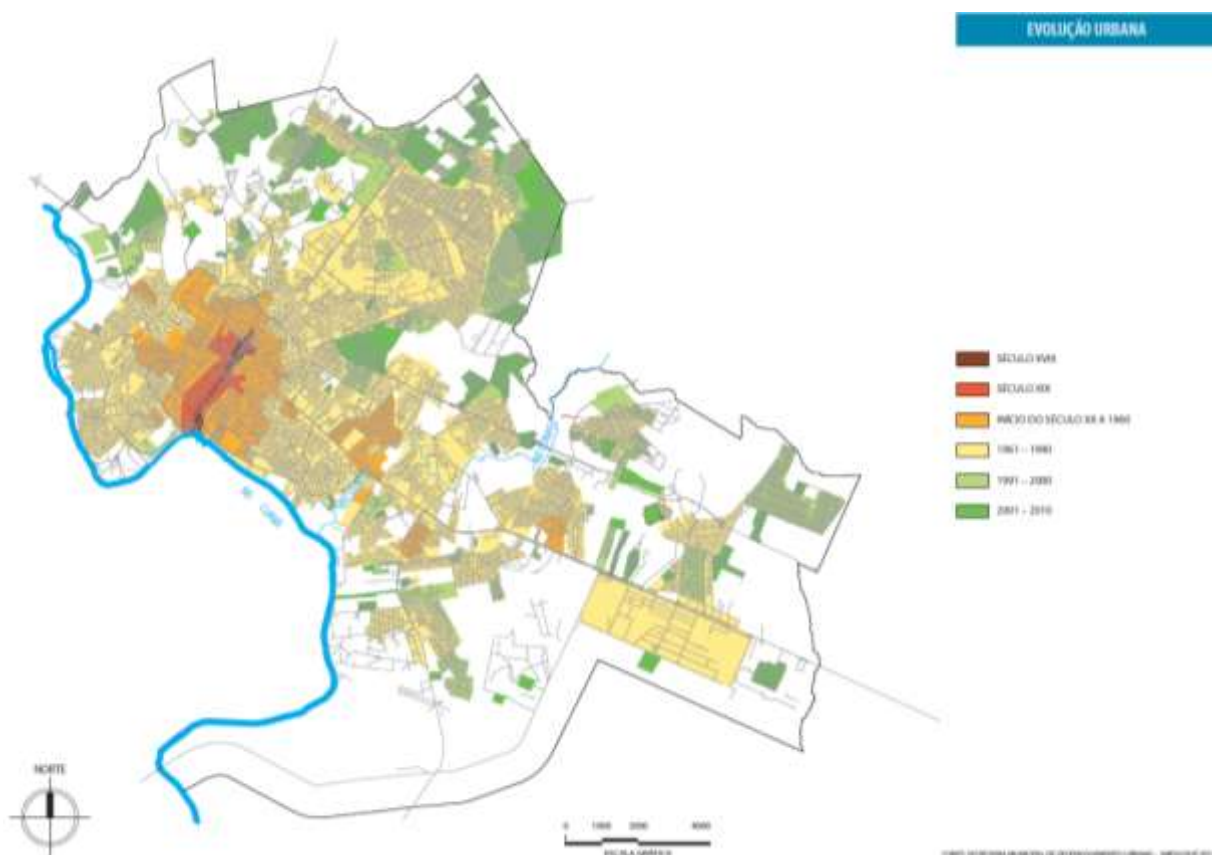


Figura 08 – Evolução Urbana de Cuiabá.

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU, 2010.

Em frente à Travessa 21 de Abril, popularmente conhecido como Beco Torto, estava o museu de pedras “Ramis Bucair”, o qual abrigara entre seu acervo onças empalhadas como símbolo da região e um busto de Marechal Rondon. Na casa vizinha estava a primeira livraria de Cuiabá, no entroncamento das ruas Pedro Celestino e rua Campo Grande funcionara a Assembleia Legislativa e o telégrafo.

Esquina da rua Candido Mariano com a Pedro Celestino, no local se ergue o edifício “Na Maria Joaquina”, era o Bar Cosmopolita, também de Abelardo Blanco. Na sua frente fica o palacete construído pelo Barão Cassalvasco, Desembargador Firmo José de Matos (MENDONÇA, 1975).

Assim como em amplas regiões do país, após o golpe do “Estado Novo” de Getúlio Vargas em 1930, o progresso econômico alcançara a cidade de Cuiabá e o estado do Mato Grosso ganhara destaque notável durante a segunda Guerra Mundial.

Uma onda de modernização ocorreu em várias cidades brasileiras que causaram impactos pelas transformações físicas e pelas representações de educação impregnadas nas práticas urbanas no propósito de produzir o cidadão moderno e civilizado. Nesse sentido, as cidades são tomadas como exemplo do ideal moderno. São nelas que se criam novas concepções culturais e que se evidencia a importância da ciência e do progresso distanciando-se, cada vez mais, das mentalidades tradicionais forjadas no ambiente rural, passando esse, a representar o que há de mais retrógrado e atrasado (BUZATO, 2013, p. 1).

A partir das chamadas “Obras Oficiais”, a construção de diversas edificações fez da cidade um palco da reformulação moderna do país, estética, comportamental e até mesmo da mentalidade da população. Dentro do projeto de cunho modernizador, Cuiabá, assim como a recém-inaugurada Goiânia/GO, teria um papel estratégico neste processo de civilizar o interior. Caberia à Cidade Verde o papel de “Portal da Amazônia”. No caso do urbanismo, significava transformar a paisagem urbana de modo a tornar a cidade em um espaço pedagógico para a formação deste cidadão desejado pela ideologia estadonovista.

Desta maneira, as obras oficiais reorganizaram o espaço urbano cuiabano, buscando abandonar as arquiteturas colonial (barroca), do Império e Primeira República (neoclássica) em prol da arquitetura tipicamente modernista (BUZATO, 2017).



Figura 09 – Palácio da Justiça, 1940.
Fonte: Banco de imagens do MISC.



Figura 10 – Grande Hotel, 1940.
Fonte: Banco de imagens do MISC.

As obras abrangeram os três distritos conhecidos no período: Primeiro Distrito, ou Distrito da Sé, no atual Centro, Segundo Distrito, no Porto, e o Terceiro Distrito, atual Várzea Grande e na Serra de São Vicente. Concentrando-se em sua maioria no centro, um eixo viário largo e extenso foi aberto, substituindo assim a antiga Rua Poconé pela famigerada Avenida Getúlio Vargas, abrigando em seu curso toda a administração pública, bem como edificações como: o Grande Hotel, Cine Teatro Cuiabá, Secretaria Geral (atual arquivo público), Palácio da Justiça, Colégio estadual Liceu Cuiabano, e a Estação de Tratamento de Água.

Conte e Freire (2005, p. 40) complementam que no final dos anos 50, ocorre a demolição do antigo Palácio Alencastro e dos outros imóveis neoclássicos daquela quadra para a construção do novo Palácio do Governo, atual sede da Prefeitura de Cuiabá, com arquitetura tipicamente modernista.



Figura 11 – Antigo Palácio Alencastro
Fonte: Banco de imagens do IPHAN/RJ



Figura 12 – Construção do novo Palácio Alencastro
Fonte: Banco de imagens do MISC

No largo da Matriz, atual praça da República, estava a Igreja do Senhor Bom Jesus, padroeiro da cidade, com cinco altares em talha dourada e policromada e molduras que revelavam traços da arquitetura barroca e rococó. Esta praça já fora nomeada como Praça Bispo Dom Carlos e só posteriormente adotou a nomenclatura atual, devido a homenagem a memória do presidente da república Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, visto que o bispo da época, Dom Carlos, não autorizara a entrada na igreja do Pavilhão Nacional.

Duas escadas laterais compunham a praça, iluminação por meio de postes instalados durante a administração de Dom Aquino Correa e tendo vista para o que hoje se conhece como sede dos Correios, a antiga cadeia pública da cidade.



Figura 13 – Centro de Cuiabá, 1960.
Fonte: Banco de imagens do IPHAN/RJ

Conte e Freire (2005, p. 40) retomam que a demolição do antigo Palácio Alencastro para a construção de uma sede do Palácio do Governo, de caráter modernista, foi apenas o princípio do que estava por vir: a demolição da Catedral Metropolitana no final da década de 60.



Figuras 14 e 15 – Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1942.
Fonte: Banco de imagens do IPHAN/RJ.

A justificativa para a sua demolição era que a Catedral apresentava problemas estruturais, com resoluções irreversíveis. Dessa forma, o então representante da Mitra

Arquidiocesana de Cuiabá, Bispo Dom Orlando Chaves, tomou a decisão de mandar demolir o templo com dinamitações em 1968.



Figuras 16 e 17 – Demolição da Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1968.
Fonte: Acervo Público de Mato Grosso.

A Catedral foi substituída por uma nova igreja, inaugurada em 1973, de gosto duvidoso e dimensões avantajadas (CONTE E FREIRE, 2005, p. 25-30). As diversas demolições e descaracterizações que se estenderam por toda a área central, fomentadas pelo Estado e pela Igreja, ocorreram até meados dos anos 80. Não obstante, essa demolição acarretou em um trauma na sociedade cuiabana, fomentando a consciência preservacionista pela população local.



Figura 18 e 19 – Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1942.
Fonte: Acervo Público de Mato Grosso.

Deste modo, o centro histórico da cidade de Cuiabá, em uma área delimitada durante o processo de tombamento verificado e realizado pelo IPHAN, retrata as origens da população e seu processo de crescimento histórico-cronológico.

O Decreto-Lei nº 25, promulgado no Brasil em 30 de novembro de 1937, protege o patrimônio histórico e artístico nacional, este foi a primeira norma legal no Brasil a impor restrições administrativas aos direitos de propriedade e criou um instituto de pesquisa de ponta. De acordo com Márcia Chuva (2009), este é um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído, por meio do SPHAN.

O tombamento tem como finalidade impor uma delimitação de propriedades, públicas ou privadas, sem, no entanto, promover a desapropriação ou impedir sua alienabilidade. Sem dúvida, o contexto de implantação do decreto-lei nº 25/1937, durante o Estado Novo, foi fundamental nesse sentido, já que foram construídos os meios e técnicas necessárias para sua aplicação, execução e legitimação, consagrando a ideia da preservação cultural nas mãos do Estado (CHUVA, Marcia, 2009).

Em 1985, é feito o tombamento provisório municipal de parte da área central e outra parte no bairro do Porto. Em 1988, essa mesma área central foi tombada a nível federal, sendo homologada em 4 de novembro de 1992, tornando-o definitivo.

O conjunto arquitetônico urbanístico e paisagístico de Cuiabá foi tombado pela união Federal em 4 de novembro de 1982 por enquadramento no decreto-lei nº 25 de 30/11/1937 com abrangência para área de tombamento e para as diversas áreas de vizinhança doravante denominadas entorno (IPHAN, 1994).

Segundo Conte & Freire (2005, p. 41),

O tombamento justifica-se porque a área mantém íntegro o traçado urbano colonial e sobre ele guarda as marcas do processo cultural de Cuiabá: os casarões do século XVIII (ainda que alguns modificados), as edificações ecléticas do século XIX e mesmo exemplares da arquitetura dos anos 50 e 60 do século XX tão comum nas cidades brasileiras. Esse acervo construído “conta” a história da formação do centro – sendo, portanto, expressão cultural da cidade – e das atividades ali desenvolvidas.

Pode-se afirmar que o centro é a própria história da cidade, seu espaço urbano e arquitetura dão-lhe personalidade histórico-cultural e conferem-lhe identidade. No entanto, o desenvolvimento experimentado por Cuiabá nos últimos anos vem exercendo forte pressão sobre o Centro da Cidade. O atual crescimento acelerado

vem provocando a descaracterização de praças e da arquitetura dos edifícios, como demolições internas e externas de edifícios coloniais, abertura irregular de vãos de fachadas, instalação de coberturas metálicas, acréscimo de materiais como peles de vidro reflexivos, ACM e placas publicitárias nas fachadas, entre outras barbáries arquitetônicas.

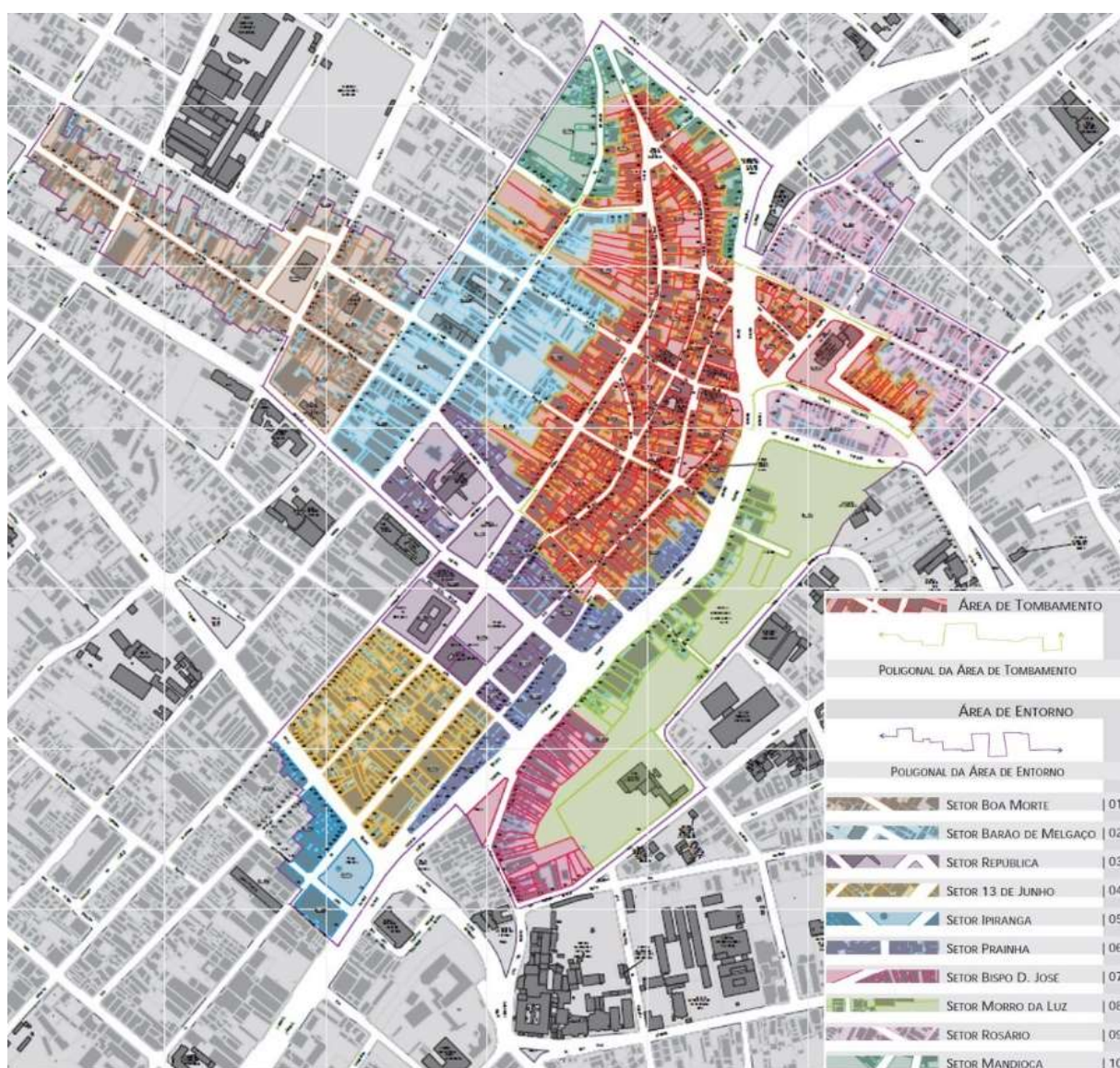


Figura 20 – Poligonal de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá.

Fonte: IPHAN (2007)

O tombamento e a preservação do Centro Histórico da cidade demonstram o seu valor cultural. A área tombada possui 13,1ha e compreende aproximadamente 1000 edifícios que datam dos séculos XVIII, XIX e XX, trazendo o traçado urbano colonial em toda sua integridade (IPDU, 2010).

A partir do tombamento, a preservação da memória de Cuiabá e do Centro-Oeste pôde ser protegida, através da conservação das edificações, logradouros e a paisagem, suporte físico da cultura herdada pelos cuiabanos de outrora, que assim incorpora, acolhe e perdura. (IPDU, 2010).

De acordo com a Instrução Normativa de Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá (IPDU, 1994), a área do entorno do conjunto tombado da cidade da cidade é dividida em setores, com critérios e normas específicas para sua proteção e preservação, correspondendo suas características ao subgrupo morfológico, classificados por critério de tipologias arquitetônicas e a historicidade das regiões.

Isso também assegura a importância histórica e cultural do centro da cidade, principalmente na área onde o arruamento da antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá permanece quase inteiro, compondo as variadas tipologias arquitetônicas de quase 300 anos de evolução urbana e cultural.

O fato de diversos imóveis localizados no centro histórico de Cuiabá estarem em estado de degradação e conseqüente abandono por parte de seus proprietários faz com que os mesmos sejam invadidos e utilizados como moradia por moradores de rua ou marginais, desta maneira, passando uma sensação de insegurança a quem circula pela região em horários não comerciais. Por isso, ela não frequenta o espaço, e assim a falta de uso dos imóveis e espaços públicos se agrava cada vez mais. Assim, o Centro incentiva medo à população, acarretando o aumento da discriminação com a região.

A falta de investimento na manutenção e conservação gera um parque de imóveis privados degradados ou ultrapassados que vão ficando para trás, enquanto a cidade vai crescendo em outras direções. Esse movimento pode ser infundável se as cidades não voltarem a crescer para dentro, recuperando o investimento, público e privado, feito em outras épocas.” (Programa MONUMENTA, 2009, p. 28).

A cidade de Cuiabá – a espelho de outros municípios que possuem centros históricos tombados pelas esferas federais, estaduais ou municipais – oferece incentivos fiscais do município incentivam a preservação de imóveis de valor histórico e urbanístico no município. A Lei Complementar nº 231 e 232 de 2011, que dispõe sobre o Uso, Ocupação e Urbanização do Solo, apresentam nos artigos

Art. 34 O Município concederá incentivos fiscais, através de legislação específica, para os imóveis localizados no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado pela União, quando devidamente preservados nas suas características arquitetônicas originais.

Art. 35 O Município concederá incentivos fiscais, através de legislação específica, para empresas estabelecidas no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado pela União, que adotarem horário alternativo de funcionamento.

Art. 36 Os imóveis preservados ou recuperados de acordo com as especificações do órgão federal de patrimônio histórico ficarão isentos de IPTU enquanto permanecerem em bom estado (CUIABÁ, 2011, p. 24-25).

Dentre essas leis, a isenção de Imposto Predial é dada a imóveis que permanecerem em bom estado de conservação, a ser atestado anualmente pelo IPHAN após ser requerida pelos proprietários ou inquilinos.

1.2 Vila Bela da Santíssima Trindade

Localizada no extremo oeste da então capitania de Mato Grosso, Vila Bela foi alocada em área estrategicamente escolhida, “à beira do rio Guaporé, em um sítio denominado Pouso Alegre, fronteira natural com as terras da Espanha, para ser a capital da capitania de Mato Grosso, em 1752” (LORDELO, 2009, p. 3). Estes desencontros de datas apontados entre os autores se dão porque, inicialmente foi emitida uma carta Régia em 1746 e a fundação oficial aconteceu em 19 de março de 1752, conforme esclarece Araújo (ARAÚJO, 2021).

Segundo Araújo (2021), coube a D. António Rolim de Moura, primeiro governador da capitania do Mato Grosso, o papel de fundar a Vila à margem do Rio Guaporé consolidando assim a fronteira com os espanhóis (BORGES, 2001). Para tanto, enviou o juiz de fora Theotônio da Silva Gusmão em junho de 1751, em direção ao Guaporé para encontrar um local conveniente para criar o povoado. Theotônio encontrou este lugar que guardava as características de possuir “boa água, campos, florestas e via de comunicação esplêndida. Atendia em tudo aos requisitos reais e ficava à beira do Guaporé” (SILVA, 2005). Além de estar à beira do Guaporé, guardava as características de “ser defensível, ter campos com pastos para os animais dos moradores, capões abundantes de lenha e mesmo de madeira, ter na sua

proximidade, grandes matas onde se podiam fazer estabelecimentos de lavoura” (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2001)

Criou então estradas e uma rancharia em Pouso Alegre, preparando a chegada de Rolim de Moura, que aconteceu em dezembro daquele mesmo ano que se acomodou ali com sua comitiva. Em março, após o nível das águas abaixarem, se realizou a cerimônia de praxe com a ereção do pelourinho e distribuição de cargos.

Em outubro de 1752, Rolim de Moura comunica à coroa suas ações urbanizadoras. Em seu relato, expôs que escolheu a praça principal em lugar alto para evitar enchentes, construindo-a com a seguinte característica: o lado oriental voltado para a matriz, o poente para a câmara, o norte para a residência do governador e o sul para os quartéis. A partir de cada ângulo do canto da praça, traçou duas retas para as construções das casas dos moradores.

Este planejamento de cidade, até então uma exceção no Império Português, só foi possível com a interferência do engenheiro militar Francisco Mota, que instituiu este modelo com traçado sofisticado regular e hipodâmico dotado de ruas amplas que marcam Vila Bela até os dias atuais, mesmo com algumas descaracterizações (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006). Esta organização de plano ortogonal ou de xadrez, tinha a intencionalidade de transmitir o sentido de ordem para índios e mamelucos, que viviam em moradias com organizações coletivas diversas da agora imposta.

Na verdade, este método ritualístico de traçado das cidades, faziam parte dos planos portugueses de ocupação de forma regularizada no território brasileiros seguindo o mesmo padrão como é o caso de São José de Macapá, Vila Nova Mazagão e Vila Bela (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006). A criação do Pelourinho mostrava o ceto do poder, do controle e da disciplina fazia parte da concepção portuguesa de colonização, devendo ficar no ceto das praças

Os métodos construtivos das trinta e quatro primeiras casas de Vila Bela, eram, segundo Rolim de Moura, com “cobertura de telha e outras tantas com cobertura de palha” (ARAÚJO, 2021). A igreja que, inicialmente era coberta de palha, foi demolida para a construção de outra de madeira com alicerces de pedra, cujos

recursos da Real Fazenda para evitar encargos demasiados à população que poderiam afugentá-los (CANOVA, 2010).

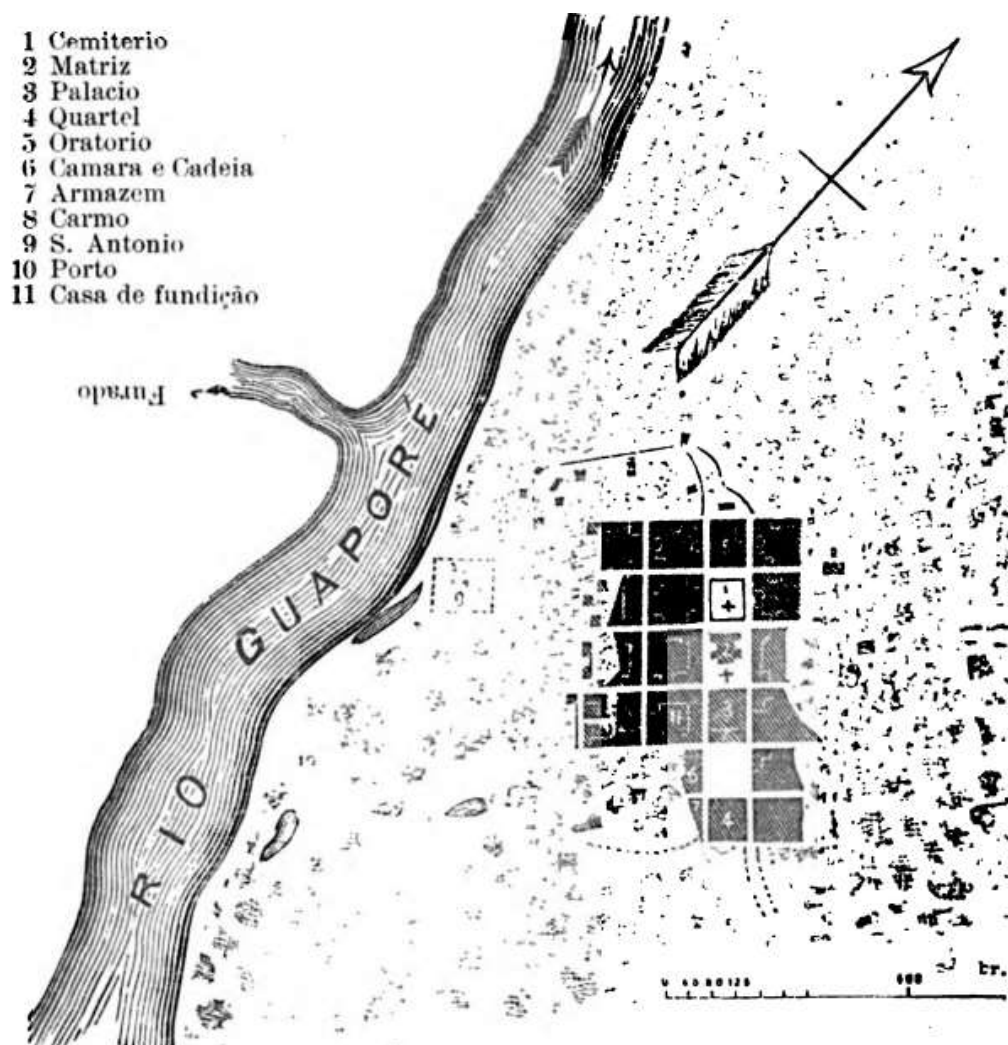


Figura 21 – Planta de Vila Bela da Santíssima Trindade, 1886.

Fonte: João Severiano da Fonseca. Viagem ao Redor do Brasil. Volume 2, 1880. P. 107.

Para Fernandes (2020), com a ação estratégica e audaciosa do governo português de criação de uma Vila-Capital às margens do Guaporé, também foi incentivado o crescimento populacional daquela Vila através de privilégios fiscais e auxílio ostensivo da Coroa.

Segundo o IHGMT, os incentivos eram atrativos como o “pagamento de meio quinto ou meia capitação, não pagamento dos direitos de entrada e o não pagamento dos dízimos por tempo de doze anos, não execução por dívida contraídas fora da vila e de seu distrito dentro de três anos” (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2001).

A população da vila e de seus arredores era de vinte e tantas roças entre grandes e pequenas que contavam com setecentas pessoas de confissão, segundo a contagem feita pelo vigário, que possuía gente de “todas as qualidades”. Neste contexto, o “aprofundamento das raízes da vila” se dava pela existência de vários engenhos de farinha de milho, mandioca, açúcar, aguardente e melado, bem como a criação de bovinos e de carneiros (CANOVA, 2010).

Por outro lado, havia a carência de farinha de trigo inclusive para a produção das hóstias da igreja, o que paralisavam celebrações. Os demais gênero como o sal, o vinho, o azeite, os instrumentos de trabalho, as manufaturas, os tecidos, os escravos e outros gêneros alimentícios, vinha do Grão-Pará por via fluvial (CANOVA, 2010).



Figura 22 – Planta do Novo Arraial de Casalvasco. Autor não identificado (1783).
Fonte: Acervo da Casa da Ínsua, Portugal.

Já em 1772, Vila Bela contava com 4.200 pessoas de maioria masculina e de apenas 18,5% de mulheres, não chegando a 528. Esta população era sobremaneira composta por mestiços, sendo 2/3 negros, índios e mulatos e ocupavam as funções de pedreiros, barbeiros, ambulantes, domésticos, enquanto que o 1/3 da população formada por brancos se dedicavam ao comércio e à mineração ou na função pública (SILVA, 2005).

Mesmo considerando a intenção de ser ali um forte contra a invasão espanhola, a Vila-Capital era pouco guarnecida, pois não havia um aparato militar de proteção, apenas a própria característica da composição natural do lugar. Ainda, a pouca tropa que havia era insolente, indisciplinada e não respeitava as regras impostas. Segundo Silva (2005), o secretário do Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, Luís de Albuquerque, queixava-se de que a população masculina, além de ser de maioria não branca em idade de pegar em armas, caso fosse chamada em caso de defesa, não eram estabelecidos naquela localidade, constituindo uma relação efêmera entre esses personagens.

Nas ocasiões em que havia ameaça, os homens das camadas mais humildes da sociedade viam como verdadeira desgraça sua convocação, pois teriam que abandonar suas famílias e suas plantações, deixando-as vulneráveis aos ataques de índios. Nas ocasiões em que havia ameaça, os homens das camadas mais humildes da sociedade viam como verdadeira desgraça sua convocação, pois teriam que abandonar suas famílias e suas plantações, deixando-as vulneráveis aos ataques de índios. Outros teriam que paralisar suas atividades de mineração, que certamente significaria mais prejuízo para suas poucas possibilidades (SENA, 2006, p. 31).

Ressalta-se que em 1766, os espanhóis de Santa Cruz de la Sierra, tentaram invadir Vila Bela e foram repelidos por forças militares organizadas pelo governador (SILVA, 2006).

Importante ressaltar que o advento da instalação de Vila Bela gerou um clima de tensão entre as duas coroas naquela fronteira à época. Porque esta configuração foi importante para o início da conquista da liberdade de negros e índios escravos dos portugueses e espanhóis respectivamente, pois os negros, aproveitando o conflito entre as coroas, migraram para a margem esquerda do rio no lado espanhol, fugindo do jugo português, enquanto que os índios fizeram o mesmo, atravessando o rio para a margem direita para escapar da exploração dos padres espanhóis em suas missões (FERNANDES, 2020). Contudo, acordos entre as duas coroas foram firmados no sentido de devolução dos escravos fugidos. Acordo este que nem sempre era cumprido, pois os jesuítas tinham interesse na mão de obra escrava

O fato da instalação de Vila Bela à margem do Rio Guaporé, por outro lado, impôs aos moradores os dissabores de inundações provocadas pelas enchentes.

Com estas enchentes, as doenças e epidemias tropicais eram preocupação cotidiana impondo a alcunha à Vila-Capital de pestilenta e doentia, o que era um problema para a população e também para a administração o que levou ao governador a recomendar que as novas construções fossem levantadas o mais distante possível da margem do rio (SILVA, 2005). Esta proposta foi apresentada por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que chega à Vila Bela em 1772 como 4º Capitão-General e Governador da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá (SILVA, 2006).

Segundo o projeto de reurbanização de Pereira e Cáceres, apresentado na planta de 1773, com a característica de só conceder novos terrenos para se construírem edifícios, em uma área distante das margens do rio e dissuadir pessoas pelo convencimento dos reconhecidos inconvenientes das cheias. A planta também apresentava uma padronização do tamanho dos terrenos.

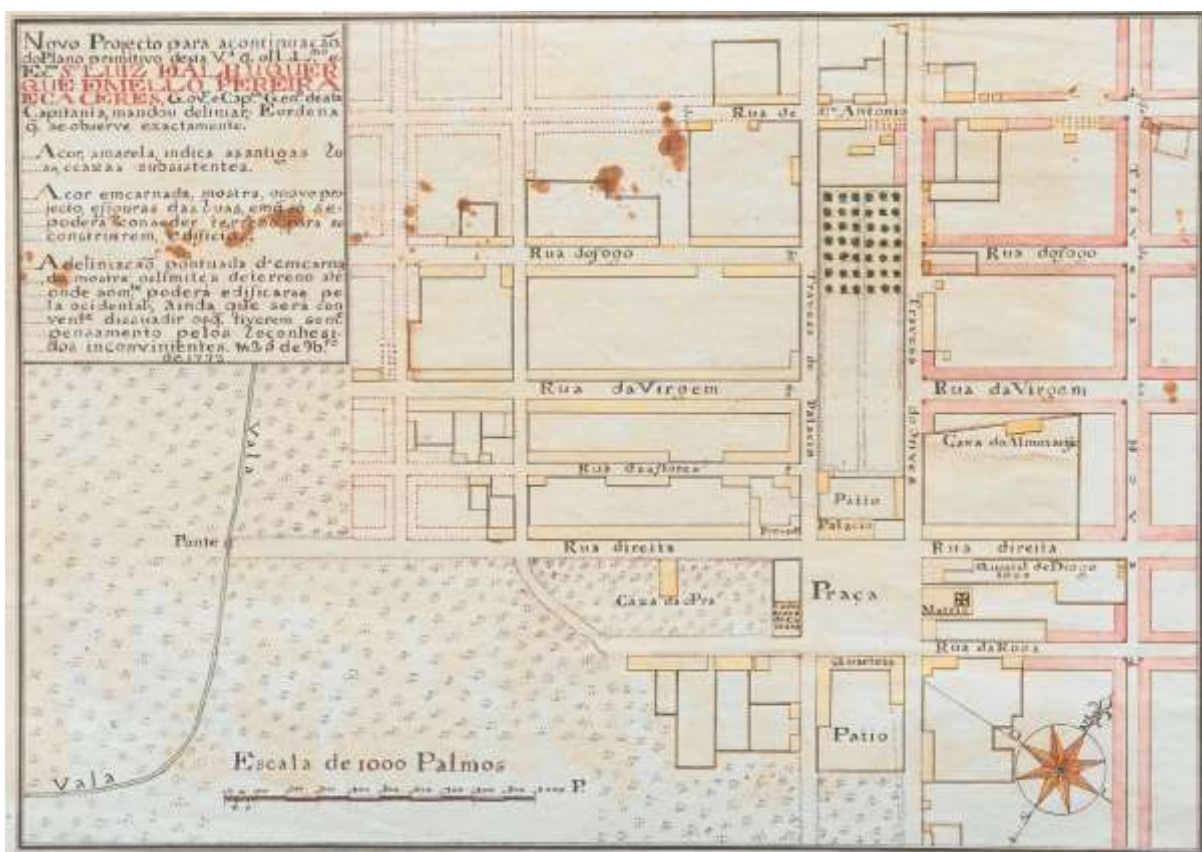


Figura 23 – Planta baixa de Vila Bela da Santíssima Trindade, 1773.

Fonte: Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colônia*. p. 259. 2000.

Para Silva (2006, p. 64), os Anais de Vila Bela de 1773 dizia que:

As novas casas fossem edificadas em direção à nascente que oferece maior altura e gozo de um ambiente mais sadio e determinou nova

delimitação de ruas e travessa com respectivo desenho. E ainda ordenou que a Câmara de Vila Bela fizesse sair da vila todos os enfermos chamados de lepra.

O autor ressalta que nas pesquisas documentais, não encontrou referências ao doente com lepra nem a preocupação do governador tenha pensado em edificar um hospital na Vila-Capital, mas sabe-se que o único que existia era militar. Contudo, foi construído um leprosário em 1790, no governo de João Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

Em 1775, Luís de Albuquerque faz erigir em Vila Bela duas ruas que, embora não se tenha documentação das reais intenções para sua construção, deram à Vila a formosura no traçado urbano bem como a possibilidade de se realizar desfiles militares e procissões, tendo em vista que isso fazia parte dos ideais da época como assevera Silva (2006, p. 82).

Como símbolos de ordem a grande Travessa aberta em 1775, e a rua em 1776 em Vila Bela, eram representações simbólicas de um governo que exibia no retilíneo da rua a rigidez de uma administração que irrompia o extremo oeste para demonstrar o zelo que os administradores coloniais têm para com os negócios metropolitanos, dando comodidade aos seus habitantes.

Com o intuito de solucionar os problemas das constantes cheias do Rio Guaporé e, conseqüentemente, propor a reedificação das construções erigidas com materiais frágeis – como madeira e palha –, as casas existentes foram desapropriadas e os proprietários indenizados em bilhetes da Real Fazenda em ouro. Com estes investimentos, as reconstruções foram possibilitadas, com o intuito de “representar os símbolos e signos do poder das autoridades locais e metropolitanas” diante da possibilidade de reunir escravos, homens e mulheres pobres até o mais rico comerciante e funcionários públicos. Já a praça permitia a reunião de negociantes e transeuntes próximos ao centro do poder político o que se permitia vigiar e impor poder e disciplina a toda população Silva (2006).

Além da alteração no plano de reforma do espaço urbano de Vila Bela, é no governo de Luís de Albuquerque, 4º governador, que se instala alterações na política de fronteira. Entre as medidas o controle censitário da população foi implementado com vistas a controlar o fluxo de habitantes na fronteira e com isso garantir a posse efetiva da região.



Figura 24 – Rua Santo Antônio, em primeiro plano as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, 1930.

Fonte: Acervo IPHAN/MT.

Também objetivou o crescimento populacional com o incentivo à amizade com os índios e, inclusive com os espanhóis colonos do Alto Peru que quisessem entrar em Mato Grosso, objetivando com isso além do crescimento populacional a mão de obra qualificada e barata para o trabalho na capitania, visto que os negros chegavam à capital a preços exorbitantes.

Estas ações faziam parte da estratégia que fazia parte do jogo da política de ocupação da região de fronteira proposto por Pombal e garantiu a Luís de Albuquerque uma administração que durou 17 anos com outras ações que agradavam a Coroa como a criação de novas vilas e povoados (SILVA, 2006).

As novas construções, exigiam mão de obra, equipamentos e material no pé da obra e que não se encontravam em Vila Bela. Houve a necessidade de se importar escravos e construtores de outras localidades, como de Cuiabá e do Grão-Pará. Ferramentas como alavancas, picaretas e pás, suficientes para a extração das pedras foram para a Vila pelo Guaporé, bem como transporte para pedras. Também foi necessário a utilização de ameríndios nestas atividades (CHAVES, 2011).

Importante observar que as medidas profiláticas³ com os afastamentos de novas construções, não foram suficientes para eliminar as constantes epidemias que

³ Refere-se a profilaxia e significa preventivo, sendo utilizado para designar algo capaz de prevenir ou atenuar determinada doença.

afetavam os vilabelenses. Em 1790, segundo Silva (2006), uma epidemia catarral matou 114 pessoas em um mês. Este fato ensejou a construção de um novo cemitério, visto que os sepultamentos eram realizados no interior ou nas adjacências das igrejas. Porém com este grande número de mortos, tornou-se necessário a criação de um novo local para sepultamento às pressas, fugindo então da proposta de uma cidade planejada.

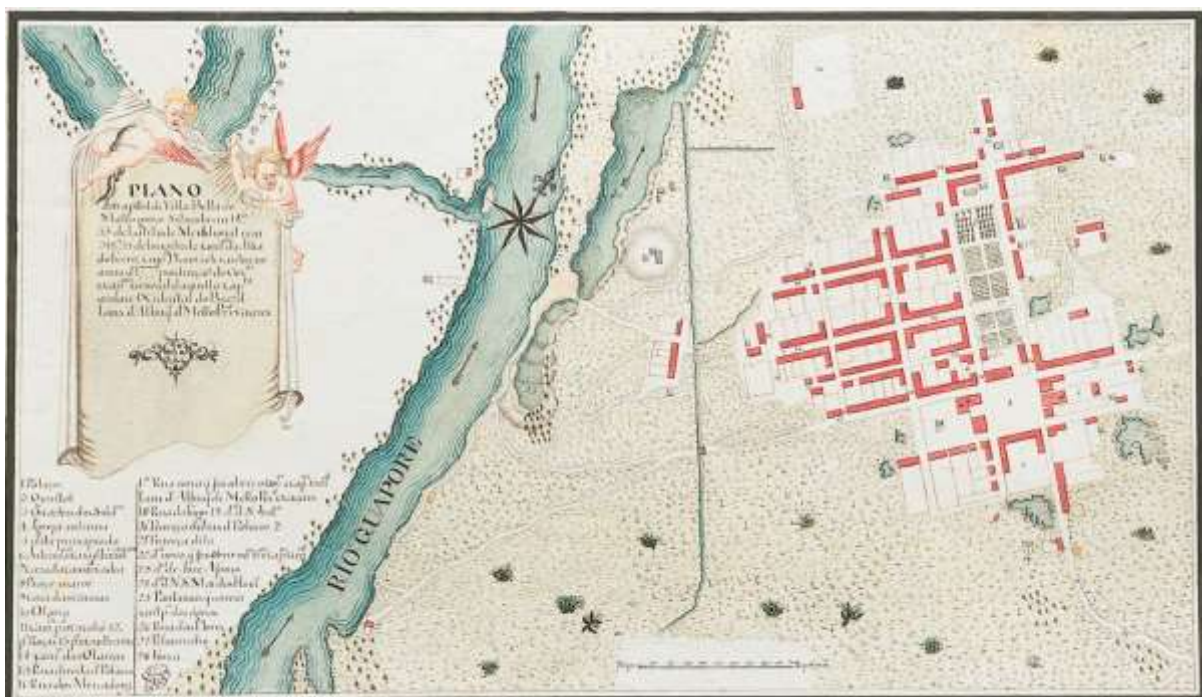


Figura 25 – Plano de Vila Bela da Santíssima Trindade de 1789, onde uma rua atravessa e diminui o tamanho do lote da residência oficial do governador geral
Fonte: REIS FILHO (2000).

Mesmo com todas intenções de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres de reduzir os problemas trazidos pelas enchentes, os cuidados com a limpeza tanto das ruas quanto das margens do rio não tiveram êxito. Fato é que os problemas endêmicos continuaram e garantiram à Vila Bela uma imagem negativa, interpretada como situações temerárias para a época:

No século XVI e XVIII de várias formas, mas sempre associada ao pensamento mágico religioso ocidental onde a ideia de desgraça, sina, punição, chamado, castigo divino, sinal apocalíptico num misto de fé e explicação para o desconhecido (FERNANDES, 2020, p. 361).

Estas condições colocaram Vila Bela da Santíssima Trindade sob desconfiança e descontentamento com a condição de capital da província de Mato Grosso. Em paralelo, crescia em Cuiabá o sentimento popular de mudança para lá a sede do

poder. Reforçavam esta vontade as lideranças locais que ali moravam, pois viam na instalação da capital a aproximação com a Coroa e com isso, maior valorização de seus capitais configurados em terras e no desenvolvimento da pecuária e do comércio, bem como faziam parte do próprio governo como oficiais militares.

Cuiabá, possuía a característica de estar na região central da Capitania e era o entroncamento das expedições que vinham do Rio de Janeiro e São Paulo e possuía uma população maior que Vila Bela. Segundo Sena (2006), Vila Bela possuía cerca de 6.000 habitantes, enquanto na baixada cuiabana (Cuiabá, Poconé, Santo Antônio do Rio Abaixo, Rosário do Rio Acima) havia por volta de 20.000 habitantes.

Nestas condições, a elite da população reivindica a mudança de sede da capital, como descreve Sena (2006, p. 33)

Dessa maneira, a elite cuiabana reivindicava a transferência da capital para Cuiabá, que por determinação régia ganhava foros de cidade, como também Vila Bela, que passava a se chamar cidade de Mato Grosso⁷². Os cuiabanos argumentavam que sua terra era a principal cidade mato-grossense, com maior população e comércio, enquanto a cidade de Mato Grosso era acusada de possuir alto índice de mortalidade devido à insalubridade da região guaporeana. Reforçavam esse argumento as mortes de autoridades no vale do Guaporé.

O clima de tensão política se instala entre as duas vilas. Diversas investidas foram feitas para mudar para Cuiabá a sede da Colônia. O próprio governador Manoel de Abreu e Menezes pediu esta transferência, mas não foi atendido. Depois de sua morte em Vila Bela, João d'Oeynhausen e Gravenberg o sucedeu e também não conseguiu transferir a capital, contudo, mudou vários órgãos administrativos para a baixada e passou a governar de lá, até o fim de sua administração em 1819. Francisco de Paula Magessi – militar brasileiro e primeiro barão com grandeza de Vila Bela –, também fez suas tentativas tendo interesses pessoais de possuir fazenda na baixada cuiabana que eram administradas por sua esposa.

Com a deposição de Magessi pelos militares, a elite cuiabana não permitiu que a “Junta Administrativa” que havia se instalado em Cuiabá tendo em vista que consideravam a vila como a legítima capital. Vila Bela, agora chamada de Mato Grosso, procurou ganhar apoio popular, visto que reconhecia que os últimos capitães-generais escolheram Cuiabá para morar.

Como investida, Mato Grosso estabeleceu a abolição da escravatura em toda a Capitania; e mais, seria extinta a fidelidade conjugal, assim como a castidade das donzelas deixaria de ser obrigatória. Foram iniciativas que buscava minar as bases de sustentação dos senhores da elite (SIQUEIRA, 2017). Não se sabe se estas medidas ampliaram a adesão popular à causa de Vila Bela, mas se sabe que Cuiabá amplia a “adesão política com João Pereira Leite, dono da mais rica fazenda da província, a Jacobina, e de outras 18 sesmarias, morador de Vila Maria (hoje Cáceres)” (Sena, 2006, p. 37). O autor, ainda aponta que algumas medidas ampliaram o isolamento da cidade de Mato Grosso (Vila Bela), com medidas drásticas para minar de vez as resistências de manutenção da capital:

A cidade de Mato Grosso ficou isolada politicamente. Além do mais, foram dificultadas, fisicamente, as comunicações que se fizessem por Cuiabá, vedando a via fluvial para barcos que se destinassem ou proviessem do Guaporé. Para chegarem ao litoral teriam que seguir pelos rios do Pará, cujas linhas de comércio estavam desativadas (Sena, 2006, p. 37).

Esta contenda perdurou até o rompimento do Brasil com as Cortes de Portugal por D. Pedro I. Criou-se uma Junta mista entre as duas cidades com resistência dos representantes de Cuiabá em assumi-la. Contudo, não se resolveu de imediato qual dos dois lugares seria a capital. “Se legalmente era a cidade de Mato Grosso, os argumentos em favor de Cuiabá acabaram por ter maior peso para a decisão” (Sena, 2006, p. 39). O bispado de Mato Grosso também se transferira da cidade de Mato Grosso para Cuiabá.

O desenrolar dos fatos da transferência definitiva para Cuiabá, aconteceu com oficialização da Capital da Província para Cuiabá após cinco governos terem assumidos após o rompimento com Portugal e o movimento da Rusga⁴. Assim, foi oficializado em 1935, Cuiabá com a sede da província pela Lei nº 19 de 28/8/1835 (GOVERNO DE MATO GROSSO, 20221). Com esta mudança, houve um esvaziamento da então capital:

Os moradores abandonaram a região, deixando casas, estabelecimentos comerciais e escravos para trás. Num dos episódios

⁴ Fanaia (2012, p.64) descreve a Rusga como um movimento “nativista” que tinha por finalidade eliminar a presença portuguesa do território mato-grossense, devido ao monopólio econômico que detinham sobre a população no período regencial. Desse modo, há a concepção naturalizada de que o movimento só eclodiu em decorrência do monopólio dos portugueses.

mais fascinantes de toda essa história, são estes escravos abandonados que garantem a sobrevivência da cidade, constituindo no local uma comunidade negra forte, unida e fiel às suas tradições (IBGE, [S.d.]).

Com a alteração da localização da estrutura administrativa do Estado de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade caiu no esquecimento por longos anos pela sociedade e pela gestão estadual, tendo em vista que não havia mais sentido para os mandatários terem os holofotes voltados para a municipalidade vilabelense. Com isso, os recursos públicos, que antes eram vastos, deixaram de ser destinados para o Vale do Guaporé, colocando a cidade em risco de se tornar um amontoado de ruínas. Esta realidade se tornou cada vez mais evidente, porque o custeio de sustentação da máquina pública municipal nunca foi suficiente, diante da nova realidade, para sustentar os patrimônios do período colonial.

Esta angústia durou séculos e, neste período, muitos patrimônios se deterioraram, para desespero da comunidade que é composta, em sua maioria, por quilombolas. Até algumas de suas estruturas virem a ser reconhecidas como patrimônio histórico nacional, fato que se materializou em tempo bem recente com a igreja Matriz. Este processo foi tomado, posteriormente, para todo o perímetro histórico da cidade de Vila Bela como forma de preservar o traçado de 1773, conforme cita Mascaro (2021):

As ruínas da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade é patrimônio histórico tombado em nível nacional nos termos do Decreto-Lei nº 25/1937, inscrito no livro do Tombo Histórico, Volume II, em 13 de junho de 1988, conforme Processo nº 877-T-1973 e ato publicado no D.O.U. em 03 de novembro de 1987. O bem está protegido também, em nível estadual, pela Portaria nº26/1984 publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, que tomba como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Mato Grosso o perímetro urbano da cidade e todos os imóveis nele inseridos. Mais tarde, em 10/09/2002, o perímetro urbano foi delimitado de acordo com o parecer que “recomenda a delimitação do perímetro histórico de Vila Bela, para a preservação, o traçado original de 1773, cuja planta se encontra no Museu da Casa Ínsula, em Portugal” (MASCARO, 2021, p. 15-16)

Como se sabe, no momento do estabelecimento de Vila Bela como sede estrutura administrativa, foram edificadas a Câmara e a residência do governador, além do Palácio dos Capitães Gerais e a Igreja Matriz, esses últimos no entorno da praça. Todavia, foram tombadas individualmente, a nível federal, apenas as ruínas da Igreja Matriz e o Palácio dos Capitães Gerais, em 1988 (IPHAN, 2021).

O projeto original da Matriz nunca foi finalizado, visto que seus campanários jamais foram construídos. Talvez por conta de redução de custos por se tratar de uma obra realizada pelas esmolas dos fiéis (GOVERNO DO MATO GROSSO e colab., 2004).

Segundo o Governo de Mato Grosso, “Rondon alcançou-a ainda em pé e com o altar mor coberto, por volta de 1906, legando-nos duas preciosas imagens a respeito”. (GOVERNO DO MATO GROSSO e colab., 2004, p. 9-10). Antes, porém, a igreja já havia sofrido dois desabamentos e fora reconstruída entre 1775 e 1793, segundo Mascaro (2021) e corroborado pelo IPHAN (2021).



Figura 26 e 27 – Provável registro de 1906 e após 1906, autoria desconhecida.
Fonte: Rondon, Cândido Mariano. Relatórios de 1907.

Depois dos registros da Igreja Matriz feitos por Marechal Cândido Rondon, outros mostraram o colapso da estrutura do edifício cronologicamente, como mostra o Governo do Estado de Mato Grosso (GOVERNO DO MATO GROSSO e colab., 2004, p.10).



Figura 28 – Sem data de registo, autoria desconhecida.
Fonte: Acervo Mario Friedländer – Secretaria Municipal de Cultura de Vila Bela.



Figura 29 – Sem data de registo, autoria desconhecida.
Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958.



Figura 30 – Sem data de registo, autoria desconhecida.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Vila Bela.

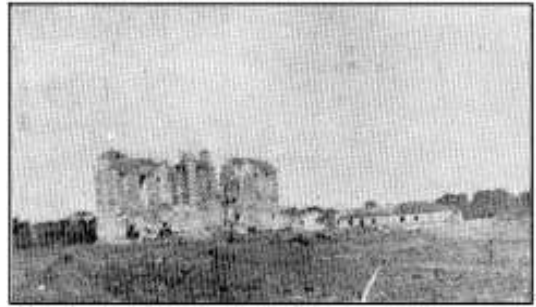


Figura 31 – Registo de 1950.

Fonte: Gen. Raul Silveira de Mello. Coronel Ricardo Franco, 1953



Figura 32 – Projeto Fronteira Ocidental – Fase I (julho de 2002).

Fonte: Mario Friedländer – Acervo Projeto Fronteira Ocidental.



Figura 33 – Projeto Fronteira Ocidental – Fase II (dezembro de 2003).

Fonte: Mario Friedländer – Acervo Projeto Fronteira Ocidental.

Assumindo o protagonismo da guarda das ruínas, o Governo do Estado de Mato Grosso realizou a construção de uma cobertura para as ruínas da igreja, finalizada em 2006. O projeto propôs um design contemporâneo que contrapõe com a proposta da ruína com a intenção de não mimetizar o patrimônio do período colonial. Com esta construção, o espaço tornou-se um grande museu aberto.



Figura 34 e 35 – Sobrecobertura das ruínas da Matriz de Vila Bela.

Fonte: Própria, 2021.

Outra estrutura tombada é o Palácio dos Capitães Gerais. Atualmente o abriga o Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz e a Secretaria de Cultura de Vila Bela (MORAES, 2016).



Figura 36 – Antigo Palácio dos Capitães Gerais com as ruínas da Matriz aos fundos, em 1930.

Fonte: Acervo IPHAN/MT.

Se trata de uma construção térrea que pouco se parece com um palácio, se assemelha a uma morada senhorial, contudo era ali a residência dos primeiros governadores de Mato Grosso, com características arquitetônicas luso-brasileira do século XVIII: “É uma extensa casa térrea de linhas sóbrias erguida em taipa de pilão. Possuía cunhais em cantaria de pedra canga e interiores profusamente decorados com pinturas e trabalhos em talha aplicada e dourada (IPHAN, 2021a). O Palácio ficou pronto em 1753 e foi uma das primeiras edificações a receber cobertura de telhas cerâmicas.

Esta estrutura se manteve por mais de dois séculos, mesmo que seu interior tenha sofrido algumas alterações no interior, o corpo estrutural permaneceu até 1960. Contudo, seus móveis e adereços desapareceram, bem como a pintura original foi alterada, segundo o IPHAN (2021). O Palácio foi restaurado pela então Fundação Nacional Pró-Memória, hoje IPHAN, em meados da década de 1980, e já sediou a Prefeitura Municipal de Vila Bela pelo período de 1986 a 2002.



Figura 37 – Patrimônio de Influência Portuguesa.

Fonte: Acervo IPHAN/MT.

Em 2016, a gestão do governo de Mato Grosso realizou um ato simbólico transferindo por dois dias, a sede da administração estadual para a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Para tanto, realizou obras de manutenção do Palácio

dos Capitães-Generais para comemorar os 264 anos da cidade. Na oportunidade, se manteve a estrutura e a configuração existente, como também se respeitou as cores das paredes internas e das fachadas. O madeiramento das esquadrias e beirais foi preservado.



Figura 38 e 39 – Antes e depois da manutenção do Palácio dos Capitães-Generais.
Fonte: SECEL, 2016.

Atualmente, Vila Bela da Santíssima Trindade, possui uma comunidade composta miscigenada de maioria negra, provenientes dos quilombos instalados no período da Colônia ou abandonados no advento da transferência da capital para Cuiabá. Os cultos às tradições permanecem como o Festa do Congo que se realiza anualmente na cidade além da preservação das ruínas dos monumentos edificadas no período colonial. Vila Bela ainda cultiva a tradição culinária e artística dos escravos ancestrais que ali viveram e deram sustentação ao período pós-capital.

Por sua expressiva riqueza histórica e arquitetônica, a preservação do patrimônio do Centro Histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade foi reconhecida pela Lei nº 28 de 10 de setembro de 1984, da Secretaria de Estado da Cultura do Estado de Mato Grosso. Contudo, a Lei não deixava explícita a área a ser preservada, tampouco estabeleceu parâmetros e critérios para a sua implementação (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2004).

Os estudos que embasaram a Lei, elaborados por técnicos do IPHAN, propõem um perímetro de preservação, estabelecendo os limites físicos do Centro Histórico.

As pesquisas, contudo, não evidenciaram as diretrizes ou parâmetros necessários à preservação dos bens culturais existentes na poligonal de tombamento definida, não apresentando, portanto, normativas válidas quanto a proteção, conservação, manutenção e intervenções nas edificações públicas ou privadas, logradouros e demais espaços urbanos dentro da área tombada.

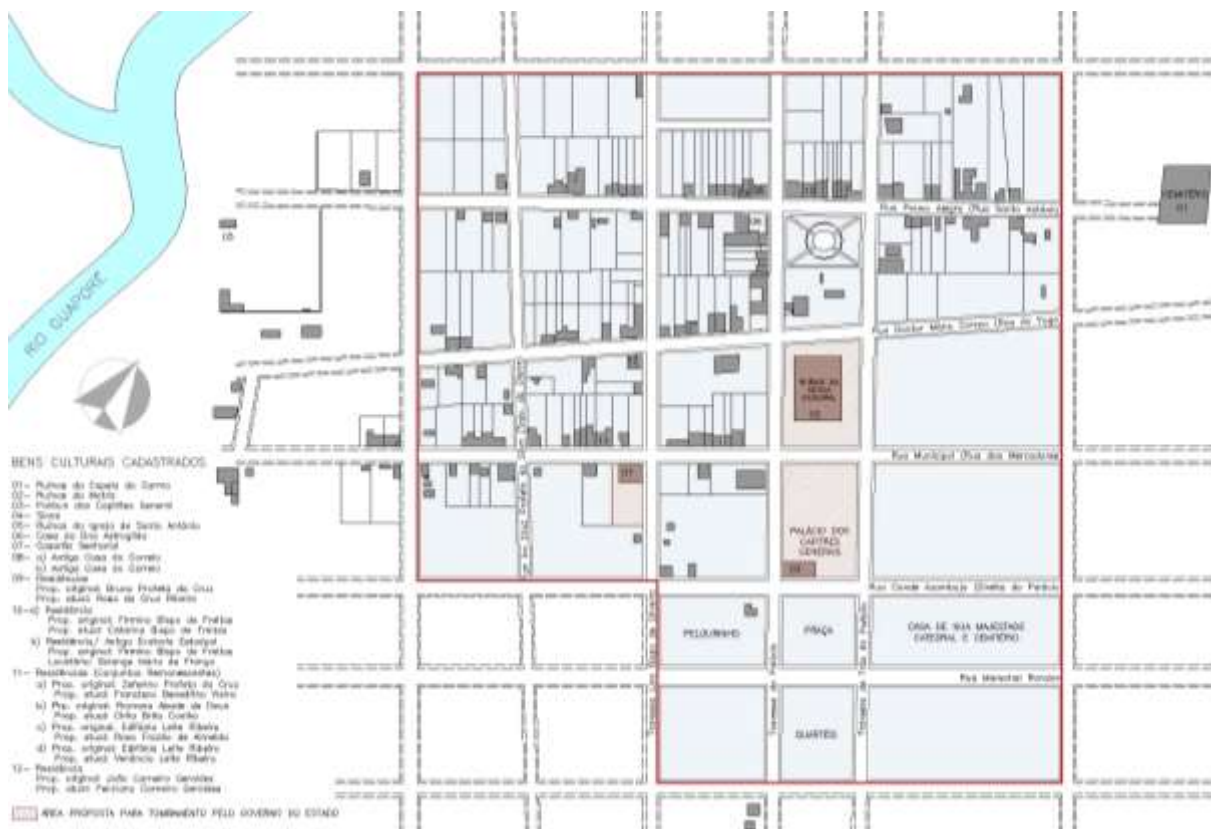


Figura 40 – Perímetro da poligonal de tombamento do centro histórico de Vila Bela proposta em 1984.

Fonte: Próprio autor, 2021.

Sendo assim, atualmente o centro histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade segue sem legislações específicas para as intervenções em seu patrimônio edificado.

1.3 Cáceres

Os primeiros registros sobre o município são datados de 1722. Com o início do seu povoamento no início do século XVIII, a cidade de Cáceres – primeiramente nominada Vila Maria do Paraguai – teve suas origens com a instalação de um assentamento entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, pelo Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador da Capitania de Mato Grosso, com o objetivo de evitar a evasão de impostos do ouro encontrado na então capital Vila Bela da Santíssima Trindade (MENDES, 1992).

Mendes (2010, p. 11-12) elucida que a área escolhida para o assentamento possuía terreno plano e arenoso, sendo priorizada por três motivos:

1. Abrir uma porta de navegação com São Paulo (Albuquerque elaborara uma carta hidrográfica que estabelecia as diretrizes de navegação fluvial para São Paulo desde o norte de Mato Grosso por Vila Maria e nordeste por Cuiabá)

2. Defesa e incremento da fronteira sudoeste.
3. Fertilidade do solo regado por abundantes águas e cheio de pastagens, o que era bom prenúncio de riqueza e prosperidade agrícolas.
4. Facilitar as comunicações entre Vila Vela e Cuiabá e o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois centros populacionais mais importantes da região mato-grossense.
5. Acolher cerca de 78 índios de ambos os sexos, oriundos das províncias castelhanas dos Chiquitos e dos Moxos, que o Governador até atrairá com dádivas e regalias especiais muito vantajosas, onde haviam construído algumas cabanas, e aos quais se reuniram 161 outras pessoas.

Dessa forma, também foi papel do Capitão-General viabilizar o aumento da população local com o estímulo da ocupação da nova vila por índios Chiquitanos para a nova vila (MENDES,1992). Registros de 1778 destacam que aproximadamente 80 índios castelhanos de ambos os sexos, desertados, há pouco, da Missão de São João de Chiquitos.

Refere-se à nova povoação como reconhecidamente própria e adequada a facilitar a indispensável comunicação e comércio com a vila de Cuiabá, bem como pelas suas possibilidades naturais, com peixes e caças em abundância, e sobretudo, pela sua vizinhança com a fronteira (MENDES, 2010, p.10).

O português Leonardo Soares de Souza, ao fundar o sítio em Jacobina em 1769, se destaca entre os precursores que se deslocaram até essa região, por estabelecer um dos mais importantes agropastoris de Mato Grosso, a fazenda mais rica em produção e terra da província, que seria a base da formação de Cáceres. Vila Maria, ainda com a população inexpressiva, tinha sua força econômica na zona rural e sua estagnação e insalubridade acelerava a transferência do governo para Cuiabá, que se efetivou em 1835, deixando Vila Maria isolada, para sobreviver sozinha, o que seria um desastre se não fosse os recursos naturais abundantes que propiciou o desenvolvimento da fazenda Jacobina e possibilitou novos estabelecimentos no vale do Paraguai (MENDES, 2010, p.15-16).

Inicialmente, as fazendas, como a Jacobina (1769) e Descalvados (1825), centralizavam os interesses econômicos no extrativismo e na pecuária até meados do século XIX. Contudo, a Vila Maria, junto com Corumbá, ganha um vigor pela licença da navegação pelo Paraguai, apesar da corrida ao ouro ter amenizado, iniciou a exploração das matas do alto Paraguai com a extração de borracha, madeiras e da planta com fins medicinais *Psychotria Ipecacuanha*, popularmente conhecida como Poaia, resultando no aumento da área habitada.

A freguesia é elevada à categoria de vila, com a criação do município pela Lei nº 1, de 28 de maio de 1859. Vila Maria adquire, com a navegação fluvial e o comércio com Corumbá, a função portuária que desenhará até o advento da rodovia. Com a criação do município, passa a exercer o governo de si mesma, através da Câmara Municipal no seu duplo papel de legislar e executar (MENDES, 2010, p.16)

Assim, oficialmente fundada no ano de 1778 pelo tenente Antônio Pinto Rego de Carvalho por determinação do governador Luís Albuquerque, a Vila Maria do Paraguai recebeu esse nome em homenagem à Maria I de Portugal, esposa de Pedro III de Portugal e rainha de Portugal (1734-1816). No ato da fundação, o comandante levava consigo a planta de implantação no novo povoado, elaborada sob a direção do Capitão-General.

Nela estão delineados os lugares da abertura duma praça, com 360 palmos, onde seriam construídos a igreja, o município, a escola e a cadeia; de duas ruas – uma, ao norte, denominada Albuquerque, e a outra, ao sul, chamada Meio, como preito de homenagem ao Governador, e de duas travessas, cujos nomes seriam Pinto e Rego, recordando os nomes do Comandante da Expedição. As ruas teriam sessenta palmos de largura e as travessas somente trinta. Cada moradia de casas a construir não poderia ter dimensões inferiores a cem palmos (MENDES, 2010, p.12).

Em sua tese de doutorado em sociologia, Costa (2020, p. 66), descreve a imagem acima como sendo o núcleo urbano de assentamento de Cáceres, definido no início da ocupação, localizado à margem esquerda do Rio Paraguai.

A autora confirma “que a dinâmica de crescimento adotada a partir desse núcleo, que orientou e reforçou a expansão horizontal da cidade, fez com que o núcleo central da cidade permanecesse, até hoje, visivelmente preservado”.

Na prática, isso demonstra que Cáceres foi uma cidade Planejada, tanto no que se refere à sua localização de acordo com as condições físicas do lugar, com as necessidades e, sobretudo, interesses da Coroa Portuguesa, quanto no que se refere ao traçado urbano, visto que esse desenho garantiu e possibilitou a expansão da cidade, partindo do núcleo central (COSTA, 2020 apud PROCESSO DE TOMBAMENTO DE CÁCERES-MT - IPHAN, 2010, p. 6, fl. 189).

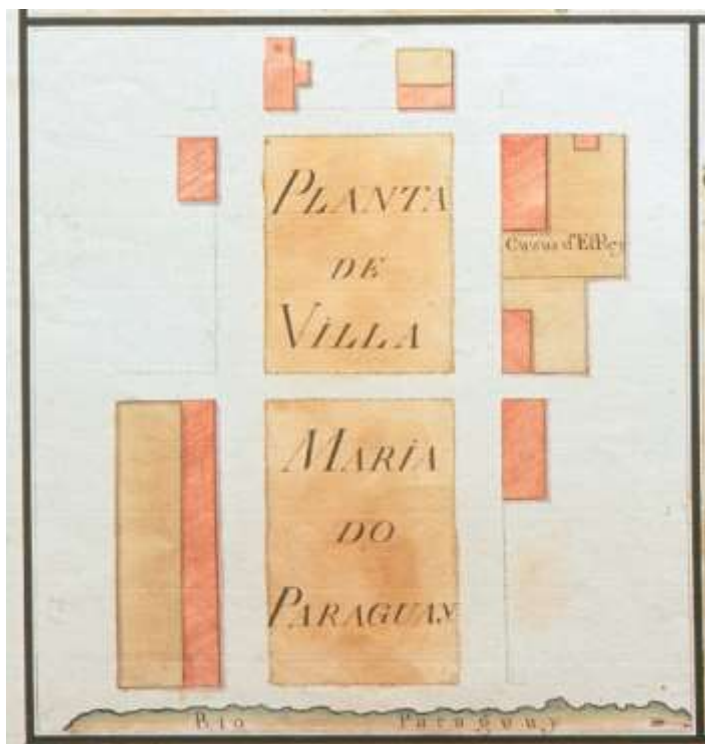


Figura 41 – Planta de Villa Maria do Paraguay, 1778.
Fonte: Reis (2000).

A cidade assim surge como parte integrante de um sistema estratégico de ocupação do território mato-grossense pelo governo português, possuindo localização crucial na navegação fluvial a caminho de São Paulo. Logo em 1779, a primeira paróquia católica foi criada em homenagem a São Luiz de França, o padroeiro da Vila Maria, atual Cáceres (MENDES,1992).

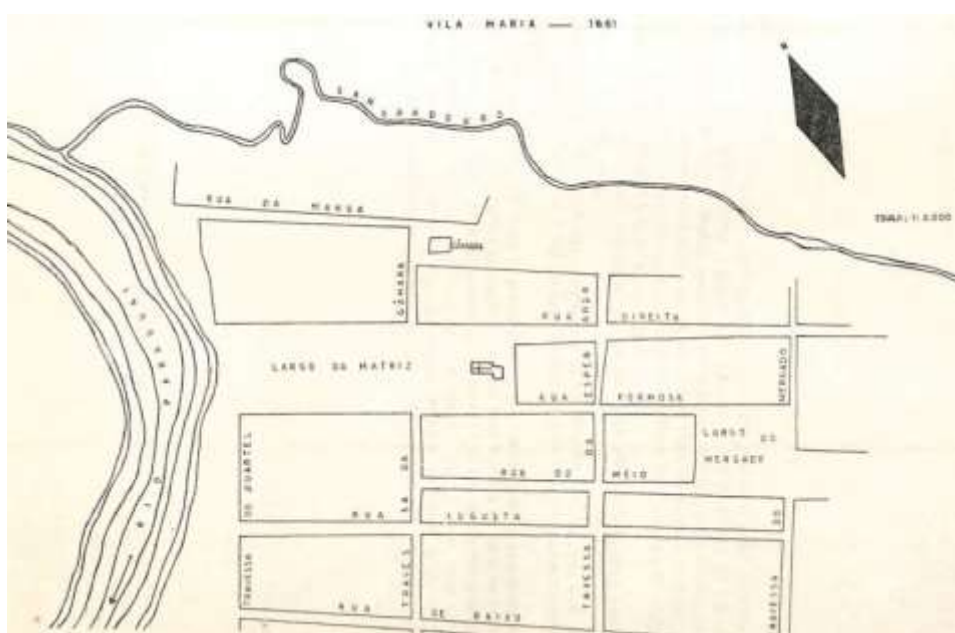


Figura 42: Planta de Villa Maria, 1861.
Fonte: Mendes (1973, p. 60)

O desenho anterior trata-se da planta de Villa Maria em 1861, ilustra o crescimento urbano visivelmente ampliado e consolidado, enquanto a imagem anterior, de 1784, permite identificar a área inicial de desenvolvimento.

Em 1874, pela Lei Provincial de nº 3, de 30 de maio, ao ser elevada à categoria de cidade, o nome Vila Maria do Paraguai é substituído por São Luiz de Cáceres, homenageando o padroeiro São Luiz de França e fundador Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 1938 o município é denominado apenas de Cáceres (MENDES,1992).

Cáceres está diretamente ligada à política de ocupação territorial da capitania de Mato Grosso, empreendida pela Coroa portuguesa através dos processos de sesmarias, sendo esta fundamental para a estrutura fundiária implantada na Capitania durante a segunda metade do século XVIII, sendo está de suma importância para a ocupação da região central da América do Sul.



Figura 43: IPHAN: Poligonal – Área de Tombamento Federal – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres/MT.

Fonte: Superintendência Regional de Mato Grosso, 2013.

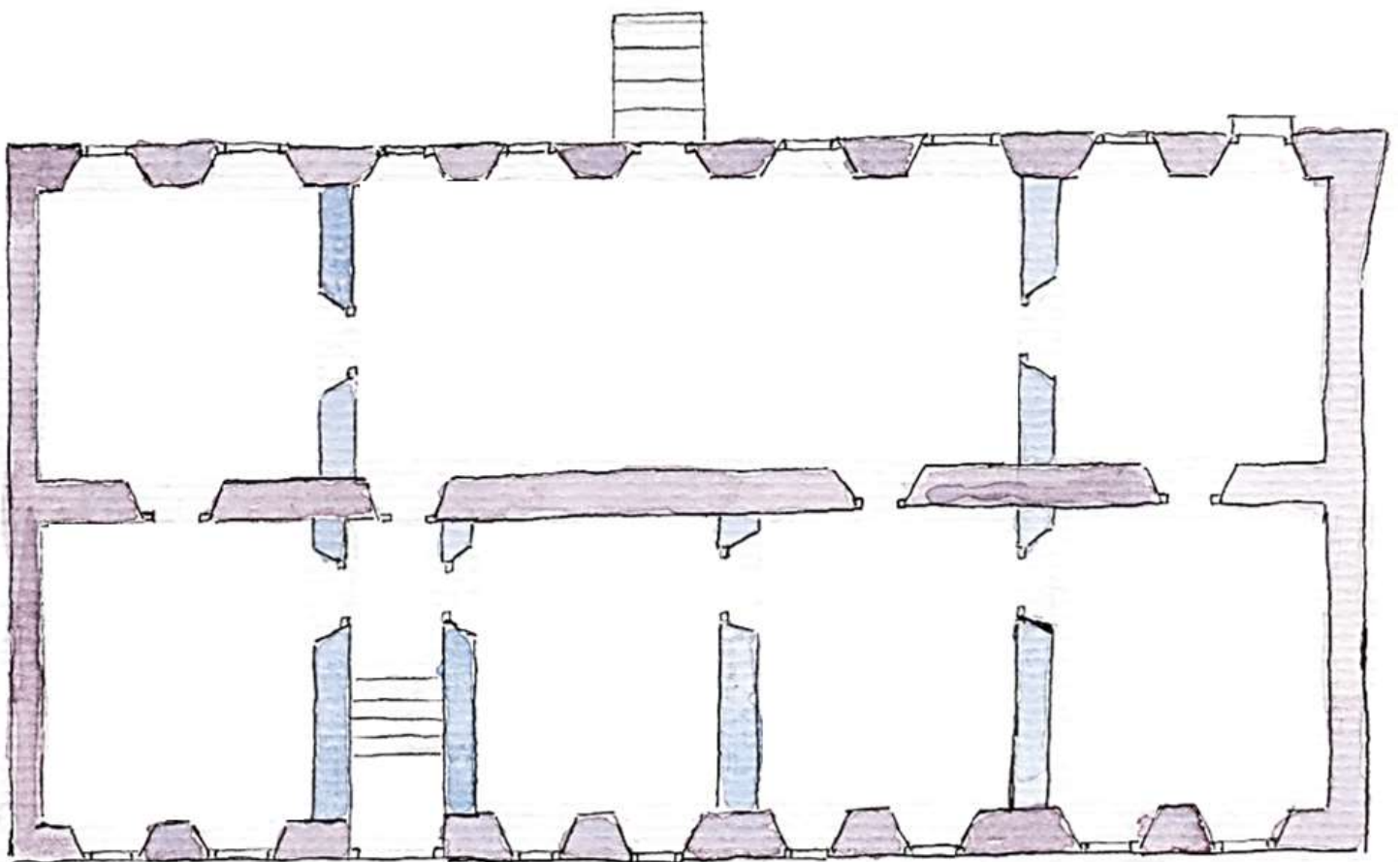
Considerando a relevância geopolítica e histórica da cidade, Cáceres tem seu centro antigo tombado pelo IPHAN desde 2010, com a homologação e publicação no Diário Oficial da União em 2012. O perímetro de área tombada e seu entorno está representado na imagem anterior.

Com a maior parte central da cidade tombada, as características do traçado urbano foram preservadas na medida da expansão horizontal da cidade, elas são percebidas na formação das ruas estreitas e pela arquitetura mantida (COSTA, 2020). Porém, a população não associou a preservação e a proteção do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico com o desenvolvimento local, já que o turismo está restrito ao uso do Rio Paraguai e os locais tombados são utilizados pelo comércio em Geral e uso residencial (MATOS, 2016).

“O tombamento e o desenvolvimento urbano não podem ser dissociados que devem estar previstas no Plano Diretor. Desde 2014, a UNEMAT, IPHAN, o Ministério Público Federal e diversas organizações sociais se articularam para orientar a população em relação ao tombamento, seu conceito e benefícios para a sociedade em geral.” (MATOS, 2016).

Capítulo 2

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS COLONIAIS



TAIPA ADOBE

2 TÉCNICAS CONSTRUTIVAS COLONIAIS

Ao se tratar dos materiais tradicionalmente usados em construções coloniais, Dal Agnol et. al. (2016) esclarece que, de maneira geral, a maioria dessas habitações não foi construída por profissionais, mas sim por pessoas comuns que adquiriram conhecimento por meio de um processo contínuo, com sucessivas adaptações às necessidades sociais e ambientais; o que comumente se classifica como moradia popular.

Dal Agnol et. al. ressalta ainda que a essa arquitetura popular, exercida sem conhecimento erudito, foi dado o nome de vernacular. Isto mostra que, apesar de sua simplicidade, a arquitetura vernacular e popular tem um grande valor patrimonial, já que, além de carregar um importante conhecimento sobre estratégias bioclimáticas, também expressa a imagem e a identidade de uma região.

Em seu trabalho denominado História da Casa Brasileira, Lemos (1996) define a arquitetura vernacular como uma expressão cultural, que percorre gerações e que só pode ser daquele povo e daquele sítio onde foi construída, é adaptada às condições climáticas do lugar por meio das técnicas construtivas e materiais encontrados no próprio local. Em vista disso, entende-se a arquitetura de terra crua como uma prática diretamente ligada ao pertencer e, conseqüentemente, à sustentabilidade. Ferreira et. al. (2015, p. 64) complementa

Diante da comum escassez de recursos na região, “a simplicidade unia-se à racionalidade, resultando na aplicação de técnicas e soluções que, embora rudimentares, maximizavam o aproveitamento dos materiais e das energias disponíveis.

Sobre essa arquitetura, é sabido que muitos dos casarões históricos centenários e emblemáticos desse conjunto protegido foram construídos com a utilização de materiais facilmente encontrados na região, sendo eles a taipa de mão e de pilão e, majoritariamente, de alvenaria de terra crua, popularmente conhecido como adobe.

O uso de terra crua na arquitetura dos edifícios do Brasil colonial se deu na implementação da chamada casa bandeirista. Entendida como uma construção multifuncional resultante do estabelecimento europeu no interior do continente Sul-Americano durante os séculos XVI ao XIX, a arquitetura bandeirista (ou bandeirante)

é caracterizada pelas edificações erigidas nos primeiros povoamentos da marcha dos sertanistas paulistas no interior do país.

Como dito anteriormente, as expedições bandeiristas – também denominadas de bandeiras – foi composta por etnias indígenas que se aliaram com portugueses com o intuito de aumentar sua hegemonia e poder sobre outras tribos inimigas. Por sua vez, os recém-chegados portugueses ensejavam conquistar terras ainda não ocupadas por europeus, conforme os interesses da Coroa Portuguesa (Monteiro, 2013, In Figueiredo, 2013, p.36).

Em sua tese de doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 2005, Lia Mayumi discorre sobre os princípios da casa bandeirista partindo das diferentes tipologias projetuais, sua cronologia construtiva e sua restauração, exemplificadas por cinco desses imóveis pertencentes à Prefeitura de São Paulo.

Quanto às suas origens, Mayumi (2005, p.41) disserta que a casa bandeirista é inspirada na matriz arquitetônica da *ville* de Palladio, na Itália. Contudo, quanto à difusão dessa matriz nos territórios colonizados, “a regionalização do modelo teria implicado um retrocesso do estágio palladiano para um nível primitivo, natural para territórios de colonização recente”.

A autora também destaca a perda da plástica nesse processo de construção dos exemplares paulistas, impostos pela pobreza da sociedade bandeirista e pela ausência de materiais e especialistas em sua execução.

A construção, que nos projetos de Paládio recebe uma interpretação plástica do tipo greco-romano, em São Paulo volta a soluções primitivas utilizando a terra socada e a madeira. A cobertura, com telhas de canal de barro cozido é outra marca hereditária. A fixação das portas e janelas, por meio de perfil da própria madeira das folhas, denuncia uma incontrolável renúncia dos materiais mais difíceis, como o ferro, que aparece apenas em raros dispositivos como: fechadura, trincos e cravos (SAIA 1978, p. 141).

Quanto a planta das casas bandeiristas, Mayumi cita Carlos Lemos (1974) ao traçar paralelos também com as edificações rurais portuguesas, contudo, com particularidades próprias da região.

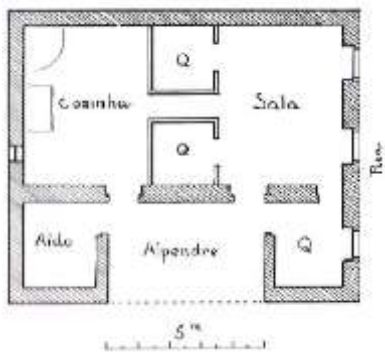


Figura 44 e 45 – Casa rural, Maia, Portugal e Casa rural, Murtosa, Portugal, respectivamente.
Fonte: Adaptado de Mayumi apud GALHANO; OLIVEIRA, 2003 (2005, p. 32)

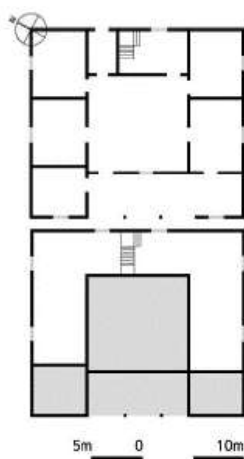


Figura 46 – Planta baixa do térreo e do sobrado e fotografia da Casa do Padre Inácio.
Fonte: Adaptado de Mayumi (2005, p. 32)

Além das influências italianas e portuguesas, a autora evidencia que a arquitetura bandeirista também possui similaridades com a arquitetura de cidades da América que passaram pela colonização espanhola quanto à organização espacial e os elementos construtivos. Dentre esses elementos, estão a

- 1) presença de corredores com pilares (alpendre, ou “corredor”, da casa bandeirista);
- 2) detalhes decorativos nos cachorros de beiral, nos pilares de alpendre, nos aros de portas e de janelas;
- 3) planta e fachada simétricas, com alpendre entalado no centro da fachada;
- 4) paredes construídas de taipa de pilão, à exceção da Colômbia, onde o adobe predomina (MAYUMI, 2005, p. 48).



Figura 47 e 48– Casa em Las Tolas, Equador, de fachada semelhante à das casas bandeiristas, fotografada e publicada por Aracy Amaral. A imagem ao lado trata-se da Casa rural em Timburi, São Paulo, divisa com o Paraná. Persistência da fachada simétrica com alpendre entalado. Fotografia da década de 1930.

Fonte: Adaptado de Mayumi apud GALHANO; OLIVEIRA, 2003 (2005, p. 48-49)

A mão de obra indígena e mestiça foram utilizadas para a construção da casa bandeirante. Lemos (1996) complementa que é necessário frisar que nesse período, a sociedade é formada por uma população miscigenada, composta por índios, escravos negros e colonizadores portugueses, resultando na mescla de hábitos que resultaram na formação espacial da casa bandeirista, unindo o espaço interno da oca indígena com as vilas do arquiteto italiano Andrea Palladio (LEMONS, 1996). Katinsky (2005, p. 66) acrescenta ao dizer “que a casa bandeirista poderia ser uma associação do espaço indígena da oca, realizado com técnicas e recursos europeus.”

Quanto aos seus métodos construtivos, Dal Agnol et. al. (2016) elucidam que as taipas de pilão e de mão (pau a pique, sopapo ou sebe) foram amplamente utilizadas na construção das moradias bandeiristas. De acordo com Lemos (1996), o império bandeirante foi o império da taipa, da terra socada, da construção barata e firme. A falta de opções como jazidas de carbonato de cálcio para a queima da cal; a ausência de pedras apropriadas para construção de alvenaria e as grandes distâncias a serem vencidas para o transporte de madeira, aliadas à ausência de materiais apropriados para preparo da madeira em abundância existente, determinaram o emprego da técnica de pilão.

Por outro lado, Segundo Weimer apud Katinsky (2015, p.93),

[...] seu emprego decorria do fato de que a técnica não exigia especialização, posto que nada mais fosse necessário do que deslocar a terra e socá-la. Argumenta esse autor que, se a técnica era tão simples, os indígenas dispunham da capacidade de se apropriar rapidamente de seu uso. Esse domínio teria se tornado tão notório que

a taipa de pilão se tornou conhecida na Colônia como especialidade paulista.

Na capitania de Mato Grosso, as edificações erigidas no final do século XVII e início do século XVIII foram adaptadas às especificidades do local, com diferenças de partido arquitetônico e organização espacial, técnicas e materiais utilizados nos modelos das casas bandeiristas, seguindo determinado partido e lógica construtiva⁵, mas muito semelhante quanto a um programa básico de necessidades que, evidentemente, influencia na organização da planta.

Serapião (2004) indica que o programa de necessidades da casa paulista compreende a três funções muito bem estabelecidas e facilmente identificáveis. O primeiro referente ao convívio da família com a sociedade, onde se estabelecia a fronteira entre as zonas pública e privada, o que conduz atualmente à sala de estar (embora muito mais acessível e visível naquele momento é claro). Este ambiente, o primeiro a adentrar numa típica casa paulista também era frequentado por mulheres da família apenas na presença do pai, irmão ou filho adulto. Em residências maiores, há registro de quarto para hóspedes, muito necessário para a realidade da época pois, mesmo as viagens de curta distância demoravam dias ou meses para serem finalizadas e, como não existiam locais de hospedarias, essa era uma das poucas chances de os viajantes obterem um abrigo mais seguro do que um acampamento.

A segunda parte da casa diz respeito à intimidade da vida doméstica, composta pelos dormitórios dos membros da família – denominados de alcovas, por não possuírem abertura ao exterior do imóvel – e a sala, normalmente o maior ambiente da casa.

A terceira e última parte refere-se aos espaços destinados ao trabalho doméstico, sobretudo à cozinha. As divisas entre estes espaços da casa eram normalmente de taipa de mão em São Paulo e adobe no caso de Mato Grosso. Nessas paredes possuíam aberturas de nichos que serviam tanto de estantes como prateleiras de madeira ou como pequeno altar particular.

⁵ Aplicadas para efeito deste estudo, é considerado o padrão médio das construções, o que parece ser as casas mais antigas das cidades coloniais de Mato Grosso.

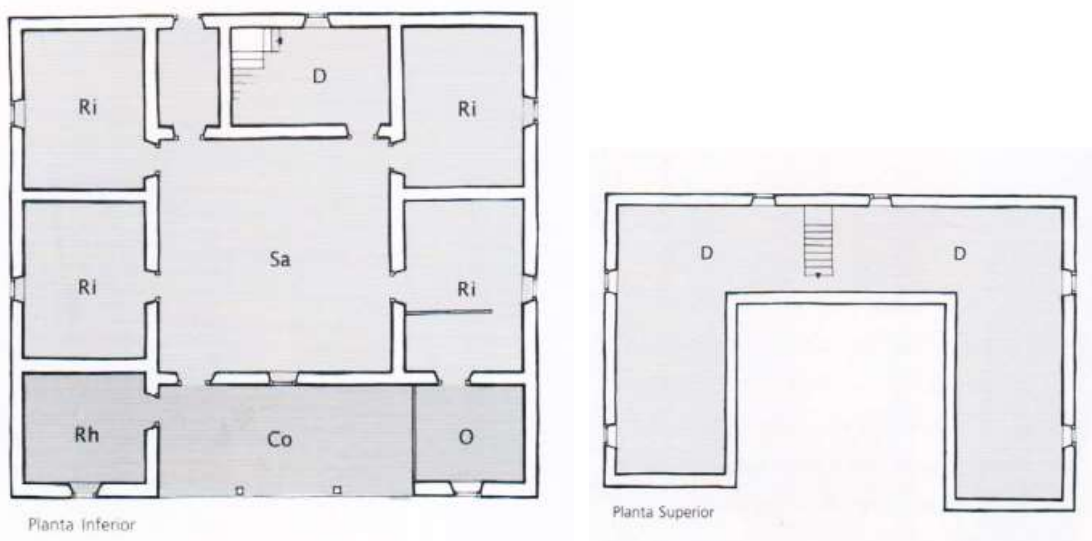


Figura 49 – Casa do Padre Inácio, em Cotia/SP.

Co – Corredor ou alpendre de distribuição ou de permanência temporária de estranhos

Rh – Repouso ou dormitório de hóspedes

O – Oratório ou capela particular

Sa – Sala, também chamada de varanda

Ri – Repouso ou dormitório ou cômodos da família

D – Dependência de serviços de uso variável

Fonte: LEMOS (1999, p. 52.)

Adaptada de um modelo de moradia rural para moradia urbana, em Mato Grosso as casas adquiriram maioritariamente quintais estreitos e compridos com árvores frutíferas típicas da região, além de serem espaços para a criação animais, além da típica “casinha”, como era conhecido o precário banheiro. No princípio, esses quintais não eram cercados e os animais chegavam a pastar na cidade. Posteriormente, por determinação municipal, ergueram-se os muros em taipa, exigindo uma passagem ligando a rua ao quintal, surgindo aí o corredor externo.

Esse tipo de planta foi amplamente utilizado principalmente nas moradias de uma camada social mais desfavorável financeiramente, onde ainda permanece a razão de um lote de maior comprimento em comparação da testada.

Nas residências mais ilustres o quintal é um grande jardim interno, com acesso pela sala de estar. Esta planta normalmente dispõe de outros cômodos em “L”, com ambientes de convivência e intimidade num perímetro retangular à frente e saindo dele uma série linear de ambientes de serviços, com este “jardim” preenchendo o espaço restante.

O exemplo a seguir trata-se de uma dessas edificações do centro histórico de Cuiabá: localizada na Rua Sete de Setembro, popularmente conhecida como a Rua

de Baixo, o imóvel teve como último proprietário o Desembargador Oscarino Ramos, antes de ser sede da Superintendência do IPHAN em Mato Grosso em 1990. O casarão foi construído em taipa e adobe no século XVIII, com o núcleo da casa seguindo praticamente a mesma organização espacial da Casa do Padre Inácio, com os acréscimos dos ambientes e alpendre no entorno do jardim interno.

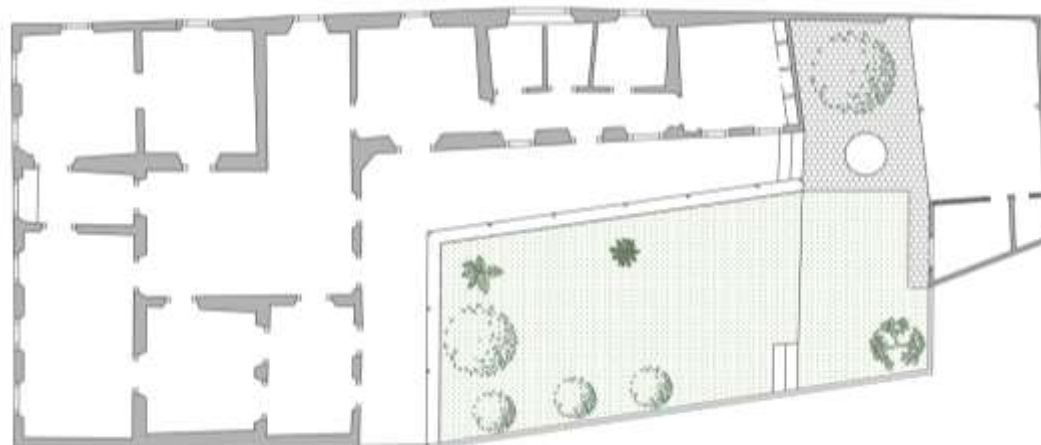


Figura 50 – Planta da Casa IPHAN, em Cuiabá/MT.
Fonte: Próprio autor, 2021.

Segundo Alencastro (2003), as casas do centro de Cuiabá eram construídas umas ao lado das outras. Isso aumentava sua segurança em relação aos ataques dos índios, mesmo porque as janelas situadas nos flancos das casas facultavam a sua penetração.

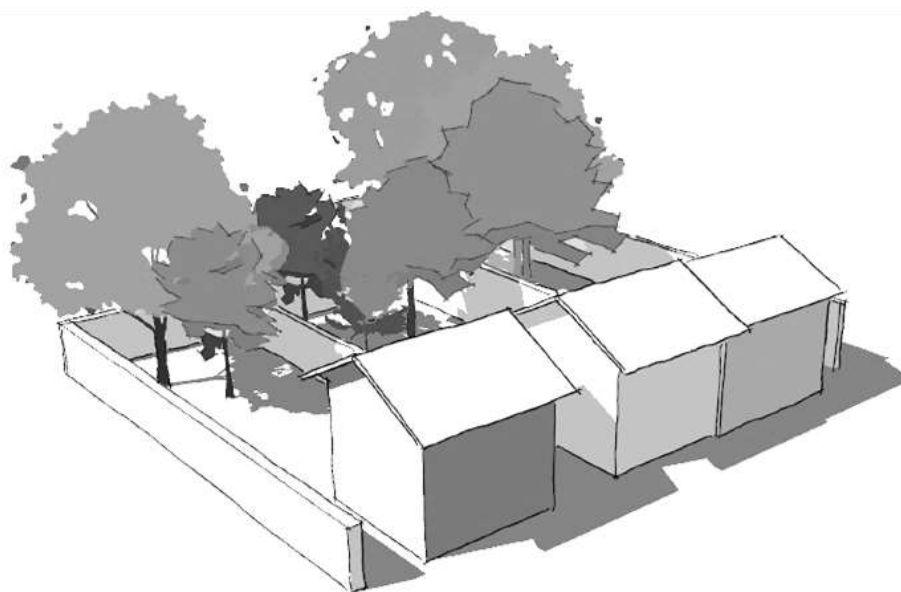


Figura 51 – Quintais tradicionais arborizados.
Fonte: Adaptado de Bonelli (2005).

Em sua dissertação de mestrado em História na UFMT, Silva (2005) descreve que em 1788, chega à capitania de Mato Grosso a expedição naturalista liderada por

Alexandre Rodrigues Ferreira. O explorador tem uma impressão muito ruim da então capital Vila Bela da Santíssima Trindade, e a descreve como um ambiente doentio e insalubre, cujas casas eram lugares propícios para disseminações de doenças por terem pouca luminosidade e serem mal ventiladas.

Todas casas são térreas, com paredes de adobe dobrado, cobertas de telhas-vãs, e todas elas ou simplesmente aterradas, ou ladrilhadas de tijolo, as janelas pouco rasgadas e comumente defendidas por gelosias, o que transformava seu interior em câmaras escuras e tristes (SILVA, 2005, p.87).

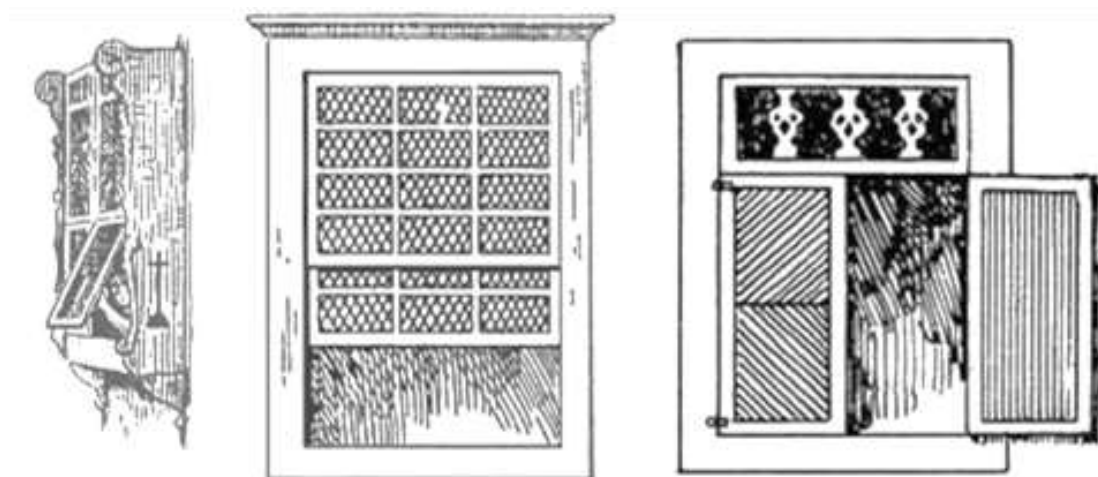


Figura 52: Fechamentos em muxarabiê, rótulas e gelosias.
Fonte: RODRIGUES, p. 163 e 165.

A utilização de humildes aberturas para as janelas visava contribuir com a segurança dessas edificações. Com o passar das décadas, a adoção de demais técnicas de arquitetura trouxe o aprimoramento das construções, solucionando os problemas de salubridade e ventilação por meio da ampliação do aumento do pé direito das edificações e a quantidade de janelas para cada ambiente.

Os proprietários de maior poder aquisitivo se davam ao luxo de enfeitar a frente de sua casa, mandando fazer um certo adorno e aplicando-os logo abaixo do beiral, moldados com a própria telha, e os fixando com um tipo de argamassa composta de areia de goma e garapa. Surge daí as eiras, beiras e tribeiras, quanto o mais rico o “gajo” era, mais eira tinha tal casa.

Este costume só veio acabar, quando, após a guerra do Paraguai, já no século XIX, a imigração italiana e espanhola trouxe alguns novos costumes na vida do mato-grossense, dentre eles a nova técnica dos “flandres”, que consistia em coletar a água

do telhado através de condutos, permitindo com isso elevar a parede da frente das casas, criando assim as platibandas.

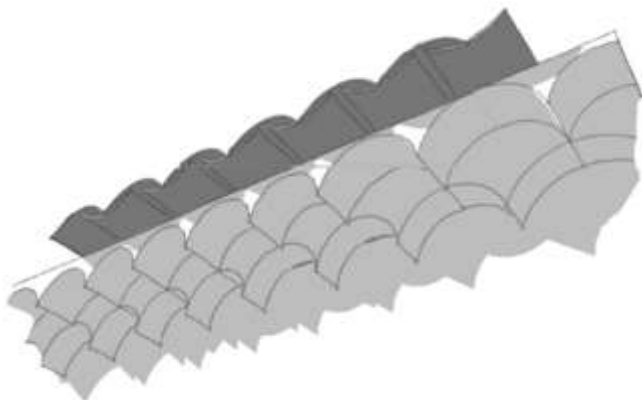


Figura 53 – Beira-seveira.
Fonte: Adaptado de Bonelli (2005).

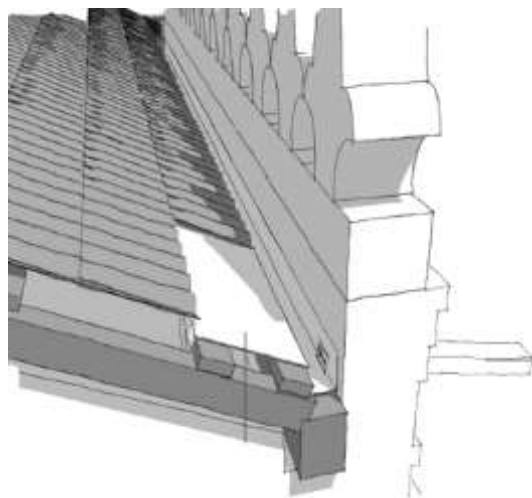


Figura 54 – Calhas e platibandas.
Fonte: Adaptado de Bonelli (2005).

Dentre as técnicas construtivas mais antigas conhecidas, a taipa se destaca por ser utilizada desde milênios antes de Cristo. Weimer (2015, p.93), esclarece que

“Segundo os historiadores europeus, ela passou a ser empregada alguns milênios antes de Cristo, quando os habitantes do “Quarto Crescente” passaram a ocupar a Mesopotâmia do Oriente Próximo. De lá ela teria se difundido pelo norte da África, contornou o Saara e se emprenhou pela Europa. Com as invasões berberes na Península Ibérica, ela voltou a ser divulgada na região e se tornou hegemônica no sul de Portugal. Certamente, foi por esta via que ela foi trazida para o Brasil.”

Quanto ao modo de fazer a taipa, o Manual de Conservação da Arquitetura Nativitana (BRASIL, 2008, p.18) relata e ilustra que as paredes de taipa são construídas a partir do uso de fôrmas de madeira, chamadas de taipal (tábuas da fôrma que recebem a terra que será socada com pilão para construção da taipa de pilão), onde o barro é socado com pilão. A terra crua utilizada era como uma farofa composta por terra, cal, estrume e fibras vegetais e animais. Com a terra bem compactada e seca, as fôrmas são retiradas e erguidas para a próxima socagem, acima desta pronta.

As paredes construídas com taipa de pilão são, normalmente, mais largas que as de adobe e devem receber reboco de argamassa e pintura a base de cal, permitindo que a parede de taipa “respire”, ou seja, permite que as trocas gasosas do

material vegetal da taipa aconteçam. Para que haja maior travamento interno das paredes, peças de madeira roliça são instalados horizontalmente garantindo a estabilidade da estrutura e evitando o aparecimento de trincas e fissuras.

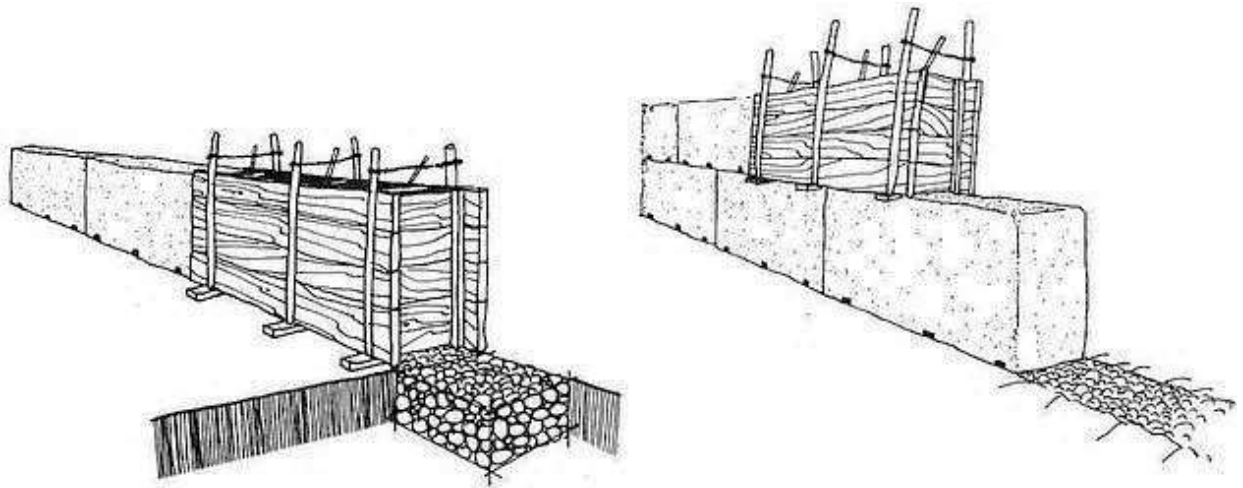


Figura 55 – Técnica construtiva: taipa de pilão.
Fonte: Adaptado de Brasil (2008, p.10)

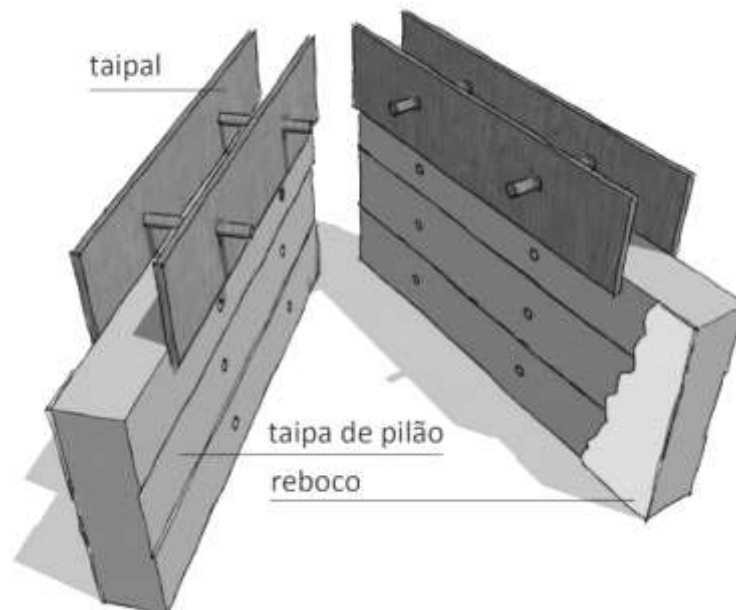


Figura 56 – Modo de fazer taipa de pilão.
Fonte: Adaptado de Brasil (2008, p.18)

Assim como a taipa, o adobe está presente na história da construção desde o início da civilização. Os blocos mais antigos foram encontrados na Mesopotâmia e no norte da África, datando de aproximadamente quatro mil anos. Esses blocos possuíam forma troncocônica, sendo intertravados a partir da inversão de suas bases, dispensando o uso de argamassa de assentamento. As peças permitem modulação,

isto é, de elemento componente pré-manufaturado, passível de estocagem e posterior montagem na edificação do abrigo-arquitetura (GALVÃO JUNIOR, 2015, p.2).

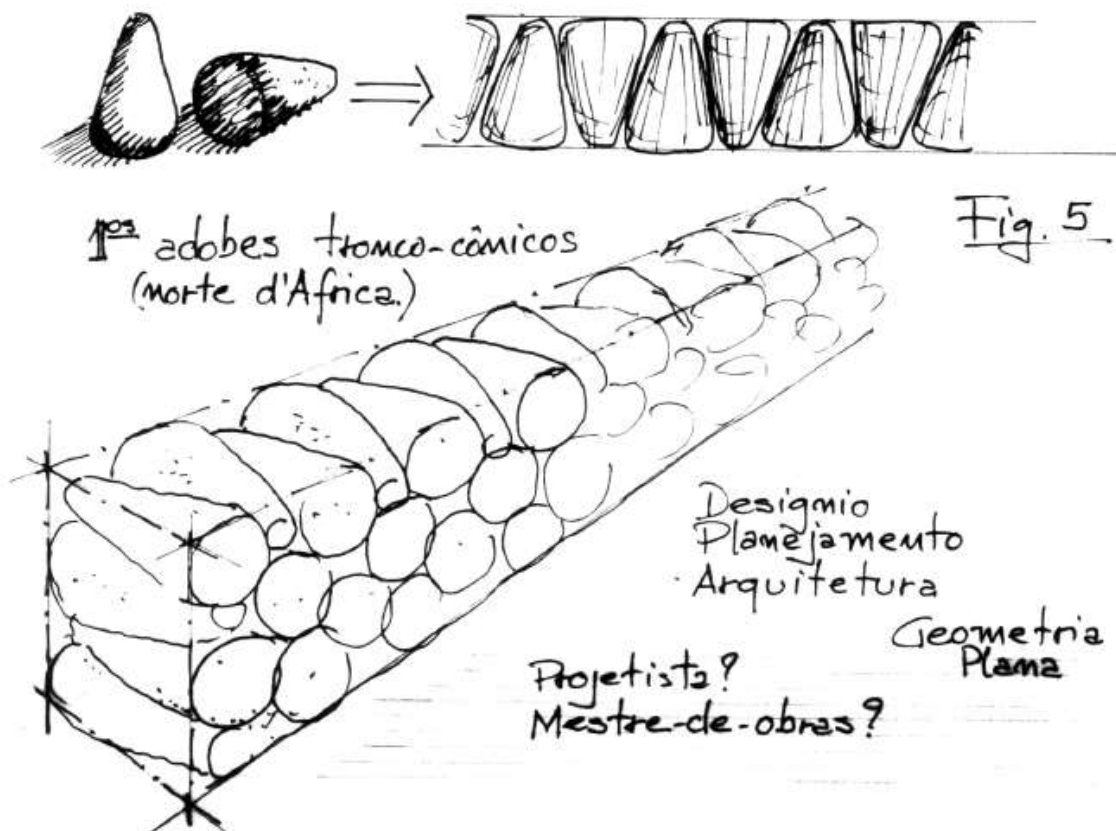


Figura 57 – Primeiros adobes troncocônicos.
Fonte: Adaptado de Galvão Jr (2015, p.6)

Constituído por elementos básicos facilmente encontrados no solo, como silte ou argila fina, argila, areia, cascalho e água, a mescla básica pode ainda receber a adição de resinas e fibras naturais, como palha e capim seco, os blocos de adobe não necessitam da utilização de fornos para “queimar” os tijolos, sendo secados ao sol para ganhar a dureza necessária para a construção.

O Manual de Conservação da Arquitetura Nativitana (BRASIL, 2008, p.16-17) também descreve o adobe:

“Devido à ausência de estrutura de madeira, a organização dos tijolos de adobe na construção de paredes ganha uma característica especial. As peças são travadas em seus cantos e nos encontros de paredes. Desta forma, apoiadas umas nas outras elas se mantêm de pé e firmes. As argamassas de assentamento de adobes e tijolões normalmente são a base de cal e areia, cal e barro, ou apenas barro. As paredes são rebocadas e pintadas com argamassa e pintura também a base de cal.”

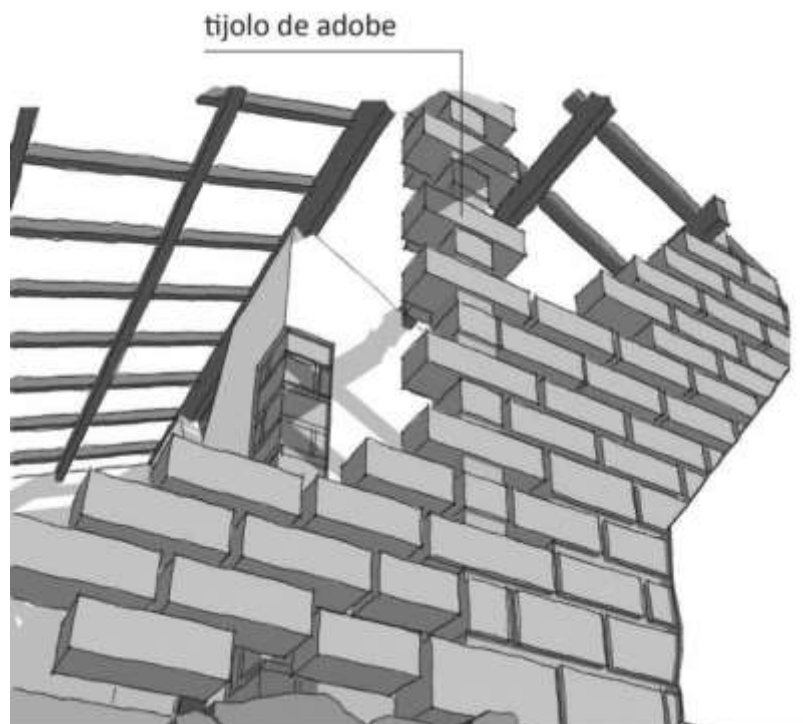


Figura 58 – Instalação de blocos de adobe.
Fonte: Adaptado de Brasil (2008, p.16)

Substituindo os blocos de pedras lascadas utilizadas nas paredes externas das construções europeias, as alvenarias de adobe podem ser utilizadas em painéis divisórios, paredes estruturais e muros externos, variando em dimensões e técnicas de produção e de construção e também de região para região (Figura 12).

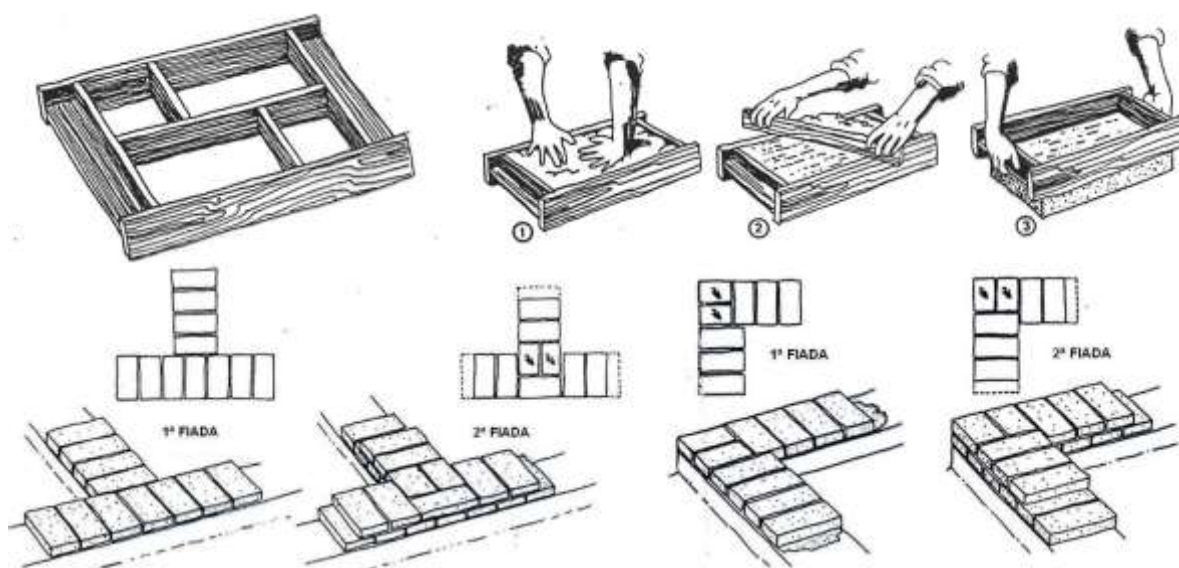


Figura 59 e 60 – Confeção e assentamento de blocos de adobe.
Fonte: Disponível em <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>. Acessado em 12 de dezembro de 2020.

Hirata (2019) relata que o tijolo de adobe, embora seja um sistema construtivo vernacular, não é de um sistema usual na atualidade. Apesar de ser uma técnica sustentável por não poluir o meio ambiente como os processos de queima de blocos cerâmicos ou mesmo na fabricação de cimento, quando danificados por intempéries ou maus cuidados, os resíduos oriundos da sua decomposição são constituídos, na sua maior parte de barro. Podendo, portanto, ser reutilizados para a fabricação de novos tijolos (Figura 13).

Atualmente, os tijolos de adobe também não são usados recorrentemente na construção civil. Seu uso ocorre quase exclusivamente em obras de recuperação de prédios históricos, originalmente edificados com essa técnica construtiva. Muito embora o processo de restauração de um imóvel histórico necessite do emprego de sistema construtivo, conforme a construção original ou remanescente, em muitos casos, utiliza-se materiais contemporâneos por falta de mão de obra habilitada para trabalhar com o sistema vernacular.

“Ainda que seja admissível e por vezes pertinente, o uso de técnicas e materiais contemporâneos em várias obras de requalificação, o que torna possível identificar intervenção recente, nem sempre se consegue recompor parte do imóvel, de acordo com a sua originalidade. Além disso, o uso de materiais com comportamento físico diferentes entre si pode resultar em danos ou avarias ao bem histórico ao longo do tempo, o que pode também significar problemas futuros, em decorrência de patologias ou anomalias nas alvenarias” (HIRATA, 2019, p. 20).



Figura 61 – Blocos de adobe armazenados pós desabamento da Casa de Bem Bem.
Fonte: Próprio autor, 2020.

Hirata (2019) ainda complementa que se fabricados adequadamente, esses blocos de terra crua, como os próprios exemplares preservados em Cuiabá demonstram, podem resistir à ação do tempo alcançando vida útil superior a cem anos.



Figura 62 – Construção em adobe.
Fonte: Banco de imagens do IPHAN/RJ.

Apesar da boa resistência à compressão, por se tratar de um método que é essencialmente composto por terra crua, um dos principais problemas que essa alvenaria apresenta (assim como a taipa) é o surgimento de patologias devido à presença de água, como fissuras, trincas e arruinamentos.

À vista disso, entende-se que as técnicas construtivas utilizadas nas edificações da capital mato-grossense originam-se das heranças portuguesas modificados pelos paulistas e, posteriormente, adaptados às condições locais da Região Centro-Oeste, tanto climáticas quanto devido aos materiais disponíveis na região.

A arquitetura das primeiras casas segue o padrão paulista do século XVIII. O padrão de arquitetura bandeirista paulista assume em Cuiabá algumas características particulares, semelhantes às registradas em Vila Boa de Goiás (FREIRE, 1997, p.46).

Tais condicionantes moldaram a maneira de construir cuiabana daquele período, que persiste ainda em localidades e condições esporádicas e específicas (TORRES et al, 2019, p.3).

Sobre esse último método, Hirata (2019) relata que o tijolo de adobe, embora seja um sistema construtivo vernacular, não é de um sistema usual na atualidade. Embora, seja uma técnica sustentável por não poluir o meio ambiente como os processos de queima de blocos cerâmicos ou mesmo na fabricação de cimento, quando danificados por intempéries ou maus cuidados, os resíduos oriundos da sua decomposição são constituídos, na sua maior parte de barro. Podendo, portanto, ser reutilizados para a fabricação de novos tijolos.

É o caso do que ocorre em vários municípios de Mato Grosso, a exemplo de Cuiabá, onde os tijolos de adobe também não são usados recorrentemente na construção civil, inclusive em obras de recuperação de prédios históricos, originalmente edificadas com essa técnica construtiva.

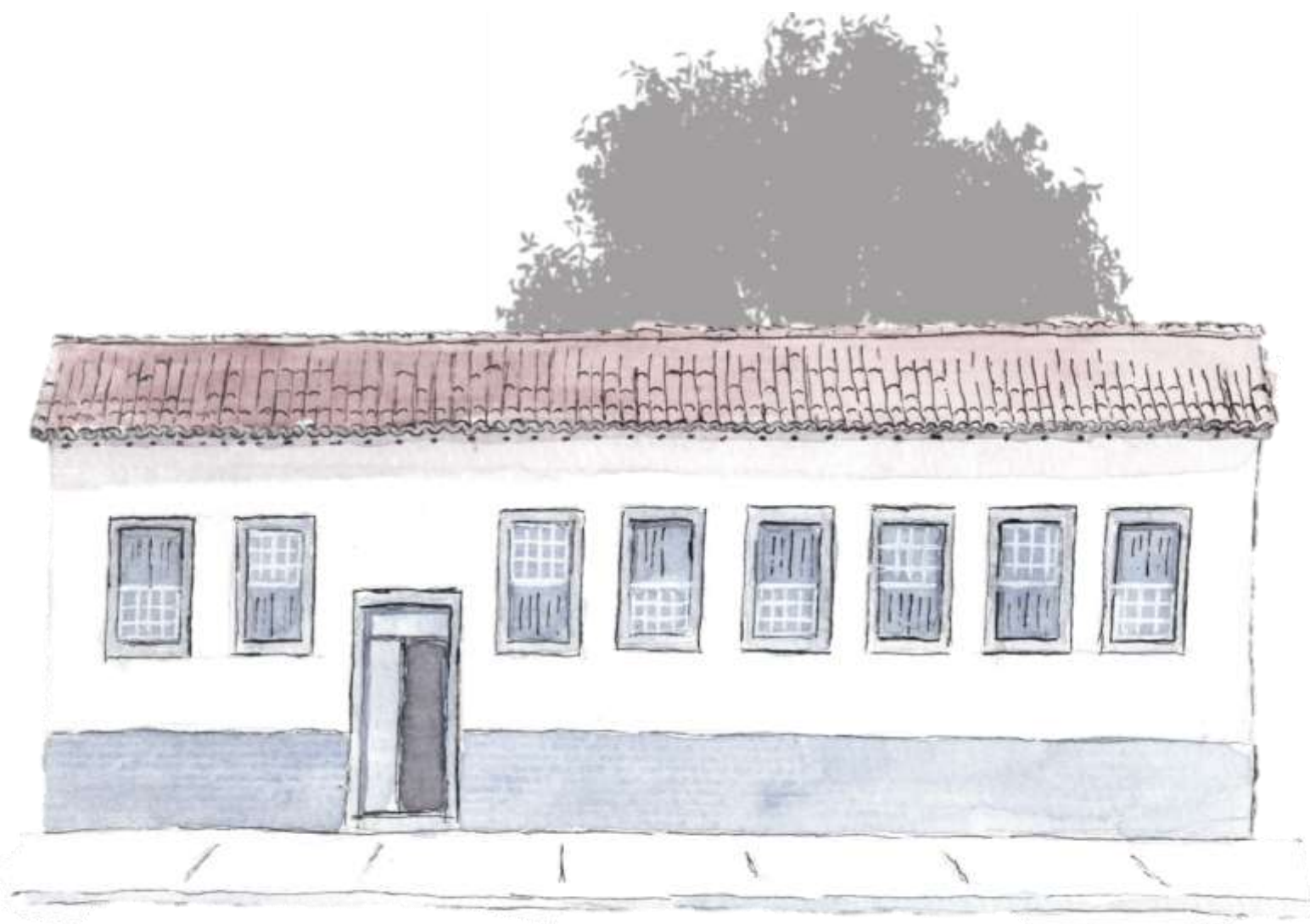
Muito embora o processo de restauração de um imóvel histórico necessite do emprego de sistema construtivo, conforme a construção original ou remanescente, em muitos casos, utiliza-se materiais contemporâneos por falta de mão de obra habilitada para trabalhar com o sistema vernacular.

Ainda que seja admissível e por vezes pertinente, o uso de técnicas e materiais contemporâneos em várias obras de requalificação, o que torna possível identificar intervenção recente, nem sempre se consegue recompor parte do imóvel, de acordo com a sua originalidade. Além disso, o uso de materiais com comportamento físico diferentes entre si pode resultar em danos ou avarias ao bem histórico ao longo do tempo, o que pode também significar problemas futuros, em decorrência de patologias ou anomalias nas alvenarias (HIRATA, 2019, p. 20).

Hirata (2019) complementa que se fabricados adequadamente, esses blocos de terra crua, como os próprios exemplares preservados em Cuiabá demonstram, podem resistir à ação do tempo alcançando vida útil superior a cem anos. Assim como todo material, o uso da terra na construção civil apresenta algumas desvantagens, segundo Minke (2015), não é um material normatizado, isto é, dependendo do local de onde é extraído, apresenta composição diferenciada, o que é imprescindível conhecer para avaliar suas características e quando necessária, alterá-las; o barro se contrai quando seca e não é impermeável.

Capítulo 3

A CASA DE BEM BEM



3 A CASA DE BEM BEM

Um dos maiores exemplares do uso da arquitetura vernacular em uma edificação de estilo colonial de Cuiabá, é a Casa de Bem Bem. Construída por volta de 1850, o também chamado Casarão de Nhô Nhô de Manduca está situado na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá. O imóvel deve a sua fama à sua proprietária entre os anos de 1943 a 1993, Constansa Figueiredo Palma, popularmente conhecida como Dona Bem Bem. Católica, devota de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, tornou-se notória por recepcionar em sua casa, as primeiras grandes festas religiosas da cidade.

3.1 Origens

A casa de Dona Bem Bem foi construída por volta de 1830 por Manoel Maria de Figueiredo – conhecido popularmente como Manduca – e a sua esposa, Dona Francisca Vieira de Figueiredo, para abrigar todos os 11 filhos, sendo estes dez mulheres e um homem, todos nascidos e crescidos na casa. Após o falecimento de Manoel Maria em 1848, a casa passou a ser herdada pelo seu único filho homem, Antônio Pedro Marques de Figueiredo – conhecido como Nhonhô de Manduca – e sua esposa, Cordelina Novis Figueiredo, ou dona Codó, cujo matrimônio perdurou por 47 anos. Nhonhô de Manduca faleceu em 1941 e Dona Codó em 1949, aos 74 anos e, antes de completar os seus 50 anos, estava cega, deixando 13 filhos.

Constança Novis Figueiredo, que futuramente viria a se chamar Constança Figueiredo Palma ao se casar com Manoel Rodrigues Palma Júnior, era a caçula da família e foi quem herdou o imóvel. Carinhosamente chamada de Dona Bem Bem pelos familiares, nasceu, cresceu e continuou vivendo com seu esposo no imóvel após o casamento, onde lá tiveram seus 4 filhos: Maria Angelina, Manoel Antonio⁶, José Augusto e Constança. Também moravam no imóvel a irmã de Dona Bem Bem, Dona Mita e seu esposo, Zeca, casados e sem filhos. Outras três irmãs solteiras e uma viúva, Dona Eta também moravam no imóvel, totalizando 12 pessoas (Ramos, 2002, p. 70-81).

⁶ Rodrigues Palma, como é conhecido, foi prefeito de Cuiabá entre anos de 1975 e 1979 e Deputado estadual entre 1983 e 1987. Em seu mandato como Prefeito, realizou obras essenciais para a região do Centro Histórico, como a canalização do córrego da Prainha; canalização da nascente aos pés do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) e asfaltamento da Rua Voluntários da Pátria; canalização e asfaltamento da Avenida Mato Grosso; transformação das principais vias do centro histórico em calçadas, entre outras grandes obras de infraestrutura.

A casa da família cuiabana era muito simples, com todos morando nesses seis ambientes e fazendo da casa um exemplo de boa convivência familiar. A gestora da casa era a Dona Bem Bem, que organiza as contas, compras e afazeres.

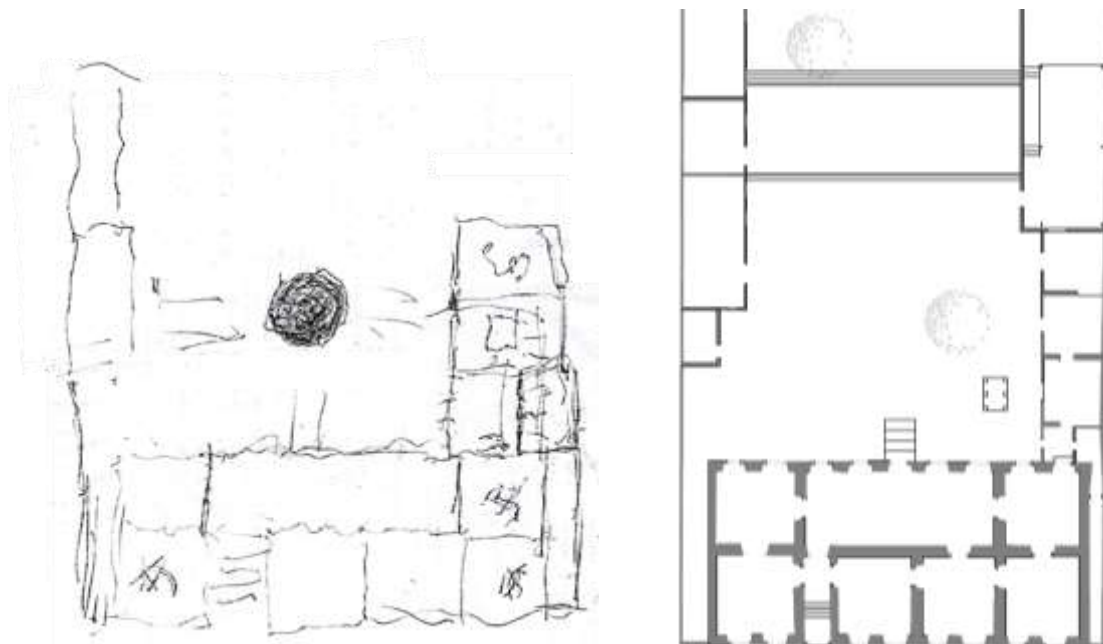


Figura 63 e 64 – Esboço da Casa de Bem Bem feito por Manoel Antônio, filho de Dona Bem Bem e esquema da planta existente em 2011, respectivamente.

Fonte: Organização própria, 2021.

A Casa de Bem Bem tem a fachada para a Rua Barão de Melgaço composta oito janelas e uma porta assimétricas e os fundos para a rua Comandante Costa, sendo um dos casarões coloniais mais tradicionais de Cuiabá, tendo a taipa e o adobe como técnicas construtivas e, nos anexos mais recentes, alvenaria comum. O telhado é composto por telhas cerâmicas do tipo colonial dividida em duas águas, sustentada pelo madeiramento em ripões e cumeeira paralela à rua. As esquadrias são de madeira e as janelas são do tipo guilhotinas.

Publicada em abril de 1998, a edição de nº2 da revista local *Vôte!*, fez uma matéria de título “De uma rua a outra”. O autor, Patú Antunes, evidencia alguns aspectos do casarão

De uma rua a outra, com 20 metros de frente, a casa é um condomínio particular. Não é ostentoso, mas tem conforto, verde e é acolhedor. A antiga casa de Bem-Bem é uma das maravilhas do patrimônio histórico de Cuiabá. Foi maravilha quando se ergueu em 1848 e continua até hoje, impecável, sem uma telha quebrada ou parede rachada, imponente e ao mesmo tempo simples, na rua Barão de

Melgaço. Quem cuida do casarão azul e branco são duas simpáticas velhinhas, “comunicativas e dadas”, como se definem, dona Maria e dona Carmem Figueiredo. As irmãs de Constança Figueiredo, a famosa Bem-Bem (ANTUNES, 1998, s.p.).



Figura 65 e 66 – Fachada da Casa de Bem Bem por volta de 1940 e 1980, respectivamente.
Fonte: Site Encaixotando Histórias de Bem Bem.

O quintal, que possui mais de 1.600m², é praticamente todo coberto com mangueiras e outras árvores de grandes copas, tornando a área em um dos quintais cuiabanos mais agradáveis da cidade. No local havia um poço intermitente que fornecia água de extrema qualidade para todos da casa e para os vizinhos nos meses de chuva. Para a ocasião da festa de São Benedito ele foi fechado e transformado em uma piscina para o uso das crianças. Ao redor do poço também foi executado um contrapiso em todo o quintal para recepcionar a festa.



Figura 67 e 68 – Quintal da Casa em 1980 e Dona Bem com um dos bisnetos, respectivamente.
Fonte: Site Encaixotando Histórias de Bem Bem.

O interior do casarão sempre acompanhou o mesmo capricho do exterior.
Antunes continua a publicação descrevendo

[...] Cada pedaço da casa é como um vestido barroco. Cheio de detalhes preciosos, minúcias que só quem produziu, conhece e valoriza. Um dos orgulhos é a mesinha de mármore de mais de 100 anos. Fotografada entre duas janelas e adornada com florezinhas, a cena acabou saindo numa edição da revista Veja ano passado. As irmãs Figueiredo não sabem quando a foto foi feita nem por quem. Antiga quase como essa mesinha são mesas, cadeiras, cristais e mosaicos.



Figura 69 e 70 – Interior da Casa de Bem Bem por volta de 1980.

Fonte: Site Encaixotando Histórias de Bem Bem.

É de conhecimento popular um dos episódios clássicos que demonstram a franqueza e simplicidade de Dona Bem Bem. Ao passear em uma feira livre, Constança encontrou um conhecido e que, ao ver suas vestes simples, um vestido e chinelo “bambolê”, o dito cujo disparou:

– *“Dona Bem Bem, você não pode estar assim aqui na feira, a senhora é mãe do Prefeito!”*

Extremamente comunicativa, franca e falando sempre o que pensa sem rodeios, Dona Constança respondeu:

– *“Olha, vá a merda! Eu não nasci mãe de Prefeito!”*

Assim era Dona Bem Bem. Descrita como uma mulher formidável, generosa, católica, devota de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito abriu as portas de sua casa para sediar a festa de São Benedito, que anteriormente havia passado por vários outros locais, até que Antônio Arquimedes Pereira Lima, em 1974, sugeriu que as festividades acontecessem na casa da família Palma. Por ser uma mulher religiosa e devota do Santo, Bem Bem a cedeu de bom grado. O sucesso foi tanto que ali foi local da festa até o ano de 1981.



Figura 71 e 72 – Na imagem à esquerda, Constança quando jovem. Na imagem à direita, a saudosa Dona Bem Bem no meio.

Fonte: Site Encaixotando Histórias de Bem Bem.

As festas de São Benedito começaram inicialmente de forma pequena e simples, as famílias levavam bolos, doces e tortas como pagamento das promessas atendidas pelo Santo nos encontros que aconteciam na Casa. No casarão, o Santo era posicionado em uma das primeiras salas e a sala principal era usada como salão de baile. No quintal aconteciam as festividades.

Não havia, na cidade, quem não soubesse onde ficava a casa do “Nhonhô de Manduca”. Ampla, com numerosas e grandes peças e um imenso quintal arborizado, que ia até as ruas 12 de Outubro e Comandante Costa, foi recentemente escolhida para a Sede da festa mais tradicional da cidade, - a de São Benedito (PÓVOAS, 1980, p.54).

A festa era gratuita e aberta ao público, já que eram arrecadados alimentos por toda a cidade e os fazendeiros doavam gados, a doação era vista como sinal de status e riqueza, então havia uma espécie de competição para ver quem doava mais. Com os anos as celebrações cresceram e saíram dos portões da casa, sendo necessário o fechamento de ruas da frente e dos fundos da casa, chegando a comportar quase 2.000 pessoas de todos os bairros da capital. Eram 4 dias de festividade, acontecendo sempre na primeira quinta-feira de julho, cujo roteiro eram as missas seguidas de chá com bolo e, posteriormente, o almoço.

Em 27 de fevereiro de 1992, a Fundação Cultural e Turismo do Estado de Mato Grosso (o que atualmente seria a Secretaria de Cultura Estadual) determinou o

tombamento individual do “Casarão do Nhô Nhô de Manduca Dona Codó – Dona Bem Bem” considerando Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Mato Grosso, por meio do Processo de Tombamento de Bens nº 01/1992, pela sua clara significância histórica, arquitetônica e artística para a perpetuação da memória mato-grossense.

Além disso, o casarão está presente na área tombada da poligonal de tombamento federal de Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá, possuindo dupla proteção patrimonial.



Figura 73 e 74 – Interior da Casa de Bem Bem nos anos 2000.
Fonte: Site Encaixotando Histórias de Bem Bem.

Bem Bem viveu no casarão até falecer, em 09 de março de 1990. Constança Figueiredo Palma recebeu homenagens póstumas com a denominação de antiga Praça Conde Azambuja (localizada no Largo da Mandioca, na área tombada da cidade) para a Praça Dona Bem Bem, em 1991. Também deu nome à Escola Municipal Constança Figueiredo Palma Bem Bem, no bairro Jardim Fortaleza, em Cuiabá.

3.2 A Cronologia construtiva: 1830 a 2017

Localizado em um terreno de aproximadamente 2.356,67m², o núcleo principal do imóvel, datado de 1850, dispõe de uma área de aproximadamente 289,00m² e possui estilo colonial, com paredes externas em taipa de pilão e paredes de divisórias internas dos ambientes em adobe.

Com o passar dos anos e com o crescimento da família, houve a necessidade de ampliação do imóvel para a criação de novos ambientes. Dessa forma, outros

ambientes anexos ao núcleo original da casa foram construídos em direção ao fundo do casarão, utilizando os mesmos métodos e técnicas construtivas originais. Estima-se que esse acréscimo ao núcleo original da casa tenha ocorrido por volta de 1850, anos após a aquisição do casarão pelo patriarca da família, Manoel Maria de Figueiredo – conhecido popularmente como Manduca.

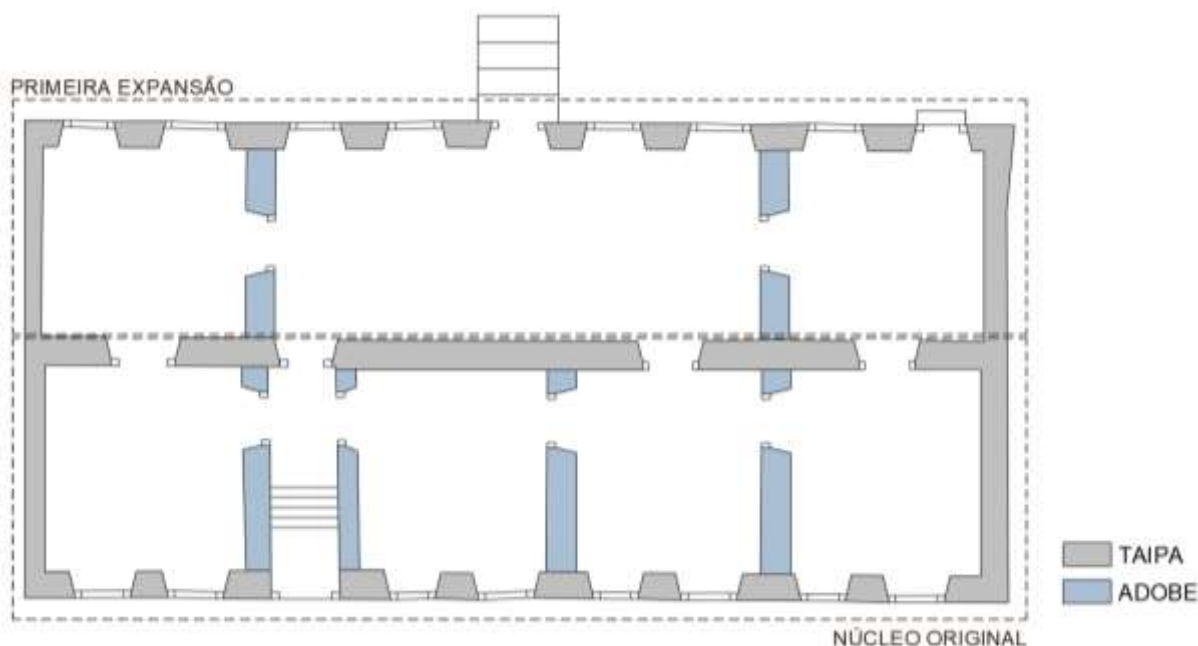


Figura 75 – Métodos construtivos do casarão de Bem Bem.
Fonte: Próprio autor, 2021.

O material de cobertura utilizada na expansão foi a mesma do núcleo existente, sendo ele em telhas cerâmicas do tipo colonial e estruturas em madeiras roliças. Essa expansão fica evidenciada pelas diferentes inclinações existentes da cobertura da em duas águas, onde o caimento de corpo principal da edificação é de 43%, contrapondo com a inclinação de 20% dos ambientes voltados para o quintal do casarão.



Figura 76 – Corte esquemático do casarão de Bem Bem.
Fonte: Adaptado de GD Arquitetura, 2021.

Quanto às demais acréscimos à planta, a casa possuía um banheiro integrado com a planta e outros dois banheiros em um dos anexos, construídos durante sua infância, em 1955, evidenciados na imagem abaixo como “segunda expansão”. Esse anexo se iniciava com um hall com acesso ao banheiro, sala de almoço e, por fim, a cozinha.

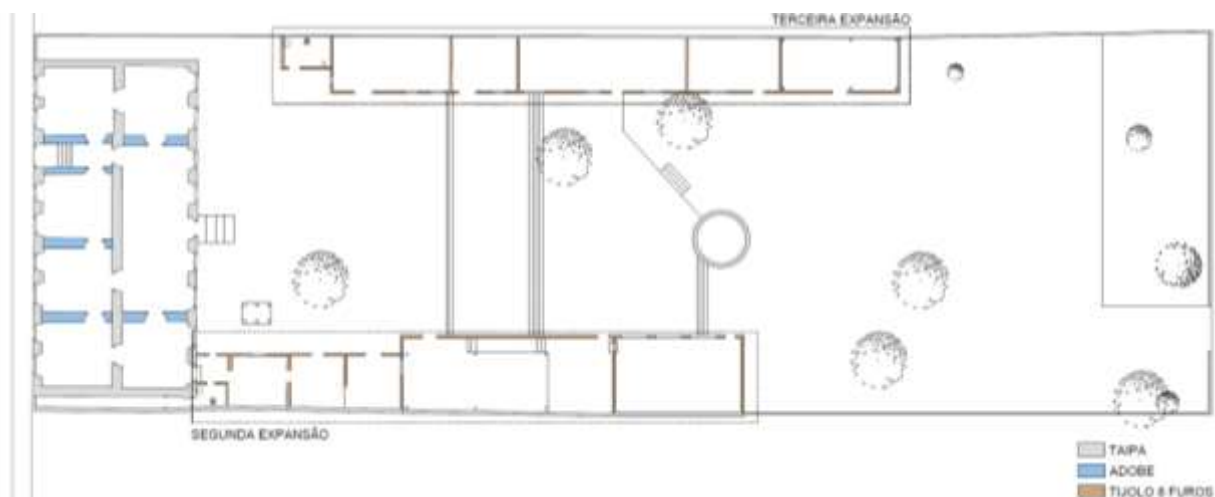


Figura 77 – Ampliações do casarão de Bem Bem.
Fonte: Próprio autor, 2021.

Na outra extremidade do quintal, outras ampliações foram realizadas na década de 1960 (ver terceira expansão). Essas salas foram construídas por Nhônô de Manduca para guardar seus materiais de trabalho, na época em que ele trabalhava como representante comercial ou viajante, como diziam na época.

Anos depois nesse mesmo anexo, outras salas e um banheiro foram levantados como moradia para uma das filhas de Bem Bem com o seu esposo, logo após seu casamento, ainda na década de 1960. Nessa mesma década, buscando prover apoio às festas de São Benedito, também foram construídos um galpão e uma cozinha externa em alvenaria de tijolos cerâmicos de oito furos, além de uma grande churrasqueira, como recorda Manoel Palma.

3.3 A restauração da casa: o plano e a obra

Visando gerar incentivos à cultura em todo o Estado, em 28 de setembro de 2011, a Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso realizou o processo de assinatura do Termo de Comodato – para um período de 20 anos – com a família Palma, proprietária do imóvel, com o intuito de transformar um casarão em um centro cultural, justificado pela família não ter mais condições de manter o imóvel.

A intenção da ação era utilizar o espaço como sede do Instituto Ciranda – Música e Cidadania⁷ após reformas. Dessa forma, em 26 de março de 2012, é assinado o Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel – Centro Cultural Nhonhô de Manduca – Casa de Bem Bem, com vigência de 5 anos posteriormente estendido para 20 anos. A partir dessa assinatura, o Instituto Ciranda, por meio de uma parceria com o escritório GD Arquitetura e Construção Civil LTDA, elaborou um projeto executivo de reforma do casarão para proporcionar o desenvolvimento de atividades culturais em seus ambientes internos e externos.



Figura 78 e 79 – Fachada de Bem Bem.
Fonte: Arquivo IPHAN/MT, 2012.

Em abril de 2012, o IPHAN/MT realizou um levantamento arquitetônico e fotográfico afim de registrar a então atual situação em que o imóvel se encontrava. A fachada do casarão apresentava sujidades, deslocamento de reboco, trechos com reboco em cimento, trincas e fissuras.

No quintal, partes dos anexos construídos em alvenaria estavam em ruínas pela ausência de obras de manutenção. O acúmulo de folhas e o crescimento do matagal apontavam a ausência de limpeza dos últimos meses.

⁷ O Instituto Ciranda – Música e Cidadania trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que desenvolve projetos na área de música em Mato Grosso. Criada em 2003, a organização atende cerca de 800 crianças anualmente. Dados do site da Organização, expõe que o Instituto oferece aulas de violino, viola, violoncelo, contrabaixo, flauta transversal, clarineta, oboé, fagote, trompa, trompete, trombone, bombardino, tuba, percussão, coral e musicalização infantil. Além do acesso às aulas práticas, o Ciranda oferece aulas de disciplinas teóricas auxiliares, métodos e partituras, e quando necessário, o instrumento musical.



Figura 80 – Ruínas do anexo aos fundos do imóvel.
Fonte: Arquivo IPHAN/MT, 2012.



Figura 81 – Quintal do casarão.
Fonte: Arquivo IPHAN/MT, 2012.



Figura 82 – Quintal do casarão.
Fonte: Arquivo IPHAN/MT, 2012.



Figura 83 – Quintal do casarão.
Fonte: Arquivo IPHAN/MT, 2012.

O interior do casarão apresentava igual ausência de limpeza, contudo, em bom estado de conservação. As paredes apresentavam fissuras, trincas e trechos com reboco em cimento. Os pisos em ladrilho hidráulicos estavam em bom estado, precisando apenas de limpeza geral. Manutenções nos forros de madeira, substituição de trechos do madeiramento e de algumas telhas cerâmicas também eram necessárias. No momento do levantamento, as esquadrias em madeira não apresentavam deteriorações.



Figura 84 e 85 – Interior do casarão de Bem Bem.
Fonte: Arquivo IPHAN/MT, 2012.



Figura 86 – Pisos em ladrilho hidráulico em bom estado de conservação.
Fonte: Arquivo IPHAN/MT, 2012.



Figura 87 – Forro de madeira em bom estado de conservação.
Fonte: Arquivo IPHAN/MT, 2012.

Em 2012, o programa PAC Cidades Históricas, iniciativa do Governo Federal criada para atender os sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN “proporcionando a revitalização das cidades históricas, a restauração dos monumentos e a promoção do patrimônio cultural” (IPHAN, [S.d.]) com investimentos de R\$1,6 bilhão em investimentos em 424 ações, chegando em Cuiabá no ano de 2013. Na capital, foram destinados mais de R\$10 milhões – a serem administrados pelo IPHAN – em 16 de intervenções, sendo 6 obras de requalificações de praças públicas localizadas na área de tombamento e 10 obras de restauração em casarões históricos. Dentre esses casarões, a Casa de Bem Bem foi o único bem selecionado cuja propriedade é particular, sendo todos os outros, públicos.

As intervenções propostas no projeto elaborado para o casarão foram elaboradas visando o funcionamento das atividades realizadas no dia a dia pelo Instituto Ciranda. Separadas em três etapas, o projeto contemplava a Edificação

principal (edificação tombada voltada para Rua Barão de Melgaço), blocos de transição e integração, e salão de estudos da Orquestra.

Na concepção do projeto de cada etapa foi levada em consideração além das características históricas, a estrutura física existente, o uso que a edificação receberia, e acima de tudo a relação que existiria entre elas. A edificação principal foi determinante na definição do partido arquitetônico a ser adotado na concepção do projeto.

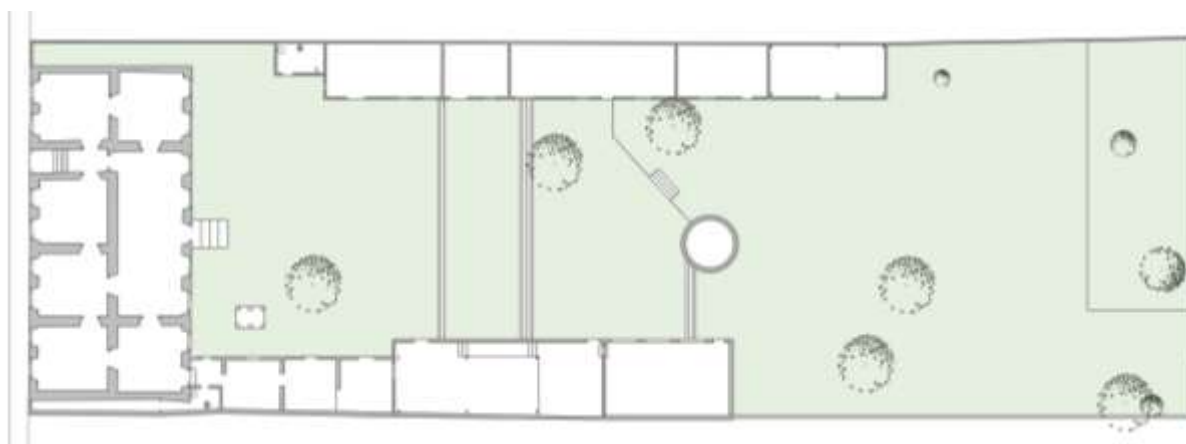


Figura 88 – Estrutura existente do casarão.
Fonte: Próprio autor, 2021.

Sendo assim, a edificação principal abrigaria os ambientes de acervo cultural que contariam a história da importância cultural de Bem Bem e a história do Instituto Ciranda. Biblioteca, Sala de Áudio Visual e Degustação Musical são ambientes que estarão preparados para receber visitantes que quiserem passar o dia no Centro Cultural. Por ser o bloco principal de recebimento ao público, a edificação principal também receberia a sala de administração do Centro Cultural Nhônô de Manduca/Instituto Ciranda.

O salão de ensaio da orquestra jovem teria esse espaço para eventualmente realizar apresentações a convidados. O acesso principal ao salão seria pelo pátio central do terreno.

O salão contaria ainda com acesso independente pela Rua Comandante Costa, local de carga e descarga de instrumentos e equipamentos musicais, entrada e saída de alunos. Este acesso secundário seria de extrema importância para a preservação da edificação principal, reduzindo fluxo diário em suas dependências, eventuais danos e desgastes.

Da entrada do salão da Orquestra seria possível contemplar todo o pátio central com as edificações de transição até a edificação principal. A disposição das etapas do projeto tem por objetivo trazer o convívio dos usuários para o pátio central e permitir que desse ponto seja contemplado a visão de todas as edificações. Principalmente o contraste da edificação principal tombada pelo patrimônio histórico e o salão de orquestra jovem.

O programa contava com salas para estudo individual, salas para o coral, salas para estudo de teoria musical e sala para os instrumentos de percussão. Todas foram dimensionadas e adaptadas para que proporcionem o perfeito funcionamento das atividades.

Como a característica topográfica do terreno apresenta um considerável acríve da Rua Barão de Melgaço para a Rua Comandante Costa, foi criado um segmento de rampas visando atender o acesso a todas as edificações do instituto, garantindo a acessibilidade para todas as etapas do projeto.

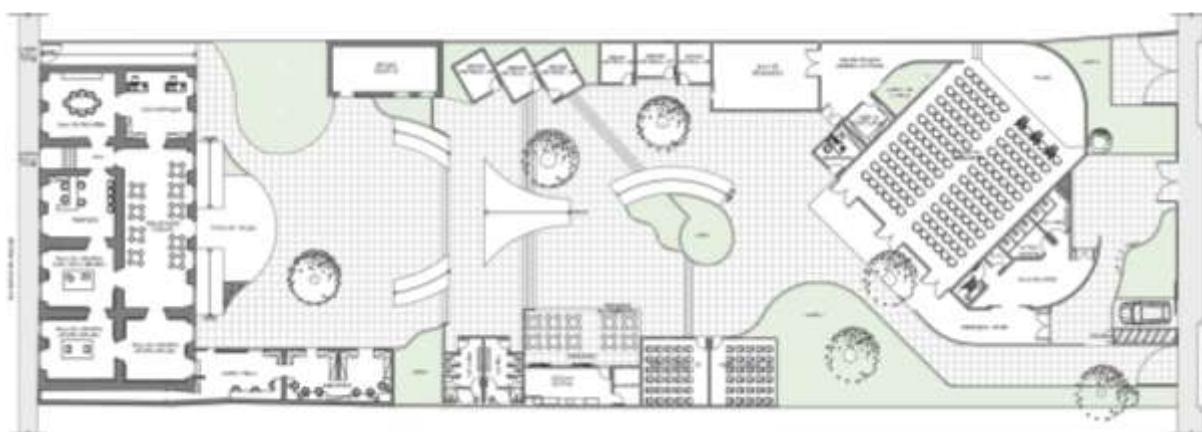


Figura 89 – Planta de layout proposta.
Fonte: Adaptado de GD Arquitetura, 2013.

Os blocos de transição e integração foram projetados para abrigar as salas onde serão ministradas as aulas de música, banheiros masculino e feminino além da cantina de convivência. Esta etapa do projeto não poderia de forma alguma causar impacto visual na edificação principal.

Para isso, as salas foram dissolvidas em pequenos blocos ao longo do terreno e a ligação entre elas de forma bastante orgânica entre as árvores históricas que foram preservadas, proporcionando ao visitante a sensação de um maravilhoso passeio em direção ao salão da orquestra.



Figura 90 – Fachada principal proposta.
Fonte: Adaptado de GD Arquitetura, 2013.



Figura 91 – Fachada posterior proposta.
Fonte: Adaptado de GD Arquitetura, 2013.



Figura 92 – Fachada dos fundos proposta.
Fonte: Adaptado de GD Arquitetura, 2013.



Figura 93 – Fachada do salão da orquestra.
Fonte: Adaptado de GD Arquitetura, 2013.

O projeto elaborado pelo escritório GD Arquitetura foi apresentado e aprovado em sua integralidade pelo IPHAN para a obtenção dos recursos financeiros. Com o valor total de R\$2.132.927,54, o cronograma físico-financeiro estabelecia 9 meses para a execução da obra.

3.3.1 O início das obras, o desabamento e seus desdobramentos

Considerando a relevância histórica e cultural da Casa de Bem Bem, a conversão do imóvel para sediar o Instituto Ciranda foi realizado de maneira interdisciplinar, com a administração dos fundos pelo IPHAN, a elaboração dos projetos pelo Instituto Ciranda e a execução das obras pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Cuiabá.

Diante de tal incumbência, a Prefeitura de Cuiabá realizou o processo licitatório por meio de Concorrência Pública nº 016/2016 – Processo Administrativo nº

80.802/2018, para a contratação da empresa que viria a dar início à execução das obras de restauro e requalificação do casarão, sendo a construtora X Nova Fronteira a vencedora do certame.

As obras tiveram início no ano de 2016 com o fechamento de todo o perímetro das fachadas em tapumes, montagem do canteiro de obras e a retirada completa do calçamento em cimento que preenchia toda a área do quintal do casarão.



Figura 94 e 95 – Obras da Casa de Bem Bem.
Fonte: Alair Ribeiro, 2017.



Figura 96 e 97 – Obras da Casa de Bem Bem.
Fonte: Alair Ribeiro, 2017.



Figura 98 e 99 – Obras da Casa de Bem Bem.
Fonte: Alair Ribeiro, 2017.

Logo em seguida, os trabalhos foram paralisados temporariamente por divergências entre a empresa vencedora e o Município de Cuiabá. Após decisão judicial, as obras foram retomadas e a construtora procedeu com o destelhamento do casarão, instalando lonas pretas nas paredes para a proteção contra chuvas. Contudo, um temporal na madrugada do domingo, dia 10 de dezembro de 2017, causou o desmoronamento de parte da fachada do lado esquerdo da edificação voltada para a Rua Barão de Melgaço, em decorrência dos danos causados pela infiltração e acúmulo de água nos interiores da mesma.

Dois dias depois, um segundo desabamento ocorreu, estendendo os danos a mais uma porção da fachada da edificação e ainda a ocorrência de desabamento de duas paredes internas, totalizando em 80% de ruína de fachada.



Figura 100 e 101 – Desmoronamento da Casa de Bem Bem.

Fonte: Arquivo IPHAN/MT, 2017.

O desmoronamento da Casa de Bem Bem foi notícia em vários veículos de imprensa, sendo divulgado inclusive em sites e telejornais locais e nacionais. Ademais, por não ter sido contratado seguro de risco de engenharia pela construtora, foi negado amparo securitário ao sinistro pela empresa ter suspenso a obra, com que, somado ao fato de ter sido em épocas de chuva, contribuiu significativamente para o agravamento dos danos.

Após ações do IPHAN, Ministério Público Estadual e a Procuradoria Geral do Município, a empresa X Nova Fronteira foi inabilitada tecnicamente para a continuidade das obras, tendo que a Prefeitura de Cuiabá tomar frente quanto às obras emergenciais a serem executadas.

3.4 As obras emergenciais

Como forma de compensação pelos danos ambientais causados pelo desabamento da Casa de Bem Bem, a Prefeitura de Cuiabá, por meio da SMCET, foi notificada a firmar um TAC com o MPE e o IPHAN, em 22 de outubro de 2018.

Dentre as ações imediatas que o TAC estabelecia, estavam as medidas protetivas do imóvel, compostas pela a elaboração e execução de um projeto emergencial do escoramento das ruínas da casa, retirada de todo o material do desabamento acumulado dentro e fora do imóvel e acondicionamento dos mesmos em local protegido, drenagem do solo no quintal do imóvel – visto a ausência de proteção do mesmo após a retirada do calçamento existente; elaboração de ensaios laboratoriais de análise do solo e adoção de medidas para a preservação da nascente localizada no terreno do casarão e orientação para execução do canteiro de obras.

Uma vez que a casa estivesse reconstruída de suas ruínas, posteriormente iniciaria o projeto de reconstrução, dividida em três serviços: levantamento arquitetônico do bem, projeto de reconstrução e projetos complementares. Tais etapas foram contratados do escritório GD Arquitetura e Construção Civil LTDA – responsável pelo projeto de restauro inicial – por fontes municipais, pelo valor de R\$160.000,00.

Dessa forma, afim de atender o TAC, em janeiro de 2020, a Prefeitura procedeu com contratação de empresa especializada na área da construção civil para a obra de restauração da Casa de Bem Bem por meio de um processo licitatório no valor de R\$1.065.202,14 a serem pagos pelo Município, sendo a empresa Archaios, sediada em Goiânia/GO, vencedora do certame.

3.4.1 Sobrecobertura

Após a ocorrência do segundo desabamento, A primeira etapa das medidas protetivas do imóvel estavam a estabilização das paredes remanescentes por meio do escoramento e estabilização estrutural e a construção de uma sobrecobertura à edificação para evitar que os desabamentos continuassem, devido às intempéries. Dessa forma, o escritório GD Arquitetura elaborou o projeto emergencial de escoramento e sobrecobertura da edificação, aprovado pelo IPHAN em 23 de janeiro de 2019.



Figura 102 e 103 – Construção da sobrecobertura.

Fonte: Achaíos, 2019.



Figura 104 e 105 – Construção da sobrecobertura.

Fonte: Achaíos, 2019.

Conforme especificado no projeto da sobrecobertura, foi utilizada madeiramento para a estrutura do galpão fortalecidas por tirantes de aço nas extremidades; telhas de zinco na cobertura e telhas translúcidas para o fechamento vertical da estrutura, garantindo proteção contra chuvas de vento e permitindo a entrada de luz natural.

Para melhor especificar a estrutura necessária para o escoramento das paredes, foi realizado o mapeamento de danos das paredes remanescentes. Caracterizado pela identificação das patologias presentes na edificação, foram elaborados desenhos das vistas (faces) de cada um dos painéis de fechamento de todos os ambientes. Os danos foram identificados por meio de hachuras e estas são representadas em legenda, fazendo referência a cada tipo de dano encontrado. Além disso, o projeto possui uma tabela de identificação de patologias que traz o dano, agente e causas prováveis.



Figura 106 – Detalhamento das estruturas de escoramento.
Fonte: GD Arquitetura e Construção Civil LTDA, 2019.



Figura 107 e 108 – Construção da sobrecobertura.
Fonte: Achaíos, 2019.

Uma vez coberta, o material das paredes ruídas em taipa e adobe foram retirados do interior da casa e acondicionados, afim de servirem de matéria para a reconstrução do imóvel.



Figura 109 e 110 – Recolhimento da taipa e adobe das paredes ruídas.
Fonte: Achaíos, 2019.

Para armazenar esse material, foi proposta no projeto emergencial a construção de um galpão no quintal do casarão para acomodar temporariamente esse material.

Depois de recolhidos de dentro do imóvel, os materiais foram classificados e alocados em baias no galpão.



Figura 111, 112 e 113 – Galpão de armazenamento de material.
Fonte: Própria, 2019.

3.4.2 Drenagem do solo

Uma das preocupações com o quintal de Bem Bem era a erosão e a umidade do solo, visto que o primeiro serviço executado pela construtora X Nova Fronteira foi a retirada completa da pavimentação em cimento que cobria quase totalmente o imenso quintal. Por se tratar de um aclive da casa em relação ao portão dos fundos, a retirada do piso cimentado propiciaria o acúmulo de solo na base dos fundos do imóvel.



Figura 114, 115 e 116 – Etapas de drenagem do solo.
Fonte: Própria, 2019.

Para evitar que esse processo ocorresse, foi proposta a estabilização do solo a partir de um projeto arquitetônico. Dessa forma, foram instaladas barreiras de contenção com sacos de areia a cada 60cm de desnível do quintal. Abaixo dessas barreiras, foram escavadas valas para a instalação de drenos em tubos de drenagem em PVC e, a cada desnível, foram executadas caixas de passagens em concreto para suavizar a queda d'água.

O ponto mais baixo da topografia do quintal do casarão, é a base da estrutura dos fundos da Casa de Bem Bem. Para garantir que a umidade do solo e da nascente não interfiram nas fundações da casa, foi executada uma “cortina” de concreto no solo

por toda a extensão da fachada posterior. Afastados 2 metros da fachada, os furos de 60cm de diâmetro foram concretados intercaladamente.



Figura 117, 118 e 119 – Construção da cortina de concreto.
Fonte: Própria, 2019.

3.4.3 As análises laboratoriais

Solicitadas pelo TAC, as análises laboratoriais nos materiais constituintes dos métodos construtivos da casa (taipa e adobe) foram realizados de modo a caracterizar a composição de todos os seus materiais integrantes, isto é, sua composição e quantificação por meio do uso de equipamentos e instrumentais específicos a serem aplicados nos dois métodos construtivos do imóvel, resultando em dezoito distintos.

Elaborados por uma empresa especializada, as análises foram contratadas pela Prefeitura de Cuiabá pelo valor de R\$32.674,82, os testes elaborados foram os de determinação do limite de plasticidade, limite de liquidez, análise granulométrica, ensaio de compactação, determinação do equivalente de areia, determinação dos fatores de contração, determinação do grau de acidez, determinação da resistência a compressão não confinada e resistência à compressão.

Os dados obtidos foram utilizados para caracterizar a composição e traços dos materiais constituintes de ambos os métodos construtivos, utilizados na reconstrução das paredes internas e externas do casarão. A definição desses quantitativos foram necessários para a elaboração de nova planilha orçamentária específica para a obra em questão, visto que o modo de fazer dos métodos construtivos são padronizados, contudo, os materiais utilizados não, pois as porcentagens de quanto utilizar de cada material são particulares de cada local de construção.

ENSAIO DE GRANULOMETRIA COM SEDIMENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO MATERIAL ENSAIO DO ADOBE		ENSAIO DE GRANULOMETRIA COM SEDIMENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO MATERIAL ENSAIO DA TAIPA	
MATERIAL	%	MATERIAL	%
Palha	0,12	Palha	0,0
Argila	11,7	Argila	4,1
Silte	28,9	Silte	18,3
Areia Fina	10,2	Areia Fina	9,1
Areia Média	12,2	Areia Média	8,6
Areia Grossa	9,9	Areia Grossa	6,8
Pedregulho	27,1	Pedregulho	53,1
Pedra	0,0	Pedra	0,0

Figura 120 e 121 – Composição da mescla do adobe da taipa, respectivamente.

Fonte: Adaptado de RENOVA Engenharia e Consultoria, 2021.

3.4.4 Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, refere-se à preservação e recuperação ambiental de uma nascente identificada pelo Projeto Água para o Futuro⁸, e denominada de Nascente 29, localizada na Casa de Bem Bem, no Centro Histórico de Cuiabá. O estudo foi realizado com o objetivo de atender ao TAC firmado com o MPE, onde o Município de Cuiabá se compromete a preservar a área da Nascente 29 através do PRAD.

As intervenções para a recuperação de áreas degradadas podem ser feitas com diferentes objetivos, iniciando sempre com uma avaliação das condições da área, para que se possa identificar as dificuldades e traçar estratégias. Leva-se em conta os fatores de degradação e o potencial auto regenerativo das áreas, obtido pelo histórico de uso e proximidade da fonte de propágulos.

Como neste caso, trata-se de uma área urbana consolidada e com uso ocupação específico, não há possibilidade de aplicar as legislações referentes aos afastamentos

⁸ O projeto Água para o Futuro é uma iniciativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – MPE, executado em conjunto com o Instituto Centro de Vida e a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, que busca, prioritariamente, garantir a segurança hídrica de Cuiabá e o abastecimento de água potável por meio da identificação, preservação e recuperação das nascentes.

das nascentes de forma integral, devendo assim, protegê-lo da melhor forma possível ajustando à realidade urbana.



Figura 122 e 123 – Local da nascente ainda com as paredes em pé.
Fonte: Adaptado de RENOVA Engenharia e Consultoria, 2019.

Desta forma, foi primeiramente proposto a retirada dos fatores de degradação da nascente/fonte com a demolição dos restos de construções que ainda existem no local. Após isso, seria implementado um projeto de recuperação e proteção paisagística, consistindo na implantação de um jardim contemplativo, onde a nascente/fonte será delimitada com pedras canga, formando um espelho d'água e circundada por espécies rasteiras, arbustivas e arbóreas, sem acesso direto ao público. Podendo apenas ser observada de longe, evitando assim o pisoteio e mantendo a permeabilidade da área de entorno, sem uso de qualquer tipo de piso, apenas vegetação e pedras.

Para potencialização do paisagismo e integração com demais ambientes do patrimônio histórico, dever-se-á seguir a proposta apresentada no projeto paisagístico elaborado. O projeto paisagístico se dará a partir da “nascente”, tornando a num pequeno espelho d'água e posteriormente circundando a com pteridófitas e epífitas, seguidas de pedras, arbustos e no final as espécies nativas de pequeno porte dentro das espécies indicadas em uma área gramada no entorno da nascente em um raio de 5 metros.

A implementação desse jardim no entorno da nascente inviabiliza a locação onde seriam construídas as salas de audiovisual e biblioteca, uma vez que o PRAD sugere a completa demolição dos resquícios edificadas presentes no local.

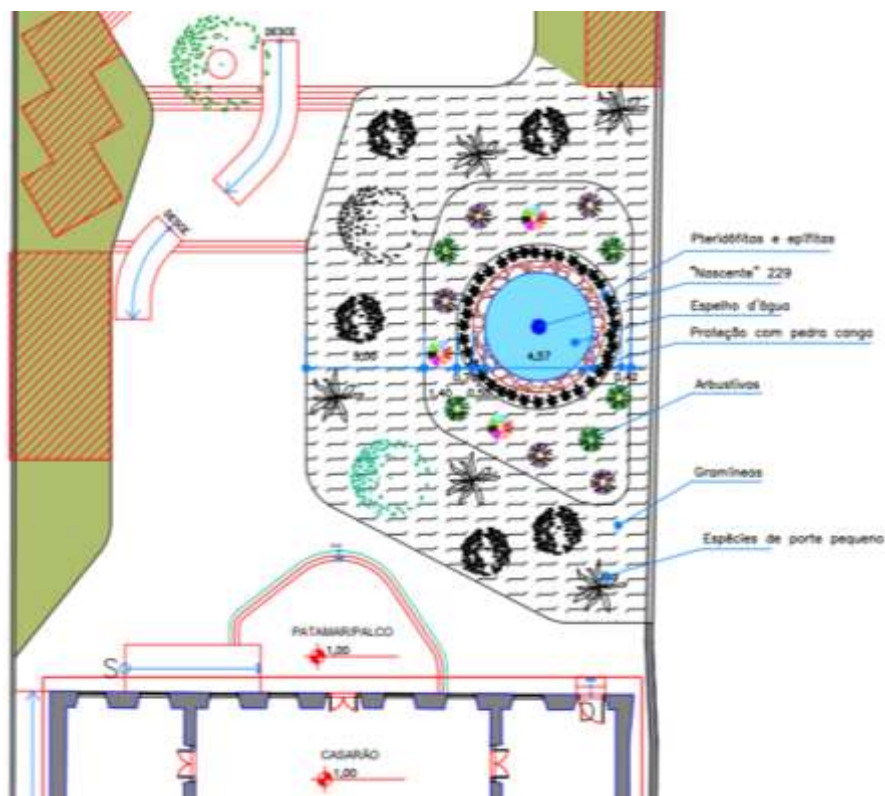


Figura 124 – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da Casa de Bem Bem.
Fonte: RENOVA Engenharia e Consultoria, 2019.

3.4.5 Educação patrimonial no canteiro de obras

Com o propósito de promover ações de educação patrimonial e fortalecer os sentimentos de identidade e de cidadania da população por meio de experiências com a apropriação do patrimônio cultural local, durante o decorrer das obras emergenciais foram realizadas visitas técnicas ao canteiro de obras, organizada pela SMCET da Prefeitura Municipal de Cuiabá. O público atendido era misto, entre estudantes de ensino fundamental, ensino médio e alunos de graduação da área de arquitetura e cursos afins, além de profissionais, professores, jornalistas e entusiastas por patrimônio.

As visitas tiveram início em meados de 2019 e aconteciam semanalmente. Iniciando às 8h de cada quarta-feira, as vivências começavam com um breve histórico do casarão, seus familiares e a sua importância para a cidade. Logo após, o projeto arquitetônico de restauro era apresentado juntamente com os materiais arqueológicos encontrados nas escavações do quintal do casarão, monitorado pela Olivia Bini, arqueóloga responsável pelo monitoramento da obra. Posteriormente, acontecia a visita ao interior do imóvel guiada pelo Sr. Adão, mestre de obras da empresa executora das obras emergenciais.

Ao todo, aproximadamente 300 pessoas participaram das visitas, vivenciando a troca de conhecimentos e a valorização do sentimento de pertencimento da comunidade para com o bem reconhecido e protegido no âmbito municipal, estadual e nacional. As visitas tiveram que ser paralisadas com o início da pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e até o momento não foram retomadas.



Figura 125, 126 e 127– Vivências patrimoniais na Casa de Bem Bem.
Fonte: Própria, 2020.

3.5 A reconstrução da casa

Com o terreno estabilizado e o interior do casarão limpo, procedeu-se com a reconstrução das paredes utilizando as técnicas vernaculares correspondentes. Depois de separados e limpos, os mesmos materiais existentes e recolhidos nas baias foram utilizados nessa etapa. Antes das paredes serem levantadas, houve a substituição dos esteios em madeira existentes danificados por agentes xilófagos.



Figura 128, 129, 130 e 131 – Substituição dos esteios em madeira danificados.
Fonte: Própria, 2021.

As primeiras paredes a serem levantadas foram as externas, em taipa. O material recolhido foi completamente utilizado e, além disso, outros quantitativos de elementos novos foram complementados ao traço da taipa, seguindo as proporções

de cada item especificado no ensaio de granulometria. O respeito ao traço original garante coesão entre o material novo e o antigo, principalmente nos pontos de ligação com a taipa existente.

As paredes e peitoris de taipa foram refeitas conforme as especificações indicadas no projeto de restauro. As paredes reconstruídas foram executadas em forma de taipal, com placas denominadas de taipal lateral e taipal de extremidade que contém ripas de 2,5x5,0cm com montantes de vigas 15,0x5,0cm. Nos espaçadores foram utilizadas ripas em madeiras de lei (cerejeira) nas dimensões de 2,5x5,00cm. Em cada montante foram utilizados torniquetes com arames e ripas. Nos encontros de paredes, foram elaboradas formas especiais chanfradas, aumentando a resistência e diminuindo o risco de fissuras.

Após a determinação do traço e elaboração da taipa, o material foi transportado por carrinhos de mão e depois despejado no taipal, procedendo com o preenchimento das formas. A cada 20cm de mistura jogada na forma, houve a compactação do material maneira manual, com o auxílio de um pilão feito *in loco*. A compactação foi feita primeiro nos cantos das formas e depois no centro, a cada 20cm.



Figura 132, 133, 134 e 135 – Fabricação e construção das paredes de taipa.
Fonte: Própria, 2021.

Cada taipal possuía 1,20m de altura, conforme o projeto estrutural de reconstrução. Após a parede ser concluída, uma cinta de amarração com o traço de 1:8 entre cimento e argamassa foi executado com o intuito de garantir a solidez as paredes e distribuir as cargas da cobertura. Posteriormente, houve o desmonte das formas.

Com as paredes externas finalizadas, iniciou-se a construção das paredes de divisórias internas. Para isso, novos blocos de adobe foram fabricados no canteiro de obras com a utilização dos mesmos materiais provenientes do arruinamento das paredes. Os blocos foram produzidos com as características e composição apresentados nos resultados dos ensaios laboratoriais e os resultados foram atestados através da produção de corpos de prova.

Dessa forma, os blocos possuem em média 40cmx14cmx20 (comprimento x largura x altura), seguindo as dimensões dos adobes encontrados em obra. Uma vez feitos, os blocos foram desenhformados após 24 horas e expostos a secagem durante 72 horas. O assentamento foi realizado seguindo a paginação de fiadas de blocos especificados no projeto de reconstrução.



Figura 136, 137, 138 e 139 – Fabricação e construção das paredes de adobe.
Fonte: Própria, 2021.

Quase todas as paredes internas e externas que não foram arruinadas possuíam grandes fissuras que, se não tratadas, comprometeriam a estrutura como um todo. Para a consolidação dessas patologias, foi utilizado um traço de terra com 20% de cal e 200ml de estabilizante de solo (popularmente conhecido como baba de cupim sintética) diluída em 15 litros de água, para o aumento da resistência da consolidação aplicado por injeção.

Para a instalação das padieiras (vergas) foram utilizados pranchões de madeira com dimensão de 30x5cm, embutindo 30cm das peças nas paredes. Os vãos sobre as esquadrias – vigas superiores ou vergas – foram preenchidos com blocos de solo cimento nas paredes externas devido a maior resistência a umidade e, sobre padieiras internas, foram instalados blocos de adobe.

Uma vez que as paredes externas e internas já estavam erigidas, procedeu-se então com o umedecimento e aplicação do chapisco e do emboço. Após este processo, as paredes passaram por um período de cura de sete dias, molhados diariamente. Somente após os sete dias é que houve a aplicação do reboco em argamassa de cal e areia fina. Após a

novas, modelo colonial, cor vermelha, produzidas pela Fábrica Cerâmica Monte Carmelo, localizada em Cuiabá. aplicação do reboco, houve novamente a cura durante sete dias, molhados diariamente antes das paredes receberem pintura.

Com a construção das paredes finalizadas, a próxima etapa realizada foi a construção da cobertura em telhas cerâmicas coloniais. A sobrecobertura que protegia o casarão era desmontada mediante o avanço da nova cobertura. Mantendo a tipologia histórica original, a edificação possui um corpo principal de duas águas, com cumeeira ao centro, as águas são voltadas para a rua e para os fundos da edificação. Os beirais possuem acabamento em cachorros, seguindo o modelo original com medidas de 7x8x1,06cm (largura x espessura x comprimento).

O madeiramento foi completamente refeito, utilizando madeira cerrada. Alguns elementos de madeira remanescentes da cobertura foram reutilizados, como a cumeeira e algumas peças de frechais.



Figura 140 e 141 – Instalação do madeiramento da cobertura.
Fonte: Própria, 2021.

Em todas os itens de madeiras foram aplicados verniz com acabamento brilhante, resistente a intempéries. A aplicação foi feita em duas demãos com

lixamento leve entre elas e intervalo mínimo de 12 horas. Os forros foram feitos em madeira seguindo a inclinação da cobertura até o beiral, no prolongamento dos cachorros. Sobre o forro foi aplicada uma manta para garantir a impermeabilização do mesmo e, sobre elas, foram instaladas as telhas cerâmicas coloniais com inclinação de 38%.



Figura 142, 143, 144 e 145 – Instalação do forro em madeira e telhas cerâmicas coloniais.
Fonte: Própria, 2021.

Com exceção de apenas duas folhas de uma porta interna, todas as esquadrias do casarão precisaram ser refeitas. Para isso, foi instalada uma oficina de carpintaria no canteiro de obras visando garantir o acompanhamento minucioso pela equipe técnica responsável pela restauração. As esquadrias faltantes foram confeccionadas e instaladas seguindo os padrões de tipologia e dimensões existentes, pintadas com tinta esmalte na cor Azul Real, da marca Suvinil.

As paredes internas e externas foram pintadas na cor branco liso com tinta à base de cal, similar à original, com fundo preparador Grandecor Fix, da marca Granilita. Contudo, na fachada, há uma faixa na base do casarão que deverá ser

pintada conforme a pintura original da casa, também na cor Azul Real, da marca Suvinil.



Figura 146 e 147 – Primeira demão de tinta nas paredes e esquadrias.

Fonte: Própria, 2021.

Os pisos em ladrilho hidráulico a serem instalados no casarão seguem o projeto de paginação de pisos que reverenciam os desenhos e padrões geométricos encontrados no interior do imóvel, bem como as identificações cromáticas. No total, 9 diferentes tipos de ladrilhos compõe as paginações de pisos que a casa possuía. Encomendados de uma cerâmica de Goiânia/GO, o assentamento dos pisos é previsto para ser realizado no mês de janeiro de 2022. Os pisos serão aplicados sobre uma fina camada de areia nivelada e limpa e após a instalação das régua mestras, para o nivelamento das peças a serem aplicadas.

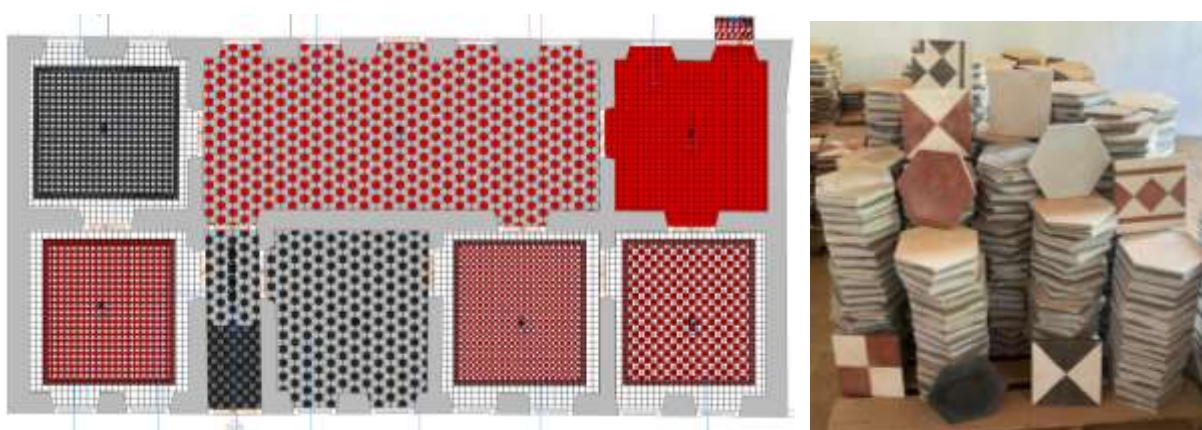


Figura 148 e 149 – Planta de paginação de pisos e ladrilhos hidráulicos da obra, respectivamente.

Fonte: Adaptado de GD Arquitetura, 2019 e própria, 2021, respectivamente.

No quintal do casarão, é prevista a reorganização do pátio em 4 níveis diferentes, interligados por rampas que visam garantir a acessibilidade. Em toda área será

realizada o calçamento em pisos drenantes com dimensões de 50x50cm, com concreto batido nas rampas.



Figura 150 – Primeira demão de tinta nas paredes e esquadrias.
Fonte: Paginação de piso da área externa, 2019.

Até o presente momento, dezembro de 2021, as obras de reconstrução da Casa de Bem Bem ainda estão em andamento. Com os serviços previstos para finalizarem em fevereiro de 2022, a próxima etapa é a construção de novos anexos ao casarão para atender o programa de necessidades do Instituto Ciranda.

Após o término das obras de reconstrução do casarão, as obras do PAC Cidades Históricas terão início. Como a casualidade das ruínas e a identificação da nascente no quintal do imóvel, o projeto de restauro teve que ser revisado, devido o raio de proteção estabelecido pelo PRAD. O processo licitatório para a execução dessa última etapa depende da finalização da etapa de obra atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do patrimônio histórico é um processo que visa respeitar suas características estéticas e históricas através da adoção de políticas e normativas construídas fundamentadas em décadas de estudos, sempre com o intuito de preservar o patrimônio e impedir sua destruição, garantindo a permanência da identidade dos povos. Todavia, as estruturas antigas diretamente vinculadas à nostalgia do passado não devem ser limitantes, mas sim norteadores das intervenções necessárias.

Construída em meados do século XIX, a Casa de Bem Bem apresenta importância histórica, arquitetônica e cultural por se tratar de um expressivo exemplar da arquitetura colonial cuiabana e por ser local fundamental para a propagação das

célebres festas de São Benedito. O processo de transformação da casa para se tornar sede do Instituto Ciranda se iniciou em 2013 e, após diversas intercorrências, está caminhando para a sua finalização.

No decorrer do presente trabalho, buscou-se compreender os elementos históricos, técnicos e artísticos que direcionaram as intervenções arquitetônicas aplicadas no objeto de estudo, bem como a descrição das táticas de intervenção adotadas correntes com as estruturas existentes, alvo de grande dedicação.

Incontáveis visitas ao canteiro de obras da Casa de Bem Bem foram feitas desde 2019, acompanhando de perto todas as etapas das obras. Assim, o resultado desta dissertação é a descrição detalhada da intervenção arquitetônica, considerando o valor primordial desta edificação enquanto testemunho e documento histórico local.

Espera-se que a descrição do passo a passo dessa obra sirva de metodologia de compreensão dos valores históricos e culturais do Centro Histórico de Cuiabá. Através das atividades que a nova sede do Instituto Ciranda oferecerá, envolvendo ambientes formais e não-formais, toda a comunidade que o frequentará poderá perceber como é importante a conservação da memória local, não só nos seus acervos pessoais, mas na implementação de instituições que unem a população e os lugares históricos.

Por conseguinte, ao integrar educação, cultura e sustentabilidade, se promove significativos ganhos à sociedade. Ao se preservar o patrimônio histórico cultural, se preserva também a memória e a identidade da sociedade que o constrói, e que também se constrói a partir dele. Através do ensino, qualificação profissional e cidadania, se busca oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação social. Somados a isso, se garante benefícios ao meio ambiente devido à reutilização de espaços e estruturas existentes, valorizando os recursos naturais, econômicos e humanos ali investidos.

As obras no casarão ainda não foram finalizadas e o acompanhamento semanal no canteiro também não teve fim. A esperança é que esta dissertação auxilie de alguma forma nos estudos correlatos à temática de preservação do patrimônio histórico material edificado.

BIBLIOGRAFIAS

ALENCASTRO, A. **Cuyabá - Histórias, Crônicas e Lendas**. Yangraf, São Paulo- SP, 2003.

A construção no Brasil antes de Dom Pedro I. PET ENG CIVIL UFPR, 2016. Disponível em: <<http://petcivil.blogspot.com/2016/04/a-construcao-no-brasil-antes-de-dom.html>>. Acesso em 19 de dezembro de 2020.

ABRAMO, P. **A cidade com-fusa – A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V. 9, N.2. 2007.

ARAÚJO, Renata Malcher De. **Vila Bela da Santíssima Trindade Mato Grosso, Brasil Enquadramento Histórico e Urbanismo**. Disponível em: <<https://hpij.org/pt/contents/place/193>>. Acesso em: 27 nov 2021.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BONDUKI, N. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. IPHAN, Programa Monumenta, Brasília, DF: 2010.

BONELLI, R. **Manuel de Conservação de Arquitetura Nativitana**. Goiânia: MINC, 2008.

BORGES, Francisco Caetano. **Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do Sertão do Mato Grosso no ano de 1734**. 1. ed. Cuiabá, MT: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

BUZATO, Gino Francisco. **Transformações urbanas em Cuiabá e a formação do cidadão moderno (1937-1945)**. 2017, 140f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá.

CARVALHO, Thais Scoralich. **Preservação do Patrimônio Histórico Urbano e Reabilitação: Um estudo na região portuária do Rio de Janeiro**. In: Antecedentes históricos. Rio de Janeiro/RJ, 2016. cap. 2, p. 9-58.

CASTOR, R. S. **Arquitetura Moderna em Mato Grosso: diálogos, contrastes e conflitos**. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CANOVA, Loiva. **Antônio Rolim de Moura : Um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso**. Coletâneas do Nosso Tempo, v. 8, n. 8(7), p. 75–86, 2010. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/issue/view/14>>.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Saberes e práticas na fronteira oeste da América portuguesa, século XVIII**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo,

SP: ANPUH. Disponível em:
<http://www.nutricion.org/publicaciones/pdf/prejuicios_y_verdades_sobre_grasas.pdf
%0Ahttps://www.colesterolfamiliar.org/formacion/guia.pdf%0Ahttps://www.colesterolfamiliar.org/wp-content/uploads/2015/05/guia.pdf>. , 2011

COLIN, Sílvio. **Técnicas construtivas do período colonial**. Coisas da Arquitetura, 2010. Disponível em:
<<https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>> Acesso em 19 de dezembro de 2020.

CONTE, Cláudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinícius De Lamônica. **Centro histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2006.

COPENHAGEN-PORTAL. **Strøget - The world's longest Pedestrian Street - Copenhagen - Copenhagen Visitors**. Disponível em:
<<http://www.copenhagenet.dk/cphmap/CPH-Pedestrian.asp>>. Acesso em: 10 set. 2015.

COSTA, D. L. **Patrimônio Histórico E Conflitos Socioterritoriais: paradoxos da (i)legibilidade dos tombamentos e das normas de preservação, a partir de Cáceres-MT**. Universidade Federal De São Carlos – Centro De Educação E Ciências Humanas Programa De Pós-Graduação Em Sociologia. São Carlos – SP, 2020.

COSTA, G. de S. Reutilização de imóveis de interesse patrimonial, voltados para a habitação: um estudo de caso na Ribeira – Natal/RN. In: **Algumas Intervenções realizadas e/ou previstas para a área**. Natal, RN. 2006. cap. 3.3, p. 107-113.

COSTA, L. **A arquitetura dos jesuítas no Brasil**. Revista do SPHAN, Rio de Janeiro, nº 5, 1941.

CUIABÁ, **Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU**. 2009. © 2009. Prefeitura Municipal de Cuiabá / IPDU. Instituto Central de Texto, 2010.

DAL AGNOL, B.; ALMEIDA, C. C. O. de. Patrimônio Vernáculo: Contribuições para uma arquitetura mais sustentáveis. In: 5º SICS – Seminário Internacional de Construções Sustentáveis. **Anais V SICS**. Passo Fundo: RS, 2016. s.p..

DONZELOT, J., **La ville à trois vitesses**, Paris, Editions de la villette, 2010.

FERNANDES, Suelme Evangelista. **O imaginário da fronteira no Guaporé lusitano no século XVIII**. Aceno -Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 7, n. 15, 2020.

FAUSTO, Boris. 2001, 2012. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FANAIA, Maria de Lourdes. **O silêncio sobre a Rusga nos livros didáticos de história**. Cuiabá, Revista Territórios e Fronteiras, vol. 5, n. 2, 2012. Disponível em:
<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/165>.

FERREIRA, Débora Macanjo et al. **Soluções Bioclimáticas da Arquitetura Vernacular na Região Transfronteiriça entre Bragança e Castela-Leão**. 2015, Porto. Atas do Seminário Rever, Universidade do Minho, 2015.

FREIRE, J. **Por Uma Poética Popular Da Arquitetura**. Cuiabá: Ed. UFMT, 1997. 338 p.

GALVÃO JUNIOR, José Leme. **O Adobe e as Arquiteturas**. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Adobe_e_as_Arquiteturas.PDF>. Acesso em: 11 de dezembro de 2020.

GEHL ARCHITECTS. **Public spaces in Copenhagen**, 2009a. Disponível em: <[http://www.akershus.no/file/c112a084c81172d57c8dba94e41113cc/091217_Cph_Guide%20\(2\).pdf](http://www.akershus.no/file/c112a084c81172d57c8dba94e41113cc/091217_Cph_Guide%20(2).pdf)>. Acesso em: 7 set. 2015.

GOVERNO DE MATO GROSSO. **História de Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/historia>>. Acesso em: 28 nov 2021.

HASSENPFUG, Dieter. **Sobre Centralidade Urbana**. in: *Arquitextos - Portal Vitruvius*. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq085/arq085_00.asp>, ISSN 1809-6298. Junho/2007. Acesso em 20 de jun. de 2019, 09:27:00.

HISTÓRIA – Londrina, 2005. Londrina, PR: [s.n.]. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_c60d092d66742ae6b73eac9719e789af.pdf>. , 2005

HIRATA, Amélia. **Estudar e fabricar adobes utilizando a cal e fibra natural**. Cuiabá: IFMT – 2019. 62p. Ilust.

HÖJEMO, T. **A Leveza de Andar: o Desenvolvimento de Políticas Urbanas Voltadas para os Pedestres em Copenhagen, Dinamarca (1960-2015)**. *Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS | v. 17 | n. 30 | p. 209 - 226 | Jul./Dez. 2015*.

IBGE. **IBGE | Cidades@ | Mato Grosso | Vila Bela da Santíssima Trindade | História & Fotos**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/vila-bela-da-santissima-trindade/historico>>. Acesso em: 27 nov 2021.

IMBRIOSI, Margaret. **Construindo com taipa de mão e de pilão**. *História das Artes*, 2016. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/construindo-com-taipa-de-mao-e-de-pilao/>> Acesso em 19 de dezembro de 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso - Augusto Leverger**. 1. ed. Cuiabá, MT: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

LAGUNES, María Margarita Segarra; **La Restauración después de Cesare Brandi**. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins. (org.) *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Coleção Arquimemória; V.1. Salvador: EDUFBA, 2011.

LEMOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira**. [S.l: s.n.], 1996.

LEMOS, Carlos A. C. **Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX**. São Paulo, Anais do Museu Paulista, nova série, nº1, 1993. p. 95-106.

LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Edusp, 1999. p.47

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. ANPUH – XXV

MAYUMI, L. **Taipa, canela preta e concreto: Um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo**. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MENDES, N. F. **História de Cáceres; História da Administração Municipal, Tomo I**. Cáceres, 1973.

MENDES, N. F. **Efemérides Cacerenses**. V.1, Brasília, 1992.

MENDES, N. F. **História de Cáceres: origem, evolução, presença da força armada**. Tomo II / Natalino Ferreira Mendes. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2010. 37p.

MINKE, G. **Manual de Construção com Terra: uma arquitetura sustentável**. Tradução: Jorge Simões. São Paulo: B4 2015, 228p.

MONTEIRO, John. 2013. Bandeiras indígenas. In: Figueiredo, Luciano (org.). **História do Brasil para ocupados: os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens fascinantes que fizeram o nosso país**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

NETO, Cornélio Silvano Vilarinho. **Criação de municípios no estado de Mato Grosso**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, v. 76, 2015. Disponível em: <<http://www.casabarao.com.br/revistas/revistas-ihgmt/revista-ihgmt-76.pdf>>.

OLIVEIRA, P. A. F.; BRAGANÇA, L. **Reabilitação urbana: abordando práticas sustentáveis**. Workshop: Soluções Eficientes para um Mercado em Crise. Universidade do Minho, 2012.

PACCE, Márua Roseny. **A propósito da Casa do Bandeirante**. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, CXCII, p..124-172, 1980.

PEREIRA, J. V. B. **Planejamento Urbano, Turismo e Desenvolvimento Local: O caso do Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro**. Universidade Federal de Ouro Preto Escola de Direito, Turismo e Museologia Departamento de Turismo. 2015, 66p.

PONTE, Maria Manuel Correia Costa da. **Arquitetura de Terra: o desenho para a durabilidade das construções**. 2012. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2012.

PÓVOAS, Lenine C. **Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980. 54 p.

QUEIRÓS, J. (2013), “**Precariedade habitacional, vida cotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia**”. *Análise Social*, 206, XLVIII (1.º), pp. 102-133.

RAMOS, M. de L. F. B. da S., **Um olhar para a Cuiabá: de Cláudio e Raimundo Bastos (1920-1940)**. Cuiabá: M.L.F.B. da Silva, Cuiabá, MT-História.

REIS FILHO, N. G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1978, 2ª. Edição. (1ª. Edição 1976).

SENA, Ernesto Cerveira De. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso - (1834-1870)**. 2006. 368 f. Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7827/1/2006_ErnestoCerveiraSena.pdf>. Acesso em: 28 nov 2021.

SERAPIÃO, F. **Paralelos e (transversais) na história da casa paulista**. Revista Projeto Design 287. Editora Arco, São Paulo -SP, 2004.

SILVA, J. A. F. **Relatório Circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Portal do Encantado (Povo indígena: Chiquitanos)**. Brasília, 2014. Fundação Nacional do Índio.

SILVA, J. B. Da. **A Cidade e a História: Vila Bela da Santíssima Trindade Antemural da América Portuguesa**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

SILVA, João Bosco Da. **Vila Bela à época de Luis de Albuquerque (1772- 1789)**. 2006. 139 f. Universidade Federal de Mato Grosso, 2006. Disponível em: <<http://ppghis.com/ppghis/biblioteca-virtual-2/dissertacoes/download/5-dissertacoes/145-vila-bela-a-epoca-de-luis-albuquerque-1772-1789.html>>.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, CE: [s.n.]. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_3329d1ed45e042932218935698ca7a9b.pdf>., 2009

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso : da ancestralidade aos dias atuais**. Entrelinha ed. Cuiabá, MT: Entrelinhas Editora, 2017.

SOUKEF JR, Antonio. **A preservação dos conjuntos ferroviários de São Paulo Railway em Santos e Jundiáí.** Tese (Pós-doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, A. L. M. de S. **A história dos Chiquitanos: (re) configurações sociais e territoriais.** 2009. Monografia (pós-graduação) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TORRES, G. R. S.; TAKIMOTO, V. B. B.; MASCARO, L. P.; OLIVEIRA, T. **Casa De Bem Bem Em Cuiabá-MT: Um Estudo do Sistema Construtivo em Taipa e Adobe.** In: 2º Seminário Arquitetura Vernácula, 2020, Belo Horizonte. ANAIS 2º SEMINÁRIO ARQUITETURA VERNÁCULA, 2019.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. **Intervenções em Centros Urbanos.** Barueri, SP: Manole, 2009.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História de Vila Bela da Santíssima Trindade (Fase 4).** Cuiabá, MT: [s.n.], 2006.

WEIMER, Güinter. **A Casa do Bandeirante: Uma Revisão de Suas Origens.** Revista Do Instituto Histórico E Geográfico Do Rio Grande Do Sul (RIHGRGS), Porto Alegre, n.149, p.89-104. 2015